



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2020

IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P.

Presidente - João Carlos Mateus

Vice Presidente - Nuno Moreira

Vogais - Anabela Reis

- Hugo Lobo

Contactos:

R. Castilho, nº 45 - 51

1269-164 LISBOA

Tel: 213846000

Website: www.ifap.pt

E-mail: ifap@ifap.pt

Coordenação Técnica:

Gabinete de Planeamento Estratégico

Área de Planeamento Estratégico e Projetos

Índice

I Introdução.....	10
II Apresentação Institucional	12
1. O IFAP	12
1.1. IFAP - Organismo Pagador do FEAGA e FEADER.....	12
1.2. IFAP - Autoridade de Certificação e Organismo Intermédio do FEAMP	13
2. Órgãos Estatutários.....	13
2.1. Conselho Diretivo	14
2.2. Fiscal único.....	15
3. Visão, Missão, Atribuições e Valores.....	16
4. Organograma	17
III Estratégia e objetivos.....	19
1. Principais linhas de orientação.....	19
2. Objetivos estratégicos	20
3. Enquadramento nível estratégico/nível político	21
4. Objetivos operacionais do QUAR e do PA de 2020 - Enquadramento com os objetivos estratégicos.....	21
IV Autoavaliação	25
1. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)	25
1.1. Execução dos recursos financeiros e humanos	27
1.2. Proposta de avaliação	29
1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados.....	29
1.4. Benchmarking de desempenho com serviços idênticos	31

1.5.	Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)	32
1.6.	Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho	34
1.7.	Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação ...	36
2.	Plano de Atividades	36
V	Atividades desenvolvidas.....	38
1.	Plano de Atividades por Departamento	38
1.1.	Departamento de Ajudas Diretas (DAD)	38
1.2.	Departamento de Ajudas ao Investimento (DAI)	42
1.3.	Departamento de Apoios de Mercado (DAM)	45
1.4.	Departamento de Controlo (DCO).....	49
1.5.	Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI).....	52
1.6.	Departamento de Sistemas de Informação (DSI)	61
1.7.	Departamento Financeiro (DFI)	64
1.8.	Departamento Jurídico (DJU)	66
1.9.	Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)	71
1.10.	Gabinete de Auditoria (GAU)	77
1.11.	Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)	82
1.12.	Coordenação de Segurança da Informação (CSI).....	87
2.	Pagamentos efetuados.....	88
2.1.	Ajudas ao setor da agricultura	88
2.2.	Ajudas ao setor das pescas.....	92
VI	Publicidade Institucional	94
VII	Medidas de Modernização Administrativa.....	96
VIII	Recursos	99

1. Recursos humanos	99
1.1. Caracterização.....	99
1.2. Formação profissional.....	103
2. Recursos financeiros	105
3. Recursos materiais	107
3.1. Recursos imobiliários.....	107
3.2. Equipamento de transporte.....	108
IX Contas	109
X Conclusão.....	112
XI Anexos.....	113
Anexo 1 - QUAR	114
Anexo 2 - Pagamentos	118
Anexo 3 - Controlo.....	133
Anexo 4 - Participações Sociais.....	138
Anexo 5 - Balanço Social	140
Anexo 6 - Relatório da formação presencial	175
Anexo 7 - Relatório da formação <i>e-learning</i>	196
uGlossário de Siglas	214

Índice de quadros

Quadro 1 - Objetivos estratégicos enquadrados com o programa do XXII Governo Constitucional....	21
Quadro 2 - Objetivos operacionais do QUAR 2020 enquadrados com os objetivos estratégicos	22
Quadro 3- Objetivos operacionais do PA2020 enquadrados com os objetivos estratégicos.....	23
Quadro 4 - Recursos financeiros.....	28
Quadro 5 - Recursos humanos	28
Quadro 6 - Impacto do Teletrabalho	35
Quadro 7 - Articulação/relação com o superior hierárquico	35
Quadro 8 - Avaliação da realização do teletrabalho	35
Quadro 9 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global	37
Quadro 10 - Objetivos operacionais do DAD.....	38
Quadro 11 - Objetivos operacionais do DAI.....	42
Quadro 12 - Objetivos operacionais do DAM	45
Quadro 13 - Objetivos operacionais do DCO	49
Quadro 14 - Objetivos operacionais do DGI	52
Quadro 15 - Anomalias detetadas no Controlo Administrativo	56
Quadro 16 - Número de atendimentos de abril a dezembro de 2020	57
Quadro 17 - Objetivos operacionais do DSI.....	61
Quadro 18 - Objetivos operacionais do DFI.....	64
Quadro 19 - Objetivos operacionais do DJU	66
Quadro 20 - Objetivos operacionais do DGR.....	71
Quadro 21 - Objetivos operacionais do GAU	77
Quadro 22 - Objetivos operacionais do GPE.....	82
Quadro 23 - Objetivos operacionais da CSI	87
Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao setor da agricultura.....	88
Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao setor das pescas	92
Quadro 26 - Distribuição por grupo/cargo/carreira, modalidade de vinculação e género.....	101

Quadro 27 - Distribuição dos colaboradores por departamento.....	102
Quadro 28 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental	105
Quadro 29 - Receitas previstas e receitas cobradas	106
Quadro 30 - Despesa orçamentada e despesa realizada.....	107
Quadro 31 - Tipos de imóveis.....	107
Quadro 32 - Balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2020	110
Quadro 33 - Demonstração de resultados do exercício 2019 e 2020	111
Quadro 34 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2019 e 2020	119
Quadro 35 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - Continente.....	120
Quadro 36 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - RAA	121
Quadro 37 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - RAM.....	122
Quadro 38 - Pagamentos no âmbito do FEADER - Continente	123
Quadro 39 - Pagamentos no âmbito do FEADER - RAA	125
Quadro 40 - Pagamentos no âmbito do FEADER - RAM.....	127
Quadro 41 - Pagamentos Outras Ajudas.....	129
Quadro 42 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - Continente.....	130
Quadro 43 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - RAA	131
Quadro 44 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - RAM.....	132
Quadro 45 - Controlos de superfície, Continente, RAA e RAM.....	133
Quadro 46 - Controlos de BCAA, Continente, RAA e RAM	133
Quadro 47 - Controlos de FTA, Continente, RAA e RAM.....	133
Quadro 48 - Controlos de condicionalidade - Domínio ambiente	134
Quadro 49 - Controlos de condicionalidade - Domínio animal, saúde pública, saúde animal e fitossanidade	134
Quadro 50 - Controlos de condicionalidade - Domínio animal, bem-estar dos animais	134
Quadro 51 - Controlos de animais, Continente, RAA e RAM	135
Quadro 52 - Controlos de qualidade de ajudas superfícies	135
Quadro 53 - Controlos de qualidade de ajudas animais	135
Quadro 54 - Controlos de qualidade projetos de investimento.	135

Quadro 55 - Controlos de Qualidade de projetos do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas	136
Quadro 56 - Controlos de qualidade outras ajudas.....	136
Quadro 57 - Controlos de projetos de investimento	136
Quadro 58 - Controlos outras ajudas	137
Quadro 59 - Controlos <i>ex post</i>	137

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Avaliação dos indicadores do QUAR - Taxas de realização.....	25
Gráfico 2 - Avaliação dos objetivos do QUAR - Taxas de realização.....	27
Gráfico 3 - Avaliação dos parâmetros do QUAR.....	27
Gráfico 4 - Número de objetivos cumpridos ou superados face aos propostos	37
Gráfico 5 - Pagamentos por Fundo ao setor agrícola (%).....	89
Gráfico 6 - FEAGA - Pagamentos no Continente (%).....	89
Gráfico 7 - FEAGA - Pagamentos de Ajudas Diretas.....	90
Gráfico 8 - FEAGA - Distribuição dos pagamentos por região (%)	90
Gráfico 9 - FEADER - Pagamentos por medida PDR2020.....	91
Gráfico 10 - FEADER - Distribuição dos pagamentos por região (%)	91
Gráfico 11 - FEAMP - Distribuição dos pagamentos por região (%).....	92
Gráfico 12 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2020.....	99
Gráfico 13 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2020.....	99
Gráfico 14 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2020.....	100
Gráfico 15 - Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2020	100
Gráfico 16 - Antiguidade em 31.12.2020.....	102

I Introdução

O presente Relatório de Atividades pretende refletir a atividade e o desempenho do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP), no período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2020, identificando o grau de execução dos objetivos definidos no Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) e no Plano de Atividades (PA), bem como avaliar os resultados alcançados e os recursos utilizados. Reflete ainda o esforço e o empenho de todos os colaboradores do Instituto, essencial para o resultado final atingido em 2020.

Todos os departamentos foram envolvidos na sua elaboração, tendo-lhes sido solicitado, dentro da respetiva área de atuação, a avaliação dos objetivos definidos para o ano e a descrição das principais atividades desenvolvidas.

O ano de 2020 decorreu na sua quase totalidade no contexto da pandemia da COVID-19, que veio condicionar todos os setores de atividade e, de igual forma, a atividade do IFAP. Os estados de emergência, que vigoraram de março a abril e mais tarde a partir de novembro, obrigaram ao encerramento temporário de diversas atividades e incluíram um dever geral de confinamento, com o encerramento de fronteiras e fortes restrições à livre circulação. No quadro das medidas nacionais de contenção da COVID-19, foi aprovado e colocado em prática no IFAP um plano de contingência que permitiu, em tempo muito reduzido, criar as melhores condições de segurança para os seus colaboradores, sem colocar em causa o essencial das suas funções, permitindo assim manter a eficácia dos serviços, cumprindo todas as expectativas legítimas dos beneficiários não só em termos de datas de pagamento como também no funcionamento de todos os outros serviços assegurados pelo IFAP.

De forma a garantir o regular funcionamento dos setores agrícola, florestal e das pescas, e para fazer face à situação de crise vigente foram implementadas diversas medidas, de modo a minimizar os impactos negativos, das quais se destacam:

- Prorrogação do prazo inicialmente estabelecido para submissão das candidaturas no âmbito das ajudas do Pedido Único de Ajudas (PU) 2020;
- Antecipação extraordinária, para agosto, do pagamento do adiantamento de três medidas do Desenvolvimento Rural incluídas no PU: Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas (AZD), Produção Integrada e Agricultura Biológica;

- Alargamento dos prazos de execução contratualmente definidos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR2020), para finalizar a execução físico-financeira dos projetos e autorização para apresentação de maior número de pagamentos intercalares com faseamento da submissão de despesa e respetivo reembolso;
- Adoção de uma nova medida excepcional e temporária prevista no artigo 30.º-B do R.1305/2013. Apoio temporário excepcional aos agricultores e às PME, particularmente afectados pela crise da COVID-19;
- Criação de um apoio à Destilação e Armazenamento de Vinho em situação de crise;
- Criação de uma linha de crédito, com juros bonificados, no setor das pescas.

No âmbito da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) pós 2020, o IFAP continuou a acompanhar a análise e discussão das propostas de Regulamentos apresentadas pela Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho, com o principal objetivo de planear a adequação dos sistemas de informação, gestão e controlo.

No âmbito da Segurança da Informação, sendo um critério de acreditação do IFAP como Organismo Pagador, foram promovidas várias iniciativas de sensibilização aos seus colaboradores, nomeadamente através de ações de divulgação e envio de *newsletter* mensal sobre esta temática.

A promoção de uma cultura de igualdade de género e de cidadania e iniciativas para a sustentabilidade ambiental foi prosseguida, através da divulgação e implementação de iniciativas, ações de sensibilização e boas práticas.

Em termos de segurança e higiene no trabalho, além da implementação das medidas preconizadas pela Direção Geral da Saúde (DGS), foi reiniciado o envio das convocatórias para a realização de análise/exames e consultas para a Medicina no Trabalho, com o objetivo de proteger a saúde, prevenir a doença e os acidentes e proteger os trabalhadores no local de trabalho.

II Apresentação Institucional

1. O IFAP

O IFAP é o Organismo Pagador do Fundo Europeu Agrícola de Garantia (FEAGA) e do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) na aceção do artigo 7º do R.1306/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho. Pelo Decreto-Lei nº 137/2014, o IFAP passou a ser Autoridade de Certificação para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e pelo Despacho nº 2650 - B/2016, Organismo Intermédio no âmbito do MAR2020.

O IFAP é um instituto público de regime especial, criado através do Decreto-Lei nº 87/2007, integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. De acordo com o Decreto-Lei nº 169-B/2019, encontra-se sujeito à tutela conjunta do Ministério da Agricultura e do Ministério do Mar, em coordenação com o Ministério de Estado e das Finanças e com o Ministério do Planeamento.

1.1. IFAP - Organismo Pagador do FEAGA e FEADER

A Comissão Europeia (CE), com o objetivo de determinar o montante total das despesas a imputar aos Fundos Europeus Agrícolas, necessita de uma garantia suficiente da adequação e transparência dos controlos nacionais e da verificação, pelos organismos pagadores, da legalidade e admissibilidade das declarações de despesas que processam, estabelecendo, para o efeito, um conjunto de critérios a serem cumpridos pelos respetivos organismos pagadores.

Tais critérios incluem quatro grandes domínios: ambiente interno, atividades de controlo, informação e comunicação e acompanhamento. O Decreto-Lei nº 323/2007, de 28 de setembro, estabeleceu as regras e os procedimentos a adotar para a acreditação do Organismo Pagador das despesas financiadas pelo FEAGA e FEADER.

O referido Decreto-Lei designou o ministro responsável pela área das finanças como a autoridade competente em Portugal, para a acreditação dos organismos pagadores do FEAGA e do FEADER.

O mesmo Decreto-Lei atribuiu à Inspeção Geral de Finanças (IGF), a competência para verificar o estado de cumprimento dos critérios de acreditação. Com base neste exame, a autoridade competente decide da acreditação do Organismo Pagador.

A IGF, enquanto organismo de certificação, realiza anualmente o exame do Organismo Pagador, tendo em conta as diretrizes estabelecidas pela CE, e elabora um relatório sobre as suas verificações que abrangem uma análise de:

- critérios de acreditação;
- procedimentos aplicados pelo Organismo Pagador;
- contas anuais, nomeadamente a sua concordância com os registos existentes;
- mapas de despesa e das operações de intervenção, quanto ao facto de constituírem um registo autêntico, completo e rigoroso das operações imputadas ao FEAGA e FEADER;
- adiantamentos pagos, garantias obtidas, existências de intervenção e montantes a cobrar.

Este relatório de certificação, bem como as contas anuais dos organismos pagadores, completadas por uma Declaração de Gestão assinada pelo responsável máximo do Organismo Pagador acreditado, são os documentos com base nos quais a CE, até 31 de maio do ano seguinte ao exercício em causa, decide do apuramento das contas dos organismos pagadores acreditados.

1.2. IFAP - Autoridade de Certificação e Organismo Intermédio do FEAMP

Na área das pescas e dos assuntos marítimos, o IFAP, com estruturas segregadas e independentes, assume três distintos papéis.

Enquanto organismo intermédio do MAR2020, assegura um conjunto de importantes competências que lhe foram delegadas pela Autoridade de Gestão (AG) do MAR2020, conforme consta do contrato de delegação de competências assinado em 20 de dezembro de 2019.

As responsabilidades do IFAP, na qualidade de Autoridade de Certificação, estão estabelecidas no artigo 126.º do R.1303/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro e, ao nível da legislação nacional, nos artigos 40.º e 41.º do Decreto-Lei nº 137/2014, de 12 de setembro, que estabelece o modelo de governação dos fundos europeus estruturais e de investimento para o período de 2014-2020.

Importa, também, referir que o IFAP assegura a auditoria às operações do MAR2020, através da sua Estrutura Segregada de Auditoria (ESA), conforme previsto nos artigos 45º, nº 2, e 46º do já referido Decreto-Lei nº 137/2014. A atividade do IFAP, enquanto ESA, é anualmente supervisionada pela IGF, na qualidade de Autoridade de Auditoria do MAR2020.

2. Órgãos Estatutários

O IFAP é dirigido por um CD constituído por um presidente, um vice-presidente e dois vogais.

O fiscal único atua como órgão responsável pelo controlo da legalidade, regularidade e da boa gestão financeira e patrimonial do Instituto.

Em 2020, houve duas alterações na composição dos órgãos estatutários do IFAP, sendo a primeira decorrente da dissolução do CD em 27 de março de 2020, e a segunda resultado da nomeação do presidente então em funções para o cargo de Secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural em 15 de dezembro de 2020.

2.1. Conselho Diretivo

Presidente do IFAP

João Carlos Pires Mateus, designado em regime de substituição pelo Despacho n.º 446/2021 do Ministro de Estado e das Finanças, do Ministro do Planeamento, da Ministra da Agricultura e do Ministro do Mar, de 23 de dezembro de 2020 (publicado no Diário da República, II série, n.º 8, de 13 de janeiro de 2021), a partir de 21 de dezembro de 2020.

Rui Manuel Costa Martinho, designado em regime de substituição pelo Despacho n.º 3863-D/2020 do Ministro do Planeamento, da Ministra da Agricultura, do Ministro do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 26 de março (publicado no Diário da República, II série, n.º 62, de 27 de março de 2020), de 28 de março de 2020 a 14 de dezembro de 2020.

Pedro Manuel Simões Raposo Ribeiro, designado em regime de comissão de serviço pelo Despacho n.º 3380/2019 do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Ministra do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 19 de março (publicado no Diário da República, II série, n.º 61, de 27 de março de 2019), até 27 de março de 2020.

Vice-presidente

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira, designado em regime de substituição pelo Despacho 3863-E 2020, de 26 de março (publicado no Diário da República, II série, n.º 62, de 27 de março de 2020), a partir de 28 de março de 2020. Até 27 de março de 2020 exerceu a mesma função, em regime de comissão de serviço, nomeado pelo Despacho n.º 3613/2019 do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Ministra do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 19 de março (publicado no Diário da República, II série, n.º 64, de 1 de abril de 2019).

Vogais

Anabela Guerra dos Reis, designada em regime de substituição pelo Despacho nº 3863-G/2020 do Ministro do Planeamento, da Ministra da Agricultura, do Ministro do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 26 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 62, de 27 de março de 2020), a partir de 28 de março de 2020.

Hugo Alberto Cordeiro Lobo, designado em regime de substituição pelo Despacho nº 3863-F/2020 do Ministro do Planeamento, da Ministra da Agricultura, do Ministro do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 26 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 62, de 27 de março de 2019), a partir de 28 de março de 2020.

Maria José Rocha Peixoto de Moura, designada em comissão de serviço pelo Despacho nº 3381/2019 do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Ministra do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 19 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 61, de 27 de março de 2019), até 27 de março de 2020.

Rui Manuel Costa Martinho, designado em comissão de serviço pelo Despacho nº 3379/2019 do Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, da Ministra do Mar e do Secretário de Estado do Orçamento, de 19 de março (publicado no Diário da República, II série, nº 61, de 27 de março de 2019), até 27 de março de 2020.

2.2. Fiscal único

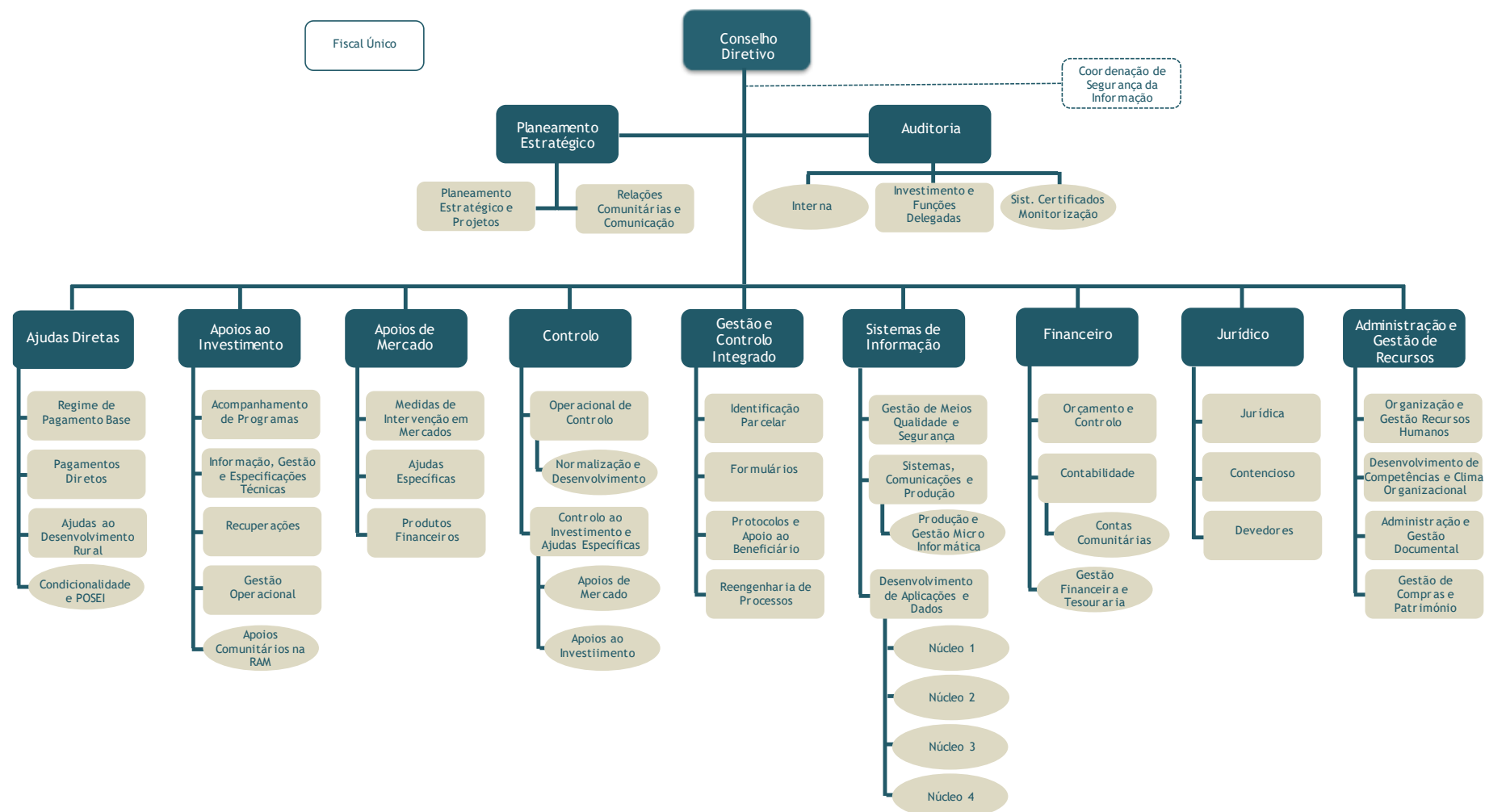
Foi designado fiscal único do IFAP, pelo Despacho nº 12189/2013, dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura e do Mar, publicado no Diário da República, II série, n.º 185, de 25 de setembro, a Sociedade Carlos Teixeira, Noé Gomes & Associado, SROC, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) com o nº 28, representada pelo revisor oficial de contas licenciado Noé Gomes, inscrito na OROC com o nº 98.

3. Visão, Missão, Atribuições e Valores

Visão	Acrescentar valor ao mundo rural contribuindo para a sua sustentabilidade
Missão	Proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas
Atribuições	Garantir o funcionamento dos sistemas de apoio e de ajudas diretas nacionais e comunitárias e a aplicação, a nível nacional, das regras comuns para os regimes de apoio direto no âmbito da PAC
	Garantir o cumprimento da função de Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER
	Garantir o cumprimento da função de autoridade de certificação no âmbito do FEAMP, bem como de Organismo Intermédio na aceção do Decreto-lei nº 137/2014 e do Despacho nº 2650-B/2016
	Executar a política estratégica na área das tecnologias de informação e comunicação, para o setor da agricultura e pescas, assegurando a construção, gestão e operação das infraestruturas na respetiva área de atuação
	Apoiar o desenvolvimento da agricultura e das pescas, bem como do setor agroalimentar, através de sistemas de financiamento direto e indireto
Valores	I ntegridade – Ação pautada pela verdade, coerência e justiça e pela valorização de todas as pessoas de igual modo
	F oco no serviço público – Responsabilidade por criar valor para os cidadãos e gerir com seriedade a informação que lhe é confiada
	A ttitude – Procura constante de oportunidades para desenvolver novas e melhores práticas
	P rofissionalismo – Trabalho com dedicação, competência, capacidade de realização e elevados padrões de qualidade

4. Organograma

A estrutura do IFAP, que em 31 de dezembro de 2020 incluía 9 departamentos, 2 gabinetes, 28 unidades, 3 áreas e 14 núcleos, é apresentada no seguinte organograma.



III Estratégia e objetivos

1. Principais linhas de orientação

Para 2020, o CD do IFAP definiu as seguintes linhas orientadoras:

- Planear, de forma sistemática e estruturada, os diversos regimes de apoio nacionais e comunitários, assegurando a realização dos pagamentos nos prazos definidos e com a regularidade adequada;
- Assegurar a gestão eficiente ao nível do controlo e acompanhamento da execução orçamental dos recursos nacionais e comunitários, garantindo a fiabilidade da prestação de contas à CE;
- Promover a revisão dos diferentes processos e procedimentos em vigor, numa perspetiva de simplificação, harmonização e racionalização dos mesmos, por forma a reduzir a carga administrativa para os beneficiários e para os próprios serviços da administração pública;
- Desenvolver uma política de comunicação integrada com os agricultores, as organizações de produtores, as associações e organizações profissionais e interprofissionais, bem como outros operadores económicos que exerçam uma atividade no domínio da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas;
- Promover uma melhor articulação com os serviços e organismos do Ministério da Agricultura e do Ministério do Mar, bem como estabelecer relações de colaboração com outras organizações, designadamente de agricultores, numa perspetiva de transparência e serviço público;
- Desenvolver e aprofundar a representação e o relacionamento com as instâncias europeias, assegurando a manutenção da acreditação do IFAP e aperfeiçoando a disponibilização e a fiabilidade da informação prestada relativa ao FEAGA e FEADER;
- Participar no controlo e gestão dos apoios FEAMP, enquanto Organismo Intermédio, assegurar a auditoria às operações, enquanto ESA e garantir a certificação da respetiva despesa, na qualidade de Autoridade de Certificação;
- Promover a cooperação bilateral e multilateral com outros Estados Membros (EM), nomeadamente através de diversos organismos pagadores, promovendo a partilha de experiências, o conhecimento de novos contextos e abordagens e a otimização dos recursos disponíveis;
- Promover a formação adequada dos recursos humanos, o desenvolvimento das suas carreiras e a mobilidade interna, de forma a fomentar e potenciar competências técnicas

e de gestão, habilitando-os a corresponder a novos desafios na Instituição, promovendo igualmente a atratividade do IFAP junto de potenciais colaboradores;

- Reforçar o diálogo interno e a partilha de experiências entre colaboradores e serviços, estimulando a coesão interna e o espírito de grupo necessários à prossecução dos objetivos do IFAP;
- Potenciar a utilização de tecnologia e de soluções inovadoras na melhoria contínua dos processos de negócio;
- Operacionalizar a reforma da PAC, para o período 2014-2020, através da adequação dos sistemas de informação, de gestão e de controlo.

2. Objetivos estratégicos

Os objetivos estratégicos do IFAP, definidos para 2020, foram os seguintes:

OE1

• Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas e incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos

OE2

• Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de *e-governement*

OE3

• Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP, valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público

Enquadrados nos objetivos estratégicos, foram definidos 7 objetivos para o QUAR e 53 para o PA.

Os objetivos considerados relevantes no QUAR para o ano de 2020 foram os seguintes:

- Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos, conforme programação aprovada;
- Promover iniciativas de gestão eficiente de trabalhadores que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e que fomentem a segurança e saúde no trabalho;
- Melhorar a qualidade do serviço de atendimento;
- Melhorar a qualidade da informação do Setor Agrícola (Projetos SIMPLEX).

3. Enquadramento nível estratégico/nível político

Quadro 1 - Objetivos estratégicos enquadrados com o programa do XXII Governo Constitucional

Nível 1 - Política Pública	Nível 2 - Estratégico	
Programa do XXII Governo Constitucional	Enquadramento Estratégico	
Medida	Objetivo Estratégico (OE)	Relação com Nível 1
1º Desafio Estratégico: Alterações Climáticas Valorizar o território - do Mar à Floresta 3º Desafio estratégico: Desigualdades Coesão territorial	Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos	RD
4º Desafio Estratégico: Sociedade digital, da Criatividade e da Inovação Modernização Administrativa 2º Desafio Estratégico: Demografia Emprego e Habitação	Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de <i>e-government</i>	RD
	Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público	RD

RD - Evidência de relação direta

4. Objetivos operacionais do QUAR e do PA de 2020 - Enquadramento com os objetivos estratégicos

Dos sete objetivos operacionais do QUAR 2020, três são de eficácia, um de eficiência e três de qualidade. No Quadro 2 apresenta-se o alinhamento dos objetivos estabelecidos no QUAR com os objetivos estratégicos.

Quadro 2 - Objetivos operacionais do QUAR 2020 enquadrados com os objetivos estratégicos

OE 1 - Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos				
Parâmetro	Enquadramento operacional			
	Objetivos Operacionais (OP)	Peso	Relação OE	Objetivo QUAR/PA
EFICÁCIA (45%)	OP1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada	35%	RD	QUAR
	OP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i>	35%	RD	QUAR/PA
	OP3: Garantir a execução do PDR 2020	30%	RD	QUAR
EFICIÊNCIA (3%)	OP4: Reduzir o valor em dívida	100%	RI	QUAR/PA
OE 2 - Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de e-governement				
Parâmetro	Enquadramento operacional			
	Objetivos Operacionais (OP)	Peso	Relação OE	Objetivo QUAR/PA
QUALIDADE (52%)	OP6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento	35%	RD	QUAR/PA
	OP7: Melhorar a qualidade da informação do Setor Agrícola(Projetos SIMPLEX)	30%	RD	QUAR
OE 3 - Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público				
Parâmetro	Enquadramento operacional			
	Objetivos Operacionais (OP)	Peso	Relação OE	Objetivo QUAR/PA
QUALIDADE (52%)	OP5: Promover iniciativas de gestão eficiente de trabalhadores que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e que fomentem a segurança e saúde no trabalho	35%	RD	QUAR/PA

RD - Evidência de relação direta; RI - Evidência de relação indireta

No Quadro 3 apresenta-se o alinhamento dos 53 objetivos operacionais do PA com os objetivos estratégicos.

Quadro 3- Objetivos operacionais do PA2020 enquadrados com os objetivos estratégicos

OE 1 - Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos	
Objetivos Operacionais	Relação OE
Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER	RD
Assegurar o pagamento das Ajudas/Medidas incluídas no PU (FEAGA)	RD
Assegurar o pagamento dos apoios ao desenvolvimento rural incluídos no PU (FEADER SIGC)	RD
Assegurar a correta gestão da condicionalidade	RD
Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha anterior	RI
Garantir a constituição atempada de processos de recuperação de verbas indevidamente atribuídas	RI
Promover a recuperação dos fundos de forma célere e eficiente	RI
Instaurar processos de execução fiscal	RI
Redução do valor em dívida	RI
Garantir a solidez do SGCI dos projetos de investimento financiados pelo FEADER e FEAMP	RD
Melhoria dos resultados operacionais do Departamento e contributo para o reforço da boa execução dos Programas	RD
Assegurar a solidez do SI da contratação e dos PP de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos	RD
Promover a fiabilidade dos CAD aos PP e a fluidez dos fluxos financeiros, nos prazos calendarizados	RD
Promover a fiabilidade dos CAD aos PP no âmbito do PRODERAM2020	RD
Agilizar os procedimentos conducentes aos pagamentos sob a competência do DAM	RD
Reduzir a taxa de erro administrativo, salvaguardando as boas práticas de gestão e controlo	RD
Promover a disponibilização de aplicações informáticas das medidas de apoio geridas pelo DAM	RD
Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo <i>in loco</i>	RD
Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i>	RD
Monitorizar a execução das atividades de controlo	RD
Executar tarefas de controlo de qualidade do controlo	RD
Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário	RD
Implementação do Sistema de Gestão de Qualidade no âmbito da gestão das Ajudas Diretas	RD
Garantir e otimizar os prazos de pagamento/recebimento	RD
Garantir a Manutenção da Certificação NP ISO/IEC 27001:2013	RD
Assegurar a apresentação de proposta de Declaração de Gestão (Fundos Agrícolas - FEAGA e FEADER) ao CD	RD
Assegurar a execução das ações de auditoria nos termos constantes no Programa Anual de Auditorias 2020	RD
Rever o Plano de Prevenção de Riscos, Infrações conexas e Medidas Anti-Fraude	RD
Assegurar a realização de Ações de Coordenação, no âmbito das funções delegadas do FEAGA e FEADER e das auditorias externas nos termos constantes do Programa Anual de Auditorias 2020	RD
Adotar novas soluções que melhorem os processos	RI
Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores	RI
Assegurar a aquisição de bens e serviços	RI

OE 2 - Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de *e-governement*

Objetivos Operacionais	Relação OE
Melhorar a qualidade do serviço de atendimento	RD
Percentagem de atendimentos multicanal do <i>Contact Center</i> e <i>Help Desk</i> fechados no prazo máximo de 10 dias úteis	RD
Aumentar a eficiência na gestão dos formulários do PU e IB, no âmbito do SIGC	RD
Desenvolvimento do SIREAP	RD
Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da CE e do TCE	RI
Implementar Plano de Comunicação IFAP 2020	RD
Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta a pedidos de informação estatística	RI
Coordenar a assegurar o envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE	RI
Migração das aplicações para <i>Jboss 7.x</i>	RD
Atualizar os servidores para o Sistema Operativo mais recente e certificado para a infraestrutura dos SI do IFAP	RD
Gestão dos processos de assessoria jurídica	RD
Gestão dos processos contenciosos	RD
Promover a criação e respetiva implementação do SNC-AP nas suas três vertentes	RI
Assegurar a gestão e qualidade da informação residente na base de dados SNIRA	RD
Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores	RD
Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP	RI

OE 3 - Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público

Objetivos Operacionais	Relação OE
Estimular a motivação e o envolvimento dos colaboradores do DFI	RD
Promover iniciativas de partilha de informação e intercâmbio de boas práticas	RD
Promover a formação adequada dos recursos humanos	RD
Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo da assiduidade e no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para RH	RD
Promover a utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional familiar e pessoa	RD

RD – Evidência de relação direta

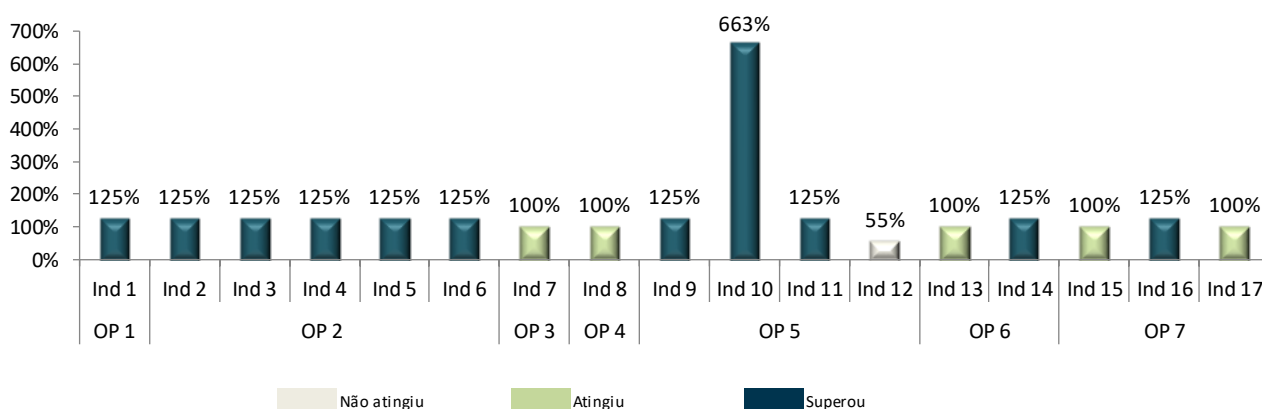
RI – Evidência de relação indireta

IV Autoavaliação

1. Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR)

Dos dezassete indicadores definidos para o QUAR (Gráfico 1), onze foram superados, cinco foram atingidos, e um não foi atingido. Como avaliação global, o IFAP alcançou 138%.

Gráfico 1 - Avaliação dos indicadores do QUAR - Taxas de realização



Os desvios verificados relativamente às metas devem-se a:

- OP1 - Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada

Todos os pagamentos foram efetuados no prazo programado, pelo que a meta foi superada.

- OP2 - Assegurar a conclusão atempada do controlo *in loco*

Apesar do contexto adverso, que atrasou este processo no início do ano, todas as metas foram cumpridas. O resultado foi de 100%.

- OP5 - Promover iniciativas de gestão eficiente de trabalhadores que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e que fomentem a segurança e saúde no trabalho

Três dos indicadores foram superados e um não foi atingido. O indicador 9 (Taxa de trabalhadores com horário flexível atribuído), obteve um resultado de 100%. Este tipo de horário é norma no IFAP, o que resultou numa taxa de realização de 125% face à meta

estipulada de 95%. No caso do indicador 10 (Taxa de trabalhadores com parecer favorável ao pedido para a prática de teletrabalho), foi garantido regime de teletrabalho a todos os trabalhadores que o tenham solicitado, pelo que o resultado foi de 100%, resultando numa taxa de realização face à meta de 663%, excecionalmente elevada. No caso do indicador 13 (Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua), todos os pedidos de jornada contínua foram autorizados. O resultado foi de 100%, o que, face à meta de 90%, originou uma taxa de realização de 125%. O indicador 12, relativo à taxa de consultas de medicina do trabalho realizadas, teve um resultado de 11%, com uma taxa de realização, face à meta, de 55%. Decorrente da pandemia, as consultas foram suspensas no final de fevereiro. Foram reativadas a partir de 01 de setembro, mas já não foi possível atingir a meta estabelecida para o ano.

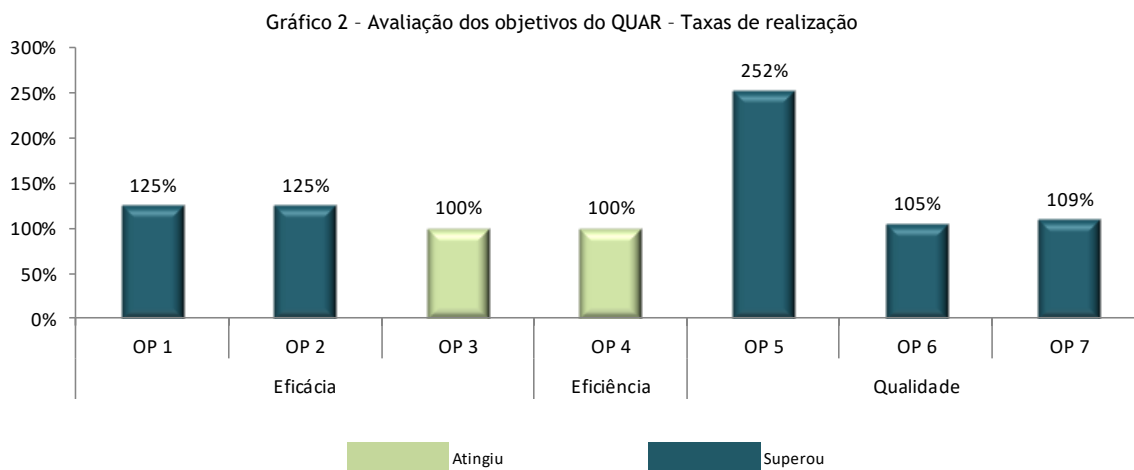
- OP6 - Melhorar a qualidade do serviço de atendimento

No seu segundo indicador (Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados), superou a meta estabelecida, não tendo ocorrido nenhuma reclamação. O reduzido número de atendimentos presenciais devido à situação de pandemia poderá ter influenciado este resultado.

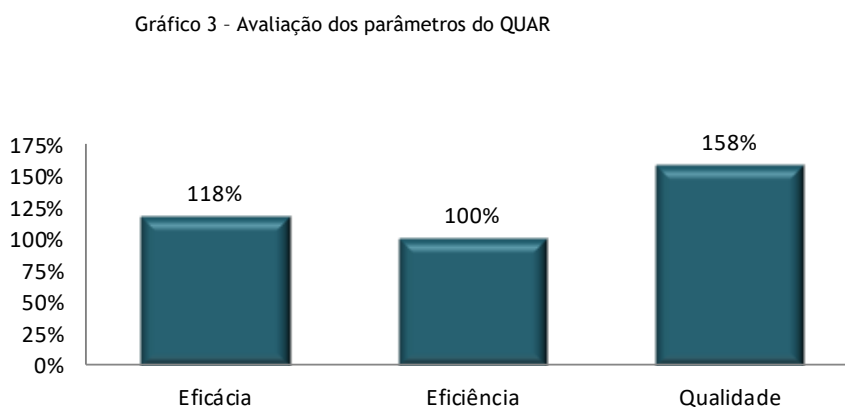
- OP7 - Melhorar a qualidade da informação do setor agrícola

Dois dos indicadores foram atingidos e um foi superado. O indicador 16 (execução do projeto SISAGRI) teve uma taxa execução de 90% superando a meta prevista de 80%.

No Gráfico 2 são apresentadas as taxas de realização dos sete objetivos definidos para 2020.



A avaliação de cada um dos parâmetros do QUAR encontra-se no Gráfico 3.



1.1. Execução dos recursos financeiros e humanos

Na componente recursos financeiros, foi apurado um desvio negativo de 1385.5 M€, justificado pelo Orçamento de Funcionamento (5.4 M€), Investimento (48.5 M€), Outros valores (116.9 M€) e Operações Extra-Orçamentais (1214.7 M€). A taxa de execução face ao disponível foi de 54%.

Quadro 4 - Recursos financeiros

DESIGNAÇÃO	Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (31.dez.2020)	Desvio Disponível - Executado (31.12.2020)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)	Diferença entre o corrigido e o planeado
Orçamento de Funcionamento (OF)	44 432 175 €	38 338 023 €	38 276 773 €	32 912 186 €	5 364 587 €	74%	86%	86%	- 6 094 152 €
Despesas c/ Pessoal	21 656 568 €	22 468 230 €	22 468 230 €	21 503 075 €	965 155 €	99%	96%	96%	811 662 €
Aquisições de Bens e Serviços	16 064 327 €	10 947 998 €	10 886 748 €	7 946 875 €	2 939 873 €	49%	73%	73%	- 5 116 329 €
Outras despesas correntes	4 292 900 €	4 039 060 €	4 039 060 €	2 920 730 €	1 118 330 €	68%	72%	72%	- 253 840 €
Despesas de Capital	2 418 380 €	882 735 €	882 735 €	541 507 €	341 228 €	22%	61%	61%	- 1 535 645 €
Orçamento de Investimento (OI)	561 831 207 €	611 609 807 €	611 329 151 €	562 791 577 €	48 537 574 €	100%	92%	92%	49 778 600 €
Outros valores	272 656 362 €	247 618 945 €	247 416 170 €	130 437 142 €	116 979 028 €	48%	53%	53%	- 25 037 417 €
Operações Extra-Orçamentais (OEO)	2 133 724 198 €	2 133 724 198 €	2 133 724 198 €	919 070 181 €	1 214 654 017 €	43%	43%	43%	- €
Total (OF+OI+OV)	3 012 643 942 €	3 031 290 973 €	3 030 746 292 €	1 645 211 088 €	1 385 535 205 €	55%	54%	54%	18 647 031 €

Conforme se pode observar no Quadro 5, na componente recursos humanos, foi apurado no número de efetivos um desvio de -70.

Quadro 5 - Recursos humanos

RECURSOS HUMANOS									Dias úteis 2020 227	
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenador da Avaliação de Serviços) ¹	Pontuação efetivos Planeados para 2020			Pontuação efetivos Executados para 2020			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	4	912	80	4	908	80	0	100%	100%
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de	16	56	12 768	896	56	12 422	872	0	97%	97%
Técnico Superior	12	364	82 992	4 368	330	71 318	3 754	-34	86%	86%
Especialistas de Informática	12	44	10 032	528	37	7 969	419	-7	79%	79%
Coordenador Técnico	9	8	1 824	72	5	1 056	42	-3	58%	58%
Técnicos de Informática	8	14	3 192	112	13	2 800	98	-1	88%	88%
Assistente Técnico	8	137	31 236	1 096	117	24 719	867	-20	79%	79%
Assistente Operacional	5	16	3 648	80	11	2 134	47	-5	58%	58%
		643	146 604	7 232	573	123 326	6 178	-70	85%	84%

1.2. Proposta de avaliação

Conforme se pode verificar nos gráficos anteriores, todos os indicadores do QUAR atingiram ou superaram as metas estabelecidas, todos os objetivos foram atingidos ou superados. Propõe-se, nessa sequência, uma avaliação de desempenho de “Bom”.

1.3. Apreciação por parte dos beneficiários sobre os serviços prestados

Dando cumprimento ao estabelecido na alínea a) do nº 2 do art. 15º da Lei nº 66 B/2007, foram avaliados os serviços prestados pelo *Contact Center* (CC) do IFAP através dos seus três tipos de atendimento: Presencial, Telefónico (*Call Center*) e Eletrónico (*Info.Center*). É igualmente avaliado, anualmente, o apoio técnico e informático deste Instituto aos utilizadores externos, (*Help Desk*).

Contact Center - Atendimento presencial

Face à situação vivida em 2020, o atendimento presencial só se realizou nos dois primeiros meses do ano. Durante esse período, deslocaram-se ao atendimento presencial do IFAP 458 utilizadores, tendo sido preenchidos 114 inquéritos de satisfação, o que corresponde a uma amostra de, aproximadamente, 52%.

Da análise dos dados conclui-se que a maioria dos inquiridos considera o atendimento através do canal presencial no IFAP como sendo “Muito Bom” (64%), representando as avaliações positivas 98%. Destaca-se a questão relacionada com a cortesia no atendimento, que atingiu 99% de classificações “Muito Bom” e “Bom”. Nenhuma questão foi classificada no Inquérito, em termos médios, de forma negativa.

O aspeto menos positivo diz respeito à articulação entre os diferentes técnicos (*FrontOffice* e *BackOffice*), verificando-se mesmo assim que 90% dos inquiridos classificaram positivamente este grupo.

Contact Center - Atendimento Eletrónico e Telefónico

Relativamente a este tipo de atendimento houve um total de 7891 participantes o que, apesar de representar menos 9% que no ano anterior, considera-se uma boa participação, apenas superada no ano passado.

A - Canal eletrónico:

À semelhança do ano de 2019, apenas 25% dos participantes referem que utilizaram o canal electrónico em 2020 e apenas 11% referiram ser difícil a utilização desse serviço.

Em relação ao prazo de resposta, 90% ficaram positivamente agradados, o que representou uma ligeira melhoria face ao ano anterior (89%).

Quanto à avaliação global, 93% avaliaram positivamente este tipo de atendimento (no ano anterior foi 92%), no entanto verificou-se um aumento significativo de atribuição da classificação máxima, que no ano passado representava 19% dos inquiridos e este ano passou a abranger 28%.

B - Canal Telefónico

Quanto a este tipo de atendimento, apenas 15% referiram utilizar o canal telefónico, o que representou um aumento face ao ano anterior (13%).

A percentagem de participantes que afirma ter realizado uma única tentativa para ser atendido foi de 28% (no ano anterior era de 22%), e entre 1 e no máximo 3 tentativas (somatório dos 2 primeiros escalões de avaliação) a percentagem alcançada foi de 77% (no ano anterior foi de 73%).

Dos participantes no inquérito, 25% consideraram muito útil e vantajoso o recurso aos *Interactive Voice Response* (IVR), e 84% avaliaram nos 3 escalões positivos a introdução dessas alterações.

Nos casos em que não foi possível esclarecer os assuntos no decurso das chamadas, cerca de 29% afirmaram que obtiveram resposta do IFAP num prazo inferior a 24 horas, e mais de 39% num prazo entre 1 e 3 dias úteis, ou seja, no somatório desses 2 escalões, 68% desses assuntos foram esclarecidos num prazo máximo de 3 dias (no ano anterior foram 27% num prazo inferior a 24 horas e 65% no somatório dos dois escalões). Os resultados deste indicador estão diretamente relacionados com o *feedback* e a eficácia em que as áreas de *BackOffice* respondem ao CC.

Quanto à avaliação global, 91% avaliaram positivamente este tipo de atendimento o que representou uma melhoria face ao ano anterior (90%). A percentagem de inquiridos que atribuiu a classificação máxima passou de 25%, no ano anterior, para 34% no atual.

Help-Desk

Por fim, o atendimento técnico e informático (*Help Desk*), efetuado através de atendimento eletrónico e telefónico, é também avaliado através de um inquérito de satisfação, sendo este desfasado no tempo relativamente aos restantes, de modo a não sobrecarregar os utentes do serviço e obter uma melhor participação. A data prevista para a sua realização será o início de junho de 2021. No inquérito efetuado em 2020 relativamente ao ano anterior, os resultados alcançados refletiram um aumento de avaliações positivas, verificando-se um crescimento no

peso das avaliações com classificação máxima (condições de excelência) e uma forte redução nas classificações com avaliação negativa ou mínima.

Os resultados dos inquéritos referidos serão disponibilizados para consulta no Portal do IFAP.

1.4. *Benchmarking* de desempenho com serviços idênticos

Devido às especificidades do IFAP, não existem organismos com semelhanças suficientes que justifiquem o *benchmarking* de desempenho com serviços idênticos, pelo que não é possível fazer esta avaliação.

1.5. Avaliação do sistema de controlo interno (SCI)

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/Justificação
	S	N	NA	
1 - Ambiente de controlo				
1.1 Estão claramente definidas as especificações técnicas do sistema de controlo?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.2 É efetuada internamente uma verificação efetiva sobre a legalidade, regularidade e boa gestão?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.3 Os elementos da equipa de controlo e auditoria possuem a habilitação necessária para o exercício da função?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
1.4 Estão claramente definidas valores éticos e de integridade que regem o serviço?	X			Para além da legislação específica, está aprovado o Manual de Conduta dos trabalhadores do IFAP.
1.5 Existe uma política de formação do pessoal que garanta a adequação do mesmo às funções e complexidade da tarefa?	X			Anualmente é realizado o diagnóstico de necessidades de formação, junto dos dirigentes e trabalhadores do IFAP, sendo sempre solicitado que as mesmas tenham como suporte as funções desempenhadas e a necessidade de aperfeiçoamento dos conhecimentos teórico/práticos que se considerem relevantes para a melhoria do desempenho individual.
1.6 Estão claramente definidos e estabelecidos contactos regulares entre a direção e os dirigentes das Unidades Orgânicas?	X			Realização de reuniões periódicas
1.7 O serviço foi objeto de ações de auditoria e controlo externo?	X			IGF, IGAMAOT, TC, TCE, DGAGRI, DGMARE, DGSANTE, entre outros
2 - Estrutura organizacional				
2.1 A estrutura organizacional estabelecida obedece às regras definidas legalmente?	X			A estrutura organizacional está publicada em Diário da República
2.2 Qual a percentagem de colaboradores do serviço avaliados de acordo com o SIADAP 2 e 3?	X			A totalidade dos trabalhadores
2.3 Qual a percentagem de colaboradores do serviço que frequentaram pelo menos uma ação de formação?	X			29% em ações de formação presenciais

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO				
Questões	Resposta			Fundamentação/Justificação
	S	N	NA	
3. Atividades e procedimentos de controlo administrativo implementados no serviço				
3.1 Existem manuais de procedimentos internos?	X			Existem normas de procedimentos internos e manuais, entre outros
3.2 A competência para autorização da despesa está claramente definida e formalizada?	X			Deliberações do CD de delegação de competências
3.3 É elaborado anualmente um plano de compras?	X			É elaborado o Plano Anual de Aquisições, de acordo com o normativo em vigor e aprovado pelo CD
3.4 Está implementado um sistema de rotação de funções entre trabalhadores?	X			Está em fase de implementação um sistema de rotação de trabalhadores com funções consideradas críticas. Baseado neste modelo tem sido promovida a mobilidade interna de recursos humanos.
3.5 As responsabilidades funcionais pelas diferentes tarefas, conferências e controlos estão claramente definidos e formalizados?	X			Para além do normativo administrativo existente, cada trabalhador tem as suas tarefas bem definidas.
3.6 Há descrição dos fluxos dos processos, centros de responsabilidade por cada etapa e dos padrões de qualidade mínimos?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.7 Os circuitos dos documentos estão claramente definidos de forma a evitar redundâncias?	X			Os <i>workflows</i> da documentação estão definidos no sistema de gestão documental eletrónico
3.8 Existe um plano de risco de corrupção e infrações conexas?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
3.9 O plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas é executado e monitorizado?	X			Baseado nos trabalhos de auditoria realizados
4 - Fiabilidade dos sistemas de informação				
4.1 Existem aplicações informáticas de suporte ao processamento de dados, nomeadamente, nas áreas da contabilidade, gestão documental e tesouraria?	X			p.e <i>iDoc</i> (sistema gestão documental), <i>iSINGA</i> (POCP-Contabilidade) e SIAG (Sistema Integrado de Apoio à Gestão)
4.2 As diferentes aplicações estão integradas permitindo o cruzamento de informação?	X			O IFAP dispõe de ferramentas e procedimentos para o efeito.
4.3 Encontra-se instituído um mecanismo que garanta a fiabilidade, oportunidade e utilidade dos <i>outputs</i> dos sistemas?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
4.4 A informação extraída dos sistemas de informação é utilizada nos processos de decisão?	X			Os diferentes departamentos utilizam os <i>outputs</i> dos SI para decisões de negócio e de suporte.
4.5 Estão instituídos requisitos de segurança para o acesso de terceiros a informação ou ativos do serviço?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito
4.6 A informação dos computadores de rede está devidamente salvaguardada (existência de <i>backups</i>)?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito.
4.7 A segurança na troca de informação e <i>software</i> está garantida?	X			A certificação na ISO27001:2013 garante o cumprimento deste tipo de requisito

Legenda: S – Sim; N – Não; NA – Não existe informação disponível que permita responder à questão de forma inequívoca.

1.6. Desenvolvimento de medidas para um reforço positivo do desempenho

Newsletter interna

A *Newsletter* interna digital - *IFAPcomunica*, continuou a ser emitida mensalmente, à semelhança de anos anteriores, assumindo agora maior relevância, com notícias internas de interesse para os colaboradores a trabalhar remotamente, estreitando a sua relação com a organização e reforçando a partilha de experiências.

Medidas no âmbito do Clima Organizacional

No contexto da situação epidemiológica e das medidas excecionais adotadas para fazer face à COVID-19, foram determinadas medidas excecionais e temporárias, nomeadamente o recurso ao teletrabalho.

No sentido de avaliar a experiência de teletrabalho durante o primeiro período de confinamento e conhecer os impactos que cada trabalhador percecionou com esta prática, no mês de junho todos os trabalhadores foram convidados a responder a um questionário sobre essa experiência.

Foram rececionadas 440 respostas, representando 77% do universo de trabalhadores, 83% com idade acima de 45 anos. Cerca de 60% utilizaram o computador próprio e 40% utilizaram equipamento fornecido pelo IFAP. Quanto ao grau de satisfação relativamente à experiência do teletrabalho, 98% consideraram-se satisfeitos ou muito satisfeitos. 95% consideram que a sua função pode ser desempenhada nesta modalidade de trabalho. Como aspetos positivos do teletrabalho, foram mencionados a maior capacidade de concentração, o não se perder tempo com deslocações, a melhor gestão do tempo, uma maior disponibilidade para apoio à família, o incentivo à autonomia e o aumento da qualidade de vida profissional e pessoal. Como aspetos negativos, foram mencionados a falta de contacto interpessoal com colegas, a dificuldade na partilha profissional e no esclarecimento de dúvidas e aspetos práticos, bem como a dificuldade em separar a vida profissional da pessoal.

Apresentam-se nos quadros seguintes as respostas obtidas.

Quadro 6 - Impacto do Teletrabalho

Impactos do teletrabalho	Discorda e Discorda totalmente	Concorda e Concorda plenamente
Aumenta a produtividade	12%	88%
Melhora a qualidade de vida	5%	95%
Diminui o stress	14%	86%
Aumenta a motivação	20%	80%
Aumenta o sentimento de isolamento	63%	37%
Diminui o sentimento de pertença à organização	19%	81%
Aumenta a autonomia	13%	87%
Aumenta a capacidade de concentração	12%	88%
Diminui o reconhecimento	19%	81%

Quadro 7 - Articulação/relação com o superior hierárquico

Articulação/Relação com o seu superior hierárquico	Insatisfeito ou pouco satisfeito	Satisfeito ou muito satisfeito
Na definição de orientações	4%	96%
Na monitorização do trabalho	5%	95%
No apoio na resolução dos problemas	5%	95%
Na comunicação	6%	94%
No <i>feedback</i> do desempenho	10%	90%

Quadro 8 - Avaliação da realização do teletrabalho

Como avalia a realização do teletrabalho	Insatisfeito ou pouco satisfeito	Satisfeito ou muito satisfeito
Na comunicação com os colegas de trabalho	4%	96%
Na disponibilização dos meios de trabalho	5%	95%
Na disponibilização dos meios informáticos para a realização do trabalho	5%	95%

O serviço de Medicina Curativa, implementado em 2017, funcionou no princípio do ano, tendo sido interrompido de meio de março até junho, no quadro das medidas nacionais de contenção da COVID-19. Este serviço, à disposição dos trabalhadores duas vezes por semana nas instalações do Instituto, permite-lhes usufruir de consultas médicas gratuitas.

No âmbito da promoção da Segurança e da Saúde no Trabalho, os exames de saúde obrigatórios, previstos nos termos da Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, passaram também a ser efetuados a partir novembro nas instalações do IFAP na Rua Castilho e na Rua Fernando Curado Ribeiro.

Os refeitórios, temporariamente encerrados como consequência da diminuição de afluência dos colaboradores pelo recurso ao regime de teletrabalho, depois de retomarem a atividade em junho, acabaram por encerrar por tempo indeterminado em novembro, quando foi novamente decretado o estado de emergência e o teletrabalho obrigatório.

Responsabilidade social

Mantiveram-se as iniciativas implementadas no ano de 2019, com algumas adaptações durante o período de confinamento, em que a maior parte dos colaboradores passou a trabalhar a partir de casa. Assim, várias ações de sensibilização, incluindo concursos, foram promovidos à distância para manter viva a consciência de todos sobre a sustentabilidade do planeta.

Relativamente aos colaboradores em trabalho presencial, o IFAP tomou as providências recomendadas pela DGS, de forma a reduzir o risco de contágio e aumentar a segurança dentro das instalações, contribuindo assim para o controlo nacional da pandemia.

1.7. Audição de dirigentes intermédios e dos demais trabalhadores na autoavaliação

O IFAP contou com a participação de toda a sua estrutura para a elaboração do presente relatório que contém a autoavaliação do serviço. Essa colaboração é essencial para o desenvolvimento do trabalho.

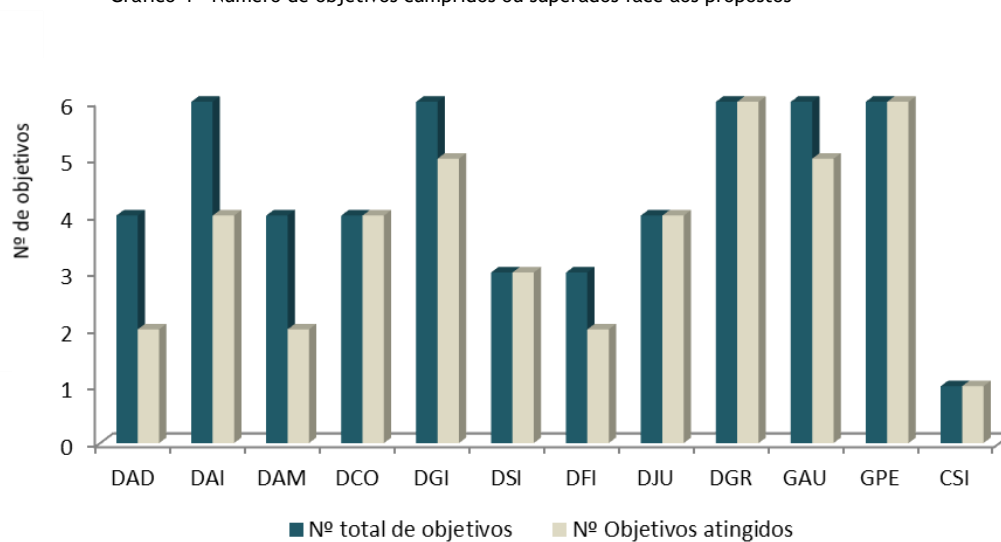
2. Plano de Atividades

Conforme evidenciado no Quadro 9, a avaliação global dos departamentos, face aos objetivos estabelecidos para o ano de 2020, foi de 102%.

Quadro 9 - Departamentos/Gabinetes Avaliação Global

Departamentos/Gabinetes	Avaliação Global	Objetivos	
		Atingido ou superado	Não atingido
DAD	96%	2	2
DAI	97%	4	2
DAM	103%	2	2
DCO	101%	4	0
DGI	107%	5	1
DSI	111%	3	0
DFI	84%	2	1
DJU	107%	4	0
DGR	108%	6	0
GAU	96%	5	1
GPE	104%	6	0
CSI	114%	1	0
TOTAL	102%	44	9

Gráfico 4 - Número de objetivos cumpridos ou superados face aos propostos



V Atividades desenvolvidas

1. Plano de Atividades por Departamento

Neste capítulo apresentam-se as avaliações dos objetivos definidos no PA, bem como os acontecimentos relevantes e atividades não previstas para cada departamento.

1.1. Departamento de Ajudas Diretas (DAD)

Departamento: DAD

3 Unidades: Regime de Pagamento Base (URPB); Pagamentos Diretos (UPAD); Ajudas ao Desenvolvimento Rural (UADR)

1 Núcleo: Condicionalidade e POSEI (NCPO)

1.1.1 - Avaliação dos objetivos

O DAD cumpriu ou superou dois dos quatro objetivos definidos para 2020.

Quadro 10 - Objetivos operacionais do DAD

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Assegurar o pagamento das Ajudas/Medidas incluídas no PU (FEAGA)	Ind1 - (Nº de resumos emitidos até à data limite / Nº de resumos das ajudas previstas na calendarização de pagamentos de 2020 até à data limite) * 100	40%	100%	95%	100%	105%	105%
2 - Assegurar o pagamento dos apoios ao desenvolvimento rural incluídos no PU (FEADER SIGC)	Ind1 - (Nº de resumos emitidos até à data limite / Nº de resumos das ajudas previstas na calendarização de pagamentos de 2020 até à data limite) * 100	35%	100%	95%	80%	84%	84%
3 - Assegurar a correta gestão da condicionalidade	Ind1 - Cálculo e aplicação da taxa da condicionalidade, referente à campanha 2020	15%	100%	100%	100%	100%	100%
4 - Promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, relativos à campanha anterior	Ind1 - Nº de ajudas com processos de recuperação de verbas, da campanha de 2019, constituídos a 15 de outubro / total de ajudas do PU com processos de recuperação a constituir) x 100	10%	100%	100%	92%	92%	92%
Avaliação Global do Departamento						96%	

Por ausência de disponibilidade financeira atempada, três resumos de apuramento de Medidas Agroambientais (MAA) foram lançados com um dia de atraso em relação à data prevista e o pagamento das Medidas Florestais do R.2080/92 não foi efetuado na data calendarizada, o que levou a uma taxa de realização do objetivo 2, face à meta, de 84%.

Relativamente ao objetivo 4, promover a constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas PU, relativos à campanha anterior, a taxa de realização face à meta foi de 92%.

A avaliação do DAD foi de 96%.

1.1.2 - Atividades desenvolvidas

Dada a conjuntura resultante da pandemia causada pela COVID-19, a partir de março de 2020, a quase totalidade dos colaboradores do DAD passaram para o regime de teletrabalho. Apesar da correspondente adaptação quer das relações laborais quer dos procedimentos instituídos, foram concretizadas todas as tarefas da competência do departamento.

No âmbito das atividades programadas conducentes ao pagamento das ajudas no âmbito da aplicação do FEAGA, foram desenvolvidos, testados e aprovados os procedimentos inerentes às diferentes cadeias de apuramento. Deste modo, foram asseguradas todas as validações previstas na legislação, os controlos administrativos cruzados, a integração de resultados de controlo de campo e a aplicação de penalizações e sanções das respetivas ajudas.

O pagamento do saldo das ajudas no âmbito do FEAGA, da campanha de 2019, realizou-se na data prevista, depois de assegurado o cumprimento dos *plafonds* comunitários. Por se estimar a ultrapassagem do limite orçamental quer nos pagamentos do exercício financeiro, quer nos pagamentos da campanha de 2019, foi aplicado o coeficiente de redução linear (0.5%).

Excecionalmente, devido à situação de pandemia, os adiantamentos foram realizados com base nos resultados dos controlos administrativos e a percentagem de adiantamento da campanha de 2020 foi de 70%, tendo sido efetuados os pagamentos do Regime de Pagamento Base (RPB), Regime da Pequena Agricultura (RPA), do Pagamento para os Jovens Agricultores e do Apoio Associado Voluntário Animais e Superfícies, bem como de algumas Medidas do POSEI de Apoio à Produção Local (MAPL), conforme previsto, em outubro de 2020.

Durante o período de apresentação do PU de 2020, foram também formalizadas as transferências de direitos ao pagamento do RPB. Foram apresentadas 6500 transferências de direitos ao pagamento envolvendo cerca de 134 mil direitos no montante total de 13 M€, tendo sido objeto de controlo de qualidade cerca de 2200 transferências. No que respeita ao RPA foram apresentadas 1200 transferências.

Em 2020 foram apresentadas cerca de 1000 candidaturas à reserva nacional de direitos de RPB e 2100 pedidos de pagamento (PP) aos jovens agricultores, tendo sido atribuídos cerca de 22000 direitos da reserva nacional a 460 beneficiários, no montante total de 2.3 M€. A alteração das condições de elegibilidade relativas à titularidade das superfícies exploradas pelos candidatos à reserva nacional conduziu à implementação de uma base de dados específica e a constituição de uma equipa de colaboradores interserviços do departamento, com o fim de verificar administrativamente a respetiva documentação, bem como a respetiva notificação.

No âmbito das ajudas FEADER, e de modo a cumprir o objetivo 2, foram igualmente asseguradas todas as validações previstas na legislação, os controlos administrativos cruzados, a integração de resultados de controlo de campo e a aplicação de penalizações e sanções das respetivas ajudas.

No primeiro semestre de 2020 foi efetuado o pagamento de saldo de várias medidas, tais como Pagamento Natura, Apoios Zonais de caráter Agro-Ambiental, Uso Eficiente da Água, Culturas Permanentes Tradicionais, Pastoreio Extensivo, Mosaico Agroflorestal, Apoio Agro-Ambiental à Apicultura e Manutenção das Galerias Ripícolas, da campanha de 2019.

Dada a circunstância excepcional da situação pandémica, em agosto foram antecipados os adiantamentos em 50% nas ajudas Agricultura Biológica, Produção Integrada e AZD, da campanha 2020.

Em outubro, foram efetuados os adiantamentos de 85%, da campanha de 2020, das medidas Culturas Permanentes Tradicionais, Agricultura Biológica, Produção Integrada, Conservação do Solo e AZD.

Em novembro, concretizou-se o adiantamento do Pagamento Natura e, em dezembro, o pagamento de saldo das medidas Agricultura Biológica, Produção Integrada, Conservação do Solo, Raças Autóctones e, ainda, AZD.

No âmbito das medidas de Florestação de Terras Agrícolas (FTA), foram realizados os pagamentos da anuidade de 2020 dos prémios dos R. 2328/91, RURIS e R. 2080/92 em outubro, novembro e dezembro, respetivamente.

Em janeiro, foram pagos os prémios FTA do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013 (PRODER) e do PDR2020 - Prémios de Manutenção e por Perda de Rendimento da campanha de 2020. Em março e abril foi realizado, pela primeira vez, o pagamento da medida M8.1.2 - Instalação de Sistemas Agroflorestais - Prémios de Manutenção do PDR2020.

Durante o período de candidaturas do PU 2020, foram apresentadas cerca de 1500 transferências de compromissos das Medidas Agroambientais, das quais 1200 envolveram cerca de 19700 hectares e 300 envolveram cerca de 300 cabeças normais.

No que diz respeito à condicionalidade, de modo a assegurar a sua correta gestão, e a fim de cumprir com o objetivo 3, foi calculada a dedução da respetiva taxa aos pagamentos da campanha de 2019, sendo os respetivos montantes deduzidos nos pagamentos da campanha de 2019. O montante total do valor deduzido ascendeu a 2.1 M€.

Relativamente à constituição dos processos de recuperação de verbas das ajudas do PU, foram desencadeados todos os procedimentos para a criação de cerca de 2500 processos de recuperação de verbas relativos à campanha de 2019, tanto das ajudas do FEAGA como do FEADER. Neste último fundo incluem-se os processos de recuperação de verbas das ajudas anuais e das ajudas plurianuais, inclusive os processos de recuperação por quebra do ciclo obrigatório dos compromissos plurianuais, dando assim cumprimento à execução do objetivo 4.

Compete ainda a este departamento a gestão e monitorização do rácio de referência nacional das pastagens permanentes.

Ainda no decurso de 2020, o DAD procedeu à elaboração de normativos e manuais de diversas ajudas e atualização de outros já existentes, bem como à revisão dos conteúdos disponibilizados no Portal do IFAP das ajudas por ele geridas. A fim de melhorar a informação prestada ao beneficiário foi desenvolvida e disponibilizada a Demonstração da sanção administrativa por sobredeclaração para as ajudas FEADER.

Este departamento também acompanhou vários inquéritos, auditorias e a certificação de contas de 2020 da IGF.

Procedeu à elaboração das estatísticas previstas no R. 809/2014 (ajudas diretas, desenvolvimento rural e condicionalidade), à validação conjunta dos dados com outros departamentos intervenientes e ao acompanhamento do Mapa das Cruzes.

Colaborou na preparação da programação dos pagamentos a efetuar da campanha de 2019 e nas previsões anuais e mensais dos pagamentos FEAGA e FEADER.

No âmbito das propostas de alteração legislativas nacionais, decorrentes ou não de alterações legislativas comunitárias, analisou e comentou projetos de Portarias e Despachos Normativos.

Este departamento participou ainda em diversos grupos de peritos organizados pela CE, comités de gestão da CE, reuniões técnicas e nas comissões de acompanhamento do protocolo de delegação de funções.

1.2. Departamento de Ajudas ao Investimento (DAI)

Departamento: DAI

4 Unidades: Acompanhamento de Programas (UAPO); Informação, Gestão e Especificações Técnicas (UIGE); Recuperações (UREC); Gestão Operacional (UGOP)

1 Núcleo: Apoios Comunitários na Região Autónoma da Madeira (NACM)

1.2.1 - Avaliação dos objetivos

O DAI cumpriu ou superou cinco dos seis objetivos estabelecidos para 2020.

Quadro 11 - Objetivos operacionais do DAI

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Melhoria dos resultados operacionais do Departamento e contributo para o reforço da boa execução dos Programas	Ind1 - Assegurar uma taxa de erro de controlo a 31-12-2020, não superior a 5%, nas medidas investimento	20%	40%	5%	10%	0%	64%
	Ind2 - Emitir pareceres no âmbito da definição dos novos apoios 2021-2027		20%	95%	97%	102%	
	Ind3 - N° de pagamentos realizados no prazo/N° de pagamentos previstos para o ano de 2020*100		40%	85%	93%	109%	
2 - Garantir a solidez do sistema de gestão e controlo interno dos projetos de investimento financiados pelo FEADER e FEAMP	Ind1 - Redução das recomendações formuladas nos diversos controlos realizados pelo IFAP ou por qualquer entidade externa (Comparação entre o ano n-1 e o ano n)	15%	30%	75%	83%	111%	112%
	Ind2 - Realização de controlos de qualidade prévios à contratação e ao pagamento		35%	2%	3%	125%	
	Ind3 - Realização de ações de acompanhamento a entidades com funções delegadas, no âmbito da supervisão e acompanhamento		35%	8	8	100%	
3 - Assegurar a solidez do sistema de informação da contratação e dos pedidos de pagamento de modo a melhorar a fiabilidade e execução dos Fundos, com ênfase na prevenção, deteção e correção das irregularidades	Ind1 - Entrega dos documentos de requisitos aplicacionais no prazo definido no cronograma das iniciativas DAI/DSI atualizado	15%	50%	60%	62%	103%	103%
	Ind2 - Taxa de respostas aos pedidos de esclarecimento recebidos nos diversos canais no prazo de 5 dias úteis		25%	80%	81%	101%	
	Ind3 - Taxa de realização de testes aplicacionais conducentes à resolução de bugs no prazo de 45 dias úteis		25%	65%	67%	103%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
4 - Promover a fiabilidade dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento e a fluidez dos fluxos financeiros, nos prazos calendarizados	Ind1 - N° de PP validados no mês n/ N° PP entrados, devidamente instruídos (Medidas/projetos sob gestão do IFAP) no mês n-1	15%	30%	70%	74%	106%	112%
	Ind2 - N° de pagamentos compensados/ N° total de pagamentos que foram colocados a aguardar os 6 meses, visando eventual compensação		40%	70%	87%	124%	
	Ind3 - Taxa entre o valor real pago e o valor da previsão de pagamento para cada um dos períodos de reporte		30%	70%	71%	101%	
5 - Promover a recuperação dos Fundos de forma célere e eficiente	Ind1 - N° processos administrativos tratados no ano n relativos ao ano n-1	20%	30%	100%	93%	93%	98%
	Ind2 - N° de DEFI emitidas no prazo de 18 meses		30%	100%	94%	94%	
	Ind3 - Taxa de projetos notificados até 90 dias após constatação/180 dias após constatação sobre o n° total de processos inscritos		40%	65%	68%	105%	
6 - Promover a fiabilidade dos controlos administrativos aos pedidos de pagamento no âmbito do PRODERAM2020	Ind1 -N° de pedidos de pagamento objeto de CAD no prazo de 2 meses/n° total de pedidos de pagamento submetidos	15%	40%	90%	91%	101%	103%
	Ind2 - N° de pedidos de pagamento verificados em 5 dias úteis/ n° total de pagamentos submetidos		40%	90%	96%	107%	
	Ind3 - N° de reuniões realizadas com a DRA		20%	2	2	100%	
Avaliação Global do Departamento					97%		

Relativamente ao primeiro indicador do objetivo 1, não sendo um indicador que o DAI possa controlar de forma direta atento que são as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) que realizam os controlos *in loco*, coube-lhe desenvolver todas as tarefas necessárias à mitigação dos erros identificados. Apesar do trabalho efetuado, o ano de 2020 caracterizou-se por um elevado número de operações com erros a 100%. No que se refere à emissão de pareceres no âmbito da definição dos novos apoios 2021-2027, a tarefa foi executada sem constrangimentos de maior, dado o atraso no desenvolvimento do PEPAC. Relativamente aos pagamentos realizados, apesar do 1º semestre ter sofrido alguns constrangimentos decorrentes do contexto pandémico, o 2º semestre permitiu regularizar os pagamentos cuja análise ficou

por concluir por implicarem Verificações Físicas no Local, encerrando-se o ano com um grau de cumprimento muito satisfatório.

Quanto ao objetivo 2, no ano de 2020 ocorreu uma redução geral das atividades de controlo resultando uma redução do nível de recomendações formuladas. As atividades de controlo de qualidade foram essencialmente realizadas no âmbito do controlo de qualidade prévio à contratação das ajudas, tendo-se iniciado em novembro a tarefa de efetuar controlo de qualidade a 100% das medidas do PDR2020 com parcelário associado. Quanto ao indicador 3, apesar das dificuldades decorrentes do contexto pandémico, foram realizadas as ações de acompanhamento previstas.

No que respeita ao objetivo 3, o primeiro indicador foi cumprido, apesar das dificuldades operacionais na entrega dos documentos de requisitos. Relativamente à taxa de respostas aos pedidos de esclarecimento, ainda longe dos objetivos que se pretendem para este indicador, o mesmo foi cumprido, face à meta estabelecida, apesar de ter sido um ano muito sobrecarregado de questões. O DAI continua a ter um elevado trabalho resultante de *Bugs* aplicativos, que condicionam a regular atividade da equipa de desenvolvimento. Não sendo um assunto de fácil resolução dada a complexidade da aplicação, foi possível cumprir o indicador.

No quarto objetivo, o grau de execução do número de PP validados foi condicionado também pelo contexto pandémico e por parte substancial das equipas estarem em teletrabalho. Porém, foi possível assegurar um grau adequado do cumprimento do indicador. Relativamente à prática da compensação, esta tem decorrido com grande eficácia, o que tem permitido reduzir o número de Processos de recuperação de verbas (PRV). O processo de apuramento das previsões carece ainda de melhorias operacionais no entanto, os resultados consideram-se satisfatórios face à meta definida.

No que respeita ao objetivo 5, os objetivos estratégicos foram condicionados por problemas informáticos (recálculos e outros erros) que impediram um melhor objetivo. Adicionalmente verificou-se algum atraso nas decisões de aplicação de sanções administrativas que condicionaram o normal processo decisório. O reforço da equipa da UREC permitiu já na fase final do ano, recuperar algumas das metas estabelecidas, ainda que o indicador possa vir a ser melhorado substancialmente.

Relativamente ao objetivo 6, as metas dos indicadores foram cumpridas, tendo sido sentida alguma dificuldade na realização de Verificações Físicas no Local.

A avaliação global do DAI foi 97%.

1.3. Departamento de Apoios de Mercado (DAM)

Departamento: DAM

3 Unidades: Medidas de Intervenção em Mercados (UMIM); Ajudas Específicas (UAJE); Produtos Financeiros (UPRF)

1.3.1 - Avaliação dos objetivos

O DAM superou dois dos quatro objetivos estabelecidos para 2020.

Quadro 12 - Objetivos operacionais do DAM

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Objetivo Operacional 1 - Agilizar os procedimentos conducentes aos pagamentos sob a competência do DAM	Ind1 - N.º médio de dias gastos no apuramento = Soma de dias consumidos em cada apuramento (desde a data de início da análise até à data do resumo de apuramento)/Total de apuramentos	70%	30%	60 dias úteis	35	125%	105%
	Ind2 - Prazo de libertação de Garantias Bancárias associadas aos Pedidos de Adiantamento (desde a data do apuramento da regularização do adiantamento até à data da libertação)		10%	20 dias úteis	29	55%	
	Ind3 - Apuramento realizados dentro do prazo estipulado/ Total apuramentos realizados (*)		60%	95%	98%	103%	
2 - Reduzir a taxa de erro administrativo, salvaguardando as boas práticas de gestão e controlo	Ind1 - Erros administrativos (montante irregular apurado/ montante total apurado)	10%	40%	2%	0,12%	125%	108%
	Ind2 - N.º de relatórios de controlo analisados no prazo de 90 dias/ N.º total de relatórios de controlo entrados no DAM		40%	90%	89%	99%	
	Ind3 - N.º de recomendações concretizadas/ N.º total de recomendações apontadas		20%	80%	72%	90%	
3 - Promover a disponibilização de aplicações informáticas que assegurem a gestão integral das medidas de apoio geridas pelo DAM	Ind1 - Análises funcionais aprovadas/Análises funcionais disponibilizadas	10%	50%	80%	100%	125%	91%
	Ind2 - Aplicações desenvolvidas/ Aplicações previstas para 2020		50%	80%	46%	58%	
4 - Garantir a constituição atempada dos processos de recuperação de verbas indevidamente atribuídas	Ind1 - Tranche de Apuramento de Valor Negativo criada dentro do prazo (≤ 60 dias a contar da data de conhecimento da dívida)	10%	60%	90%	100%	111%	93%
	Ind2 - Envio da DEFI (≤ 180 dias a contar da data de conhecimento da dívida)		40%	90%	60%	67%	
Avaliação Global do Departamento						103%	

(*) Estão excluídas as medidas para as quais não foram pré estabelecidos prazos de pagamento e Promoção de Vinhos em Países Terceiros

Relativamente ao objetivo 3, não se conseguiu efetivamente concretizar tudo o que estava previsto em relação aos desenvolvimentos aplicacionais de gestão das medidas de apoio geridas pelo DAM. No entanto, no decorrer do exercício, e para fazer face à pandemia, surgiram novas medidas, consideradas prioritárias, para as quais foram desenvolvidos sistemas aplicacionais de gestão e controlo não equacionados neste objetivo operacional.

No que respeita ao objetivo 4, o atraso verificado na emissão das decisões finais deveu-se a análises complexas de determinadas alegações.

A avaliação deste departamento foi de 103%.

1.3.2 - Atividades desenvolvidas

Perante as fortes restrições impostas pela pandemia, o DAM conseguiu não só assegurar as tarefas ditas “convencionais”, como até superar algumas das metas inicialmente previstas, bem como preparar e implementar um conjunto de medidas excecionais para atenuar o efeito do surto.

Neste sentido, o DAM esteve envolvido na conceção e concretização de um conjunto de medidas excecionais para minimizar o impacto sócio-económico causado pela pandemia da COVID-19, das quais se destacam:

- Criação de uma moratória, com o intuito de proteção dos créditos bancários, que abrange os créditos vigentes contratados no âmbito de linhas protocoladas entre as Instituições de Crédito e o IFAP, como é o caso da Linha de Crédito Pescas, da Linha de Crédito de Curto Prazo e das Linhas Garantidas;
- Criação de uma linha de crédito, com bonificação de juros, dirigida às entidades do setor das Pescas, destinada a disponibilizar meios financeiros para as suas necessidades de fundo de maneo ou de tesouraria;
- Criação de uma linha de crédito com juros bonificados dirigida aos produtores de flores de corte e plantas ornamentais, considerando a grave situação do mercado deste setor, particularmente afetado pela redução acentuada da procura, em consequência das fortes restrições à circulação impostas pelos EM e pelo mercado internacional;
- Abertura temporária da armazenagem privada de queijo, de produtos lácteos, nomeadamente de leite em pó desnatado e manteiga, e de carne, derivada da constatação de perturbação de mercado, decorrente de um forte desequilíbrio entre a oferta e a procura, em virtude das fortes restrições à circulação, ao fecho dos estabelecimentos de

restauração e hotelaria, bem como a mudança padrão de hábitos de consumo, que se refletiram ao nível do preço da produção;

- No âmbito dos programas de apoio ao setor vitivinícola, tendo em conta as perturbações significativas causadas pelas fortes restrições à circulação e as medidas de distanciamento social, que afetaram as cadeias de abastecimento, tanto ao nível grossista como retalhista, assim como na restauração, com o encerramento de restaurantes, cantinas, bares e hotéis, refletindo-se num aumento dos excedentes de vinho no mercado, criou-se um apoio à Destilação de Vinho em caso de crise, bem como a concessão de apoio ao Armazenamento de Vinho em situação de crise, por forma a ajudar os operadores a fazer face às graves perturbações sentidas e permitir um regresso gradual a uma situação de mercado;
- Na senda das medidas criadas noutros setores agrícolas, foi igualmente adotada uma nova medida excecional e temporária para responder aos problemas de liquidez e de fluxos de tesouraria que põem em risco a continuidade das atividades dos agricultores e das pequenas empresas ativas na criação de aves e suínos, bem como na produção de ovos e de leite de pequenos ruminantes;
- Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 10-A/2020 e do Despacho n.º 3/2020 da Sr.ª Ministra da Agricultura que aprovou a utilização de um conjunto de instrumentos de incentivo às empresas, designadamente a liquidação dos apoios no mais curto prazo de tempo, procedeu-se à liquidação parcial dos apoios, a título de adiantamento, nos regimes da Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros, no Programa Apícola Nacional e nos Programas Operacionais de Organizações de Produtores Reconhecidas no setor hortofrutícola, sendo que estes têm vindo a ser regularizados à medida que é concluído o apuramento do incentivo a pagar.

Nestas ações de mitigação dos efeitos da pandemia, o departamento contribuiu igualmente para as alterações/derrogações legislativas, quer comunitárias, quer disposições nacionais.

Já fora do âmbito das medidas para fazer face ao impacto da crise provocada pela pandemia, mas também sem se encontrar planeado, houve a necessidade de se implementar uma linha de crédito com juros bonificados dirigida às entidades que se dedicam à cultura dos produtos afetados pelas intempéries registadas nas regiões Norte e Centro do País.

Iniciou-se também a implementação do programa de apoio ao emparcelamento rural simples, designado «Emparcelar para Ordenar», como forma de incentivo ao emparcelamento, como medida essencial à valorização do território e promoção do aumento da dimensão das propriedades rústicas.

Houve ainda a necessidade de atribuir, durante o ano de 2020, um apoio extraordinário aos custos com a eletricidade nas atividades dos setores agrícola e agropecuário, tendo sido criado,

para este efeito, um formulário desmaterializado, o qual permitiu receber candidaturas através do *iDigital*.

Releva-se também a intervenção do DAM na preparação do novo cenário legislativo do Regime dos Seguros de Colheitas.

Relativamente ao regime de Promoção de Vinho em Mercados de Países Terceiros é de sinalizar o montante *record* de apoio pago, num ano muito complicado pelas vicissitudes já elencadas, o que permitiu a Portugal não desperdiçar verbas do *plafond* anual do Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV).

1.4. Departamento de Controlo (DCO)

Departamento: DCO

2 Unidades: Operacional de Controlo (UOPC); Controlo ao Investimento e Ajudas Específicas (UCIA)

3 Núcleos: Normalização e Desenvolvimento (NORD); Apoios ao Investimento (NAPI); Apoios de Mercado (NAME)

1.4.1 - Avaliação dos objetivos

O DCO cumpriu todos os objetivos estabelecidos para 2020, obtendo uma avaliação global de 101%.

Quadro 13 - Objetivos operacionais do DCO

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Definir e divulgar atempadamente as amostras de controlo <i>in loco</i>	Ind1 - % de amostras disponibilizadas	30%	100%	100%	100%	100%	100%
2 - Assegurar a conclusão atempada do controlo <i>in loco</i>	Ind1 - Taxa de execução dos controlos físicos de RPB	40%	20%	100%	100%	100%	100%
	Ind2 - Taxa de execução dos controlos físicos obrigatórios de POC, VAL e VLE		20%	100%	100%	100%	
	Ind3 - Taxa de execução dos controlos físicos de AZD		20%	100%	100%	100%	
	Ind4 - Taxa de execução dos controlos físicos de MAA e FTA		15%	100%	99%	99%	
	Ind5 - Taxa de execução dos controlos de Investimento		15%	100%	100%	100%	
	Ind6 - Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais		10%	100%	100%	100%	
3 - Monitorizar a execução das atividades de controlo	Ind1 - Investimento - N° pontos de situação mensais emitidos 1 mês após a divulgação da amostra	20%	30%	100%	100%	100%	100%
	Ind2 - Ajudas Animais e Ajudas diretas do PU - N° pontos de situação mensais emitidos após a divulgação da amostra		70%	100%	100%	100%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
4 - Executar tarefas de controlo de qualidade do controlo in loco	Ind1 - Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Superfícies" do PU	10%	25%	90%	100%	111%	109%
	Ind2 - Taxa de execução dos controlos de qualidade das ajudas "Animais"		25%	90%	100%	111%	
	Ind3 - Taxa de execução dos controlos de qualidade do Investimento		25%	90%	91%	101%	
	Ind4 - Taxa de execução dos controlos de qualidade do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas		25%	90%	100%	111%	
Avaliação Global do Departamento						101%	

Relativamente à taxa de execução dos controlos físicos de MAA e FTA, indicador 4 do segundo objetivo, 14 processos num total de 2116 foram efetuados após 31/12/2020 devido a constrangimentos de confinamento originados pela pandemia.

1.4.2 - Atividades desenvolvidas

No âmbito do controlo ao investimento e ajudas específicas, decorrente da situação pandémica, foi necessário adaptar metodologias de trabalho e de controlo às limitações existentes. Foram utilizadas metodologias alternativas, sempre que possível e aplicável, assegurando-se uma adequada pista de auditoria.

O modelo de teletrabalho foi implementado com sucesso na UCIA, sem perdas de produtividade, com ganhos de qualidade de vida para a equipa e sem pôr em causa a qualidade do trabalho realizado.

Com a publicação de diversas medidas de emergência relacionadas com os desequilíbrios de mercado (armazenagens privadas de queijo, manteiga, azeite, leite em pó, medidas armazenagem de vinho e de destilação de crise), foi necessário um grande esforço de controlo, com o desenvolvimento de toda a metodologia e procedimentos de controlo, tendo-se assegurado o cumprimento de todos os objetivos de controlo relativos à implementação destas medidas.

Com a transferência de competências da programação e execução dos controlos *ex post* do FEADER da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território

(IGAMAOT) para o IFAP, em 2020, realizou-se um grande esforço da UCIA, na operacionalização do controlo da medida, designadamente ao nível da parametrização e extração da amostra de controlo, elaboração de normativos e modelo de relatório de controlo e execução dos mesmos. Esta tarefa teve subjacente uma concertação entre UCIA e DAI na definição dos requisitos associados ao controlo da medida, por forma a que o resultado final fosse de encontro às necessidades daquele departamento.

No âmbito da UOPC, foi efetuada a inclusão dos controlo prévio do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas (VITIS) e da Medida 8 da Região Autónoma da Madeira (Investimentos nas florestas) na aplicação de recolha de dados de controlo (iCTR). Os controlos físicos passaram a ser efetuados com o auxílio de *drones* e as Ajudas ao Escoamento de Jovens Bovinos e ao Transporte Inter Ilhas da Região Autónoma dos Açores (RAA) passaram a ser controladas por semestre.

Generalizou-se a utilização da aplicação/funcionalidade da *App* das fotos georreferenciadas do IFAP nos controlos, bem como a utilização massiva de novas tecnologias informáticas para prossecução do trabalho (reuniões à distância, formação à distância, comunicação à distância).

1.5. Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)

Departamento: DGI

4 Unidades: Identificação Parcelar (UIPA); Formulários (UFOR); Protocolos e Apoio ao Beneficiário (UPAB); Reengenharia de Processos (UREP)

1.5.1 - Avaliação dos objetivos

O DGI atingiu ou superou cinco dos seis objetivos estabelecidos para o ano de 2021.

Quadro 14 - Objetivos operacionais do DGI

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Melhorar a qualidade do serviço do atendimento	Ind1 - Taxa de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do atendimento presencial do <i>Contact Center</i> (CC)	15%	5%	96%	99%	103%	109%
	Ind2 - Taxa de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do atendimento eletrónico do CC		6%	83%	93%	112%	
	Ind3 - Taxa de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do atendimento telefónico do CC		46%	83%	92%	111%	
	Ind4 - Taxa de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do atendimento eletrónico do <i>Help Desk</i> (HD)		12%	83%	94%	113%	
	Ind5 - Taxa de respostas positivas aos inquéritos de satisfação do cliente do atendimento telefónico do HD		11%	83%	92%	111%	
	Ind6 - (Nº registos no Livro de Reclamações que deram lugar à aplicação de medidas corretivas ao DGI-UPAB/Nº total atendimentos presenciais realizados) x 100		20%	98%	100%	102%	
2 - Percentagem de atendimentos multicanal do <i>Contact Center</i> e <i>Help-Desk</i> fechados no prazo máximo de 10 dias úteis	Ind1 -Taxa de atendimentos multicanal do CC fechados no prazo máximo de 10 dias úteis, contados desde a sua receção no IFAP	5%	70%	93%	97%	105%	105%
	Ind2 - Taxa de atendimentos multicanal do HD fechados no prazo máximo de 10 dias úteis, contados desde a sua receção no IFAP		30%	93%	97%	104%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
3 - Aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo	Ind1 - N° de beneficiários com formulários (PU e IB) desmaterializados / N° total de formulários submetidos	20%	35%	45%	65%	125%	113%
	Ind2 - % de análises realizadas das respostas aos ofícios em sede de controlo administrativo no ano n		20%	20%	75%	125%	
	Ind3 - N° de PU e IB com controlo de qualidade/ total de PU e IB submetidos no ano n		25%	6%	5%	77%	
	Ind4 - Controlo de qualidade em gabinete (N° de IB filtrados/Total de IB)		20%	2%	11%	125%	
4 - Assegurar a gestão e a qualidade da informação residente na base de dados SNIRA	Ind1 - N° de iniciativas concluídas/N° de iniciativas planeadas ano n	30%	40%	90%	87%	97%	98%
	Ind2 - Info.snira - Tempo médio para análise da situação até 7 dias uteis em 90% dos Info.snira		15%	90%	85%	94%	
	Ind3 - N° de ações de controlo de qualidade em gabinete/N° de ações programadas no Plano anual de acompanhamento		45%	90%	90%	100%	
5 - Desenvolvimento do SIREAP	Ind1 - N° iniciativas concluídas/N° iniciativas planeadas ano n	10%	70%	80%	80%	100%	100%
	Ind2 - Info.snira - Tempo médio para análise da situação até 7 dias uteis em 90% dos Info.snira		30%	90%	90%	100%	
6 - Garantir a continuidade da qualidade da informação do Parcelário	Ind1 - % parcelas revistas	20%	50%	80%	100%	125%	118%
	Ind2 - N° parcelas alvo controlo de qualidade/N° parcelas alteradas nas salas		20%	80%	100%	125%	
	Ind3 - Controlo de qualidade processual a realizar em gabinete		30%	100%	100%	100%	
Avaliação Global do Departamento						107%	

Relativamente ao primeiro indicador do objetivo 1, que mede a satisfação relativa ao atendimento através do canal presencial, o mesmo poderá ter sido influenciado pelo reduzido número de atendimentos presenciais realizados, visto que o funcionamento desse canal de atendimento foi suspenso a partir do dia 12 de março de 2020, devido às restrições impostas pela situação de pandemia.

Quanto aos restantes indicadores, os bons resultados devem-se eventualmente à introdução de uma nova solução omnicanal de atendimento no CC e HD em março de 2020, a qual incluiu um sistema de IVR que possibilita auto atendimento para diversos assuntos e que funciona numa base de 24 horas durante 7 dias da semana. O reforço em meios humanos, realizado no ano anterior na área do CC, teve impacto mais acentuado em 2020, visto os novos agentes já se encontrarem totalmente adaptados às suas novas funções.

No caso do último indicador, e à semelhança do primeiro, o efeito da situação de pandemia também poderá estar na origem do resultado alcançado, devido ao reduzido número de atendimentos realizados, quando comparado com o registado em anos anteriores (redução de 78% face a 2019).

No que se refere ao objetivo 2, que propõe que 93% dos atendimentos multicanal do CC e HD sejam fechados no prazo máximo de 10 dias úteis, os resultados atingidos também foram consequência da nova solução omnicanal implementada, bem como do reforço de meios humanos, ambos referidos no objetivo 1, permitindo a resolução de um maior número de atendimentos num menor espaço de tempo.

Relativamente ao objetivo 3, que visa aumentar a eficiência na gestão dos formulários dos pedidos de ajuda e IB, no âmbito do Sistema Integrado de Gestão e Controlo (SIGC), todas as metas foram superadas. No caso do indicador 1, a situação de pandemia, que obrigou a confinamento e que se manteve durante todo o ano civil, levou a um aumento considerável no número de formulários desmaterializados, superior ao previsto, apesar do ajuste na meta do indicador. Quanto ao indicador 2, uma melhoria nas bases de dados de referência, Sistema de Identificação de Parcelas (SIP), Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal (SNIRA) (baldios) e validações no PU, levou a uma redução do número de anomalias detetadas, o que permitiu que as mesmas fossem analisadas quase na sua totalidade. No indicador 3, que avalia o número de PU e IB com controlo de qualidade face aos submetidos, a percentagem de controlo no âmbito do IB ficou abaixo do proposto, devido a um problema aplicacional detetado tardiamente, que já não permitiu a sua correção. No entanto, essa diferença foi compensada com o indicador seguinte, onde se verificou um aumento da percentagem de IB filtrados, o que equilibrou a diferença detetada no controlo de qualidade.

O objetivo 4, relativo à qualidade da informação residente na base de dados SNIRA, não atingiu as metas de dois dos indicadores. Embora as iniciativas concluídas sejam, em número, idênticas às planeadas, as iniciativas sofreram replaneamentos durante o ano, ajustando-se às necessidades e prioridades que foram sendo definidas.

A avaliação final do departamento foi de 107%.

1.5.2 - Atividades desenvolvidas

No ano de 2020, as atividades desenvolvidas pelo DGI centraram-se sobretudo em dar continuidade a:

- Desmaterialização de processos numa perspetiva de simplificação e redução da carga administrativa para os beneficiários e para a própria administração;
- Aumento da qualidade da informação residente nas diferentes bases de dados por forma a minimizar impactos nos pagamentos;
- Melhoria da comunicação com os beneficiários e com as organizações de agricultores;
- Revisão do parcelário.

Relativamente ao formulário IB, constatou-se um crescimento do número de registos no Sistema de Beneficiários do IFAP que, em 31 de dezembro de 2020, perfazia um total de 603 712, representando um saldo positivo de 85 107 novos beneficiários.

A tendência de crescimento anual do número de beneficiários registados no Portal do IFAP e a situação de confinamento obrigatório na sequência da pandemia da COVID-19, contribuiu decisivamente para o aumento do número de documentos desmaterializados (47253), o que representa um incremento de 18.26%. Em 2020, foram registados no Portal do IFAP 54497 novos beneficiários, o que representa um aumento relativamente ao ano anterior de 35.06%.

No que se refere ao PU, em 2020, deu-se continuidade à melhoria contínua das respetivas validações. Foram apresentados e submetidos 182 585 pedidos de ajuda, dos quais 173 679 no Continente e 8906 na RAM.

Manteve-se a tendência de crescimento no número de PU desmaterializados (132 161), representando cerca de 72% dos pedidos apresentados, sendo que nesta campanha os submetidos pelo próprio beneficiário através da área reservada no Portal do IFAP ascenderam a 6 421, representando um incremento de cerca de 45% relativamente à campanha anterior, reflexo da situação de pandémica que promoveu uma adesão cada vez maior à desmaterialização dos processos.

Na sequência das validações do CAD cruzado da campanha 2020, foram notificados, ao longo da campanha, 778 beneficiários no âmbito da audiência escrita consignada pelo Código do Procedimento Administrativo, podendo conter mais que um erro CAD, representando um decréscimo de cerca de 17,8% relativamente à campanha passada.

Este decréscimo está intimamente relacionado com a contínua melhoria na qualidade da informação residente nas bases de dados. Neste âmbito, foi criado um novo erro para permitir a validação e correção da informação residente no SIP, obrigando a um correto *upload* dos

documentos que suportam a titularidade e posse da terra, sendo esta anomalia a mais significativa.

Quadro 15 - Anomalias detetadas no Controlo Administrativo

Anomalias CAD	Nº de beneficiários com erro CAD	
	2019	2020
Parcelário declarado por mais que um beneficiário	113	98
Redução da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar	410	110
Redução da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar	76	19
Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 1º Pilar por vários beneficiários em baldio	7	0
Sobredeclaração da Máxima área elegível (MAE) 2º Pilar por vários beneficiários em baldio	49	54
Baldio sem marca de exploração ativa no SNIRA	202	12
Não associado à marca de exploração do baldio no SNIRA	179	66
Beneficiário sem marca de exploração para utilização de baldio	26	1
Gestor de baldio não registado no SNIRA como entidade gestora	0	0
Beneficiário não associado ao gestor de baldio no SNIRA para a espécie declarada	7	25
Cão de guarda declarado por mais que um beneficiário	2	2
Nº de identificação do cão de guarda é inválido	1	0
Beneficiário associado ao gestor de baldio no SNIRA mas não no SIP	1	7

Na gestão da qualidade da informação residente na base de dados SNIRA, as principais ações foram centradas na melhoria ou reengenharia do sistema, nomeadamente:

- Integração dos resultados de controlo de Ovinos, Caprinos e Bovinos;
- Reengenharia da movimentação de Ovinos e Caprinos;
- Implementação da identificação eletrónica de Bovinos no registo de Nascimento;
- Reengenharia do Pedido de Meio de Identificação de Substituição de Bovinos;
- Desativação administrativa de Bovinos;
- Reativação de Bovinos;
- Suspensão administrativa de marcas de exploração de Bovinos, Ovinos e Caprinos e Suínos;
- Disponibilização de ferramentas de correção para descentralizar e tornar mais eficiente a plataforma SNIRA. De salientar que esta Base de dados tem cerca de 4000 comunicações diárias.

No que respeita ao Sistema de Informação para o Regime de Exercício da Atividade Pecuária (SiREAP), em 2020 foram elaboradas as seguintes tarefas:

- Participação nas reuniões do GT REAP, através da apresentação do ponto de situação do desenvolvimento da nova aplicação do SiREAP;

- Elaboração de testes e de requisitos/desenvolvimento de novas funcionalidades por forma a garantir a interoperabilidade com outros sistemas informáticos, como o parcelário, IB, SNIRA entre outros;
- Migração dos registos de Classes 3 para o SiREAP, tendo sido criado neste sistema um conjunto vasto de novas funcionalidades, ao nível das consultas de processos, da criação de novas tarefas e do melhoramento da operacionalidade para utilizadores da DGAV;
- Conclusão do protocolo entre a DGADR, a DGAV, o IFAP e as Confederações para que estas e as suas associações possam ter acesso ao sistema e ajudar os agricultores na tramitação dos processos e criação de uma nova funcionalidade no SiREAP que permite às Entidades consagradas no protocolo REAP registarem pedidos de registo de Classe 3. Ainda neste âmbito foram realizadas 14 ações de formação sobre as funcionalidades do SiREAP.

No que respeita à interação com os interlocutores, em 2020, as atividades deste departamento focaram-se no desenvolvimento e concretização de projetos e iniciativas, essenciais à melhoria da capacidade de resposta dos canais de atendimento presencial, eletrónico e telefónico do CC e da área do *Help-Desk*, ajustando-os aos atuais níveis de exigência da procura. De entre essas iniciativas, destacam-se as seguintes:

- Configuração, implementação e início do funcionamento da nova aplicação de CC e HD. Trata-se de uma solução de *Software as a Service* (SaS) baseada em acesso *web* e suportada em *voIP*;
- Introdução de um sistema de auto atendimentos (a funcionar no âmbito da aplicação referida) com recurso a menus IVR, nas linhas de atendimento do CC e HD, numa base 24h/7d do qual resultou um forte aumento no número de atendimentos realizados. A introdução dos IVR, no caso do CC, levou ao aumento no número total de atendimentos, face aos realizados apenas por agentes, em cerca de 44%. No caso do HD, o aumento do número de atendimentos foi de cerca de 41% (período de abril a dezembro, de 2020), conforme Quadro 16:

Quadro 16 - Número de atendimentos de abril a dezembro de 2020

Atendimento	Tipo de atendimento	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
Contact Center	Agentes	1536	1675	1716	1342	1550	1871	1729	1887	1853	15 159
	IVR	774	686	903	587	641	828	795	767	756	6 737
	Total	2310	2361	2619	1929	2191	2699	2524	2654	2609	21 896
Acréscimo percentual por atendimentos IVR		50%	41%	53%	44%	41%	44%	46%	41%	41%	44%
Help Desk	Agentes	355	402	416	333	261	298	317	349	391	3 122
	IVR	230	134	195	114	96	129	126	125	132	1 281
	Total	585	536	611	447	357	427	443	474	523	4 403
Acréscimo percentual por atendimentos IVR		65%	33%	47%	34%	37%	43%	40%	36%	34%	41%

- Elaboração dos requisitos relativos à ficha denominada “Ficha de Cliente - Posição integrada do NIFAP”. Através desta ferramenta pretendeu-se disponibilizar ao CC, demais utilizadores internos e ao beneficiário, uma ficha que contenha a informação relevante em cada momento, respeitante ao beneficiário;
- Iniciação do processo, atualmente em curso, para implementação de um IVR para os números gerais do IFAP;
- Disponibilização, com carácter mensal a partir de março de 2020, do relatório com as questões mais frequentes junto do CC, o qual anexa propostas ou sugestões de melhoria que, na perspetiva do serviço de atendimento e apoio aos beneficiários, permitiriam melhorar a comunicação entre estes e o IFAP;

No âmbito do parcelário, foram desenvolvidas diversas iniciativas:

- Fornecimento da informação de suporte ao PU e ao CAD;
- Integração no parcelário dos resultados de controlo de superfícies e do VITIS;
- Revisão Regular do parcelário:

Em 2020 foi revisto o universo de parcelas estabelecido para esse ano, terminando-se assim o ciclo de revisão estabelecido para o período de 2017 a 2020. Ao todo foram revistas 364 334 parcelas no território de Portugal Continental, a que corresponde uma superfície total de cerca de 537 515 ha.

- Manutenção do serviço de dados geográficos do IFAP:

Em 2020 procedeu-se à reformulação do serviço de dados geográficos do IFAP. Esta reformulação implicou a criação de uma nova geodatabase de forma a aumentar a informação a partilhar e também para permitir um melhor desempenho do serviço.

- Ortocartografia:

Em 2020 foi efetuada a ortoretificação das fotografias aéreas de 2019 para posterior disponibilização dos ortofotomapas na aplicação Plataforma informática do IFAP que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (iSIP).

Foram também ortoretificadas e disponibilizadas no iSIP diversas imagens de satélite para efeitos da realização do controlo por teledeteção e controlo de qualidade do parcelário.

Foi ainda efetuada a conversão do sistema de coordenadas das coleções mais antigas de ortofotomapas, que foram depois disponibilizados através do serviço de imagens do iSIP.

- Plano de ação do parcelário para a RAM:

Neste âmbito foi dado o seguimento ao plano de ação específico para a correção do parcelário na RAM, o qual teve início no final de 2019.

- Outras atividades no âmbito do parcelário:

- Implementação de novas funcionalidades para o carregamento de fotos georrefenciadas na aplicação iSIP;
- Atualização de camadas vetoriais utilizadas no SIP para a validação da elegibilidade e/ou condicionantes. Neste âmbito foram atualizados os *layers* referentes às superfícies de interesse ecológico (SIE);
- Reestruturação do assistente de parcelas;
- Atualização das cartas militares disponibilizadas no SIP passando também a estar disponíveis cartas militares para as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira;
- Implementação de novos *query layer* que permitem filtrar a informação exibida no mapa do parcelário de acordo com o critério aplicado;
- Disponibilização da *App* do IFAP que permite a obtenção de fotos georreferenciadas para a atualização do parcelário, a ser utilizada tanto pelos técnicos acreditados como pelos beneficiários do IFAP;
- Implementação de um novo relatório para reporte de validações efetuadas ao nível das explorações agrícolas de forma a permitir ao beneficiário identificar situações que carecem de atualização/correção;
- Implementação de uma nova funcionalidade que permite ligar o SIP a serviços de dados geográficos externos, podendo assim recorrer a essa informação para a atualização do parcelário.

No âmbito da delegação de funções nas Confederações e associações de agricultores credenciadas, com quem o IFAP estabeleceu protocolos de colaboração para esse efeito foi dada continuidade às reuniões da comissão de acompanhamento que têm como objetivo acompanhar, esclarecer e avaliar as dificuldades técnicas e/ou logísticas detetadas, continuando a existir canais específicos de comunicação com as entidades reconhecidas.

Nesta campanha, devido à situação pandémica, as ações de acompanhamento *in loco* foram canceladas, sendo substituídas por um reforço do controlo de qualidade.

A nível do IB, a seleção dos formulários para controlo de qualidade foi realizada tendo por base os formulários submetidos durante o ano civil de 2020, sendo realizada ao longo de todo o ano. Considerando não só o universo de selecionados no âmbito de Controlo de Qualidade, mas

incluindo os formulários controlados por outras situações, constata-se que se atingiu 14.28% de controlos realizados.

Ainda neste âmbito, o IFAP tem como responsabilidade a formação dos técnicos que participam no processo de receção de formulários IB e PU por via da utilização de plataforma *e-learning*. Esta formação é obrigatória para novos utilizadores das entidades recetoras, para utilizadores que não cumpram as condições de certificação e pretendam manter a mesma, e facultativa para reciclagem de conhecimentos para os restantes. No ano de 2020 foram certificados 3492 técnicos na formação IB e 1390 na formação PU.

Relativamente ao parcelário, para além de todo o apoio e formação dados ao longo do ano, o acompanhamento da função delegada incide em 2 vertentes: visitas a salas de parcelário, análise de parcelas editadas em atendimento e verificação de processo de atendimento.

Ainda que previstas inicialmente, em 2020 não foram realizadas quaisquer visitas a postos de atendimento devido às restrições impostas para controlo da pandemia.

A apreciação global do trabalho em gabinete foi positiva, apesar de se considerar necessário reforçar o cumprimento das normas e aumentar o esforço de formação.

No âmbito do acompanhamento, continuam a existir canais específicos de comunicação com as entidades reconhecidas, DRAP e Organismos Públicos, designadamente uma caixa de e-mail (*info.SNIRA*), canal crucial para a rápida disseminação de informação e de resolução de eventuais constrangimentos aplicacionais, representando um peso substancial nas atividades desenvolvidas pela unidade.

Durante o ano de 2020, verificou-se um acréscimo de quase 18% no número de *e-mail info.snira*, devido fundamentalmente ao facto de todas as questões colocadas ao nível do SiREAP serem colocadas nesta plataforma.

No âmbito do controlo de qualidade, ações de gabinete, foram verificados os formulários submetidos com erros no âmbito do Registo de nascimentos de Bovinos e Guias de Circulação.

1.6. Departamento de Sistemas de Informação (DSI)

Departamento: DSI

3 Unidades: Desenvolvimento de Aplicações e Dados (UDAD); Gestão de Meios, Qualidade e Segurança (UGQS); Sistemas, Comunicações e Produção (USCP)

5 Núcleos: 1 a 4 (NUC1 a NUC4); Produção e Gestão Microinformática (NPGM)

1.6.1 - Avaliação dos objetivos

O DSI definiu 3 objetivos para 2020, tendo sido todos atingidos ou superados. A avaliação global deste departamento foi de 111%.

Quadro 17 - Objetivos operacionais do DSI

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Atualizar os servidores para o Sistema Operativo mais recente e certificado para a infraestrutura dos SI do IFAP	Ind1 - Atualizar ambiente de desenvolvimento e teste	35%	50%	85%	83%	98%	111%
	Ind2 - Atualizar ambiente de produção		50%	50%	92%	125%	
2 - Migração das aplicações para JBOSS 7.x	Upgrade da Versão J BOSS	35%	100%	50%	61%	121%	121%
3 - Implementação do Sistema de Gestão da Qualidade no âmbito da Gestão das Ajudas Diretas	Ind1 - Concluir a implementação dos indicadores dos processos do SGQ no SGI	30%	40%	80%	80%	100%	100%
	Ind2 - Ajustar o SGQ (situação atual) para a versão de 2015 da ISO 9001		60%	50%	50%	100%	
Avaliação Global do Departamento					111%		

O objetivo 1, avaliado através de 2 indicadores, foi superado, apesar do seu primeiro indicador, relativo à atualização do ambiente de desenvolvimento e teste, não ter atingido a meta, por falta de recursos disponíveis. No caso do segundo indicador, a ultrapassagem da meta deveu-se a terem sido efetuadas mais atualizações de sistemas operativos *Linux* do que as previstas. Apenas foram considerados sistemas operativos passíveis de evolução, ou seja, para os quais existem atualizações disponíveis por parte dos fabricantes.

A avaliação deste objetivo foi de 111%.

O objetivo 2 foi superado por ter sido efetuada a migração de algumas aplicações mais recentes, o que resultou num maior número do que o inicialmente previsto. A avaliação deste objetivo foi de 121%.

A avaliação global do departamento foi de 111%.

1.6.2 - Atividades desenvolvidas

O ano de 2020, foi de sobremaneira condicionado pela pandemia da COVID-19 o que obrigou a uma mudança e adaptação às novas formas de executar o trabalho, caracterizadas essencialmente pela necessidade deste poder ser prestado a partir de qualquer local, nomeadamente da residência dos colaboradores.

O processo de transformação digital em que o IFAP tem vindo a investir (através da melhoria da rede de comunicações, equipamentos afetos aos postos de trabalho, servidores e adaptação das aplicações de negócio e suporte aos processos) permitiu, de forma eficaz e harmoniosa, o recurso ao teletrabalho, isto sem se deixar de observar os requisitos relativos à segurança dos sistemas de informação e à proteção dos dados pessoais, de modo a dar continuidade à missão do IFAP, preservando a produtividade, a satisfação dos *stakeholders* e a conciliação entre a vida profissional e pessoal dos colaboradores.

Na fase inicial da pandemia, foi possível capacitar as infraestruturas das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) do IFAP para que a totalidade dos seus colaboradores pudessem trabalhar remotamente.

Em termos de gestão do departamento, foram desencadeadas ações tendentes ao alinhamento com os requisitos constantes na RCM 41/2018, de 22 de março, relativa à arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação relativos a proteção de dados pessoais.

Em termos estratégicos e de modo a garantir a sustentabilidade da organização enquanto Organismo Pagador, foi possível estabilizar o capital humano do DSI e reter o conhecimento na organização, de modo a dar respostas eficazes e eficientes às solicitações internas e externas no âmbito das TIC.

Ao nível da atividade de desenvolvimento aplicacional, valorizou-se, neste ano, a interação e auscultação das experiências e/ou expectativas dos “serviços cliente”, objetivo compaginável com o acompanhamento permanente da evolução da tecnologia e das melhores práticas de *Information Technology Infrastructure Library* (ITIL).

Foram recebidas 204 novas iniciativas de desenvolvimento aplicacional, juntamente com a manutenção de todo o *software* instalado em ambiente de produção referente a anos/campanhas anteriores.

No que se refere às ferramentas colaborativas, e seguindo a estratégia da mobilidade, foi definida uma solução que irá disponibilizar na *cloud* um serviço que, a partir de qualquer ponto com acesso internet, irá permitir aceder ao *e-mail*, às ferramentas de *office* e às drives partilhadas.

Relativamente ao Sistema de Gestão da Segurança de Informação (SGSI), deu-se continuidade e assegurou-se a manutenção da certificação sob a norma ISO 27001:2013 - Segurança dos Sistemas de Informação através da resolução de algumas recomendações ligadas ao processo de concessão da certificação. Salienta-se a implementação de uma ferramenta de gestão de vulnerabilidades, que irá permitir fazer um acompanhamento e gestão de todas as vulnerabilidades independentemente da sua origem.

Ainda no âmbito da RCM. 41/2018, deu-se continuidade ao desenvolvimento da Integração de todos os acessos dos diferentes sistemas num repositório centralizado que, futuramente irá permitir uma gestão de utilizadores dos SI do IFAP, com base nos acessos inerentes às funções desempenhadas.

1.7. Departamento Financeiro (DFI)

Departamento: DFI

2 Unidades: Orçamento e Controlo (UOCO); Contabilidade (UCON)

2 Núcleos: Contas Comunitárias (NCOM); Gestão Financeira e Tesouraria (NGFI)

1.7.1 - Avaliação dos objetivos

O DFI atingiu ou superou dois dos três objetivos definidos para o ano de 2020, obtendo uma avaliação final de 84%.

Quadro 18 - Objetivos operacionais do DFI

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Garantir e otimizar os prazos de pagamento/recebimento	Ind1 - PMP fornecedores ≤ 60 dias	30%	25%	60	32	125%	114%
	Ind2 - Atualização mensal, até ao 2.º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa		50%	97%	100%	103%	
	Ind3 - Providenciar a cobrança de dívidas de clientes do IFAP, face ao nº existente		25%	30%	39%	125%	
2 - Promover a criação e respetiva implementação do SNC-AP nas suas três vertentes	Ind1 - Solidificar a implementação do SNC-AP nas vertentes orçamental e financeira	50%	60%	100%	100%	100%	60%
	Ind2 - Melhorar e completar a criação de um sistema de indicadores e respetiva monitorização na contabilidade de gestão		40%	100%	0%	0%	
3 - Estimular a motivação e o envolvimento dos colaboradores do DFI	Ind1 - Nº de propostas de melhoria apresentadas, implementáveis e reconhecidas, na área de atuação de cada colaborador	20%	100%	1	1	100%	100%
Avaliação Global do Departamento						84%	

No ano de 2020, no que diz respeito ao prazo médio de pagamentos, conseguiu-se ultrapassar a meta estabelecida para o ano, reduzindo os tempos de cada interveniente no processo, desde a

entrada da fatura até ao seu pagamento efetivo, bem como atingir e ultrapassar também de igual forma todas as metas dos restantes indicadores do objetivo operacional 1.

No que respeita ao objetivo 2, foi dado um forte avanço à implementação do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), tendo sido atingida a meta de 100%, em termos da implementação do subsistema da Contabilidade Orçamental e da Contabilidade Financeira com a entrada em produção, em 2020, no novo sistema de informação contabilística em paralelo com o anterior sistema em Plano Oficial de Contabilidade Pública, tendo ficado concluídas todas as parametrizações. Dado que se verificou um forte atraso na parametrização dos subsistemas da contabilidade orçamental e financeira, a parte relacionada com o subsistema da contabilidade de gestão passou para o ano de 2021.

Relativamente ao terceiro objetivo, foi apresentada a proposta de melhoria que foi aceite e implementada no departamento.

1.7.2 - Atividades desenvolvidas

As atividades desenvolvidas pelo DFI, durante o ano de 2020, concentraram-se, como habitualmente, em assegurar a gestão e controlo financeiro dos diferentes programas de ajudas ao setor primário, bem como a gestão dos fundos comunitários e a prestação de contas à CE. Foi, ainda, efetuada a preparação das informações contabilísticas, orçamentais e financeiras e da prestação de contas às tutelas, ao Tribunal de Contas e à Direção-Geral do Orçamento.

1.8. Departamento Jurídico (DJU)

Departamento: DJU

3 Unidades: Jurídica (UJRD); Contencioso (UCTC); Devedores (UDEV)

1.8.1 - Avaliação dos objetivos

O DJU cumpriu ou superou as metas de todos os objetivos estabelecidos para 2020, obtendo uma avaliação global de 107%.

Quadro 19 - Objetivos operacionais do DJU

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Gestão dos processos de assessoria jurídica	Ind1 - N° de pareceres emitidos de acordo com os procedimentos e prazos estabelecidos sobre o n° total de pareceres emitidos	25%	100%	80%	80%	100%	100%
2 - Gestão de processos contenciosos	Ind1 - N° de processos presentes a Tribunal/N° de processos entrados	25%	100%	95%	95%	100%	100%
3 - Redução do valor em dívida	Ind1 - Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores	25%	100%	8%	8%	105%	105%
4 - Instaurar processos de execução fiscal	Ind1 - N° de execuções fiscais instauradas em 31 dez 2020 / N° execuções fiscais a instaurar em 01 jan 2020*100	25%	100%	30%	53%	125%	125%
Avaliação Global do Departamento						107%	

A gestão dos processos de assessoria jurídica, que constitui o objetivo 1, e a gestão de processos contenciosos, que constitui o objetivo 2, cumpriram as metas estabelecidas.

Para a redução do valor em dívida, objetivo 3, por força da pandemia da COVID-19 e da legislação extraordinária produzida neste mesmo âmbito, o IFAP adotou algumas medidas também elas extraordinárias e de cariz temporário, visando adaptar os seus procedimentos de cobrança a esta realidade, nomeadamente suspendendo compensações, a execução de garantias, a instauração de execuções fiscais e os prazos de pagamento e concedendo moratórias, medidas essas que vigoraram, durante os meses de abril, maio e junho. Estas medidas originaram uma diminuição do valor recuperado desde então, prevendo-se que tal viesse a ter idênticos reflexos nos meses que se seguiram, condicionando os índices de

recuperação globais do ano de 2020. Nessa sequência, foi alterada em junho a meta para o ano, de 10% para 8%, tendo sido esta meta atingida, e até ligeiramente superada.

O objetivo 4, relativo à instauração de processos de execução fiscal, também foi revisto em junho, tendo sido a meta inicialmente estabelecida, de 55%, reduzida para 30%. A legislação extraordinária produzida no âmbito da COVID-19 e as decorrentes medidas extraordinárias adotadas pelo IFAP, suspendendo várias das diligências previstas de cobrança, impossibilitaram o prosseguimento do plano de ação estipulado com vista à instauração de novas execuções fiscais, o que apenas se pôde recomençar no início de julho.

Não obstante, e por força de um esforço por parte da equipa da UDEV, que incidiu, sobretudo, no 2º semestre de 2020, foi possível tramitar um elevado número de PRV, que conduziu, quer pela instauração de processos de execução fiscal junto da AT, quer pelo encerramento de PRV em fase anterior à referida instauração, à superação do grau de execução do objetivo (53%), tendo-se, afinal, atingido um valor muito próximo do inicialmente projetado.

1.8.2 - Atividades desenvolvidas

O ano de 2020 foi naturalmente atípico face à situação de pandemia, com naturais implicações nas habituais formas e métodos de trabalho transversais às três unidades do DJU. As alterações que necessariamente tiveram que ser implementadas, muitas delas de fundo, em adaptação a esta nova realidade, foram perfeitamente intuídas pelos colaboradores afetos ao DJU e permitiram assegurar, de forma plena, o *core business* deste departamento.

A UJRD centrou-se na prestação de assessoria jurídica aos vários departamentos e órgãos do IFAP, através da emissão de pareceres jurídicos que, no ano de 2020, se caracterizou pela grande diversidade de temas relacionados com as atribuições do IFAP.

Destaca-se a conclusão do processo de revisão e uniformização dos protocolos de articulação funcional e de delegação de tarefas do IFAP com outras entidades públicas. Foi concluído o protocolo com AG do Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020 (PRODERAM 2020), e os protocolos com as Entidades das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no âmbito da gestão do Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade (POSEI), das MAPL. Neste contexto foram ainda elaboradas Adendas aos protocolos com as DRAP e com as Organizações de Agricultores.

De entre os pareceres emitidos realça-se a intervenção da UJRD nas seguintes matérias:

- No âmbito do regime jurídico do RPB - condições legais para a atribuição e transferências de direitos ao pagamento e condições de acesso à reserva nacional; jovens agricultores e início de atividade; casos de força maior; redução de pagamentos e criação de condições artificiais;

- Procedimentos administrativos de litígios de parcelário;
- Ajudas aos Fundos Operacionais das Organizações de Produtores;
- Regime jurídico do seguro de colheitas;
- Linhas de crédito;
- No âmbito do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo e respetivas implicações no IB;
- Irregularidades nos projetos de investimento relacionados com incumprimentos das regras da contratação pública;
- Pedidos de acesso à informação e disponibilização de dados;
- Protocolos de articulação do IFAP com diversas entidades públicas;
- Elaboração de normas internas e externas.

Salienta-se o apoio jurídico prestado ao IFAP enquanto acionista da Floresta Atlântica, Sociedade Gestora de Fundos Imobiliários e participante no Primeiro Fundo Floresta Atlântica; bem como o apoio jurídico prestado na elaboração das delegações e subdelegações de competências que envolvem os órgãos do IFAP.

À semelhança dos anos anteriores verificou-se um grande envolvimento do DJU no processo legislativo relacionado com as atribuições e competências do IFAP, designadamente enquanto Organismo Pagador do FEAGA e do FEADER. De entre esse conjunto de iniciativas legislativas, determinantes para a boa execução das funções que lhe estão cometidas, destaca-se a participação nos seguintes processos:

- Elaboração e alteração dos regulamentos das ajudas SIGC e não SIGC do FEADER;
- Elaboração de proposta de alteração do Decreto-Lei n.º 22/2013, de 15 de fevereiro, que regula os procedimentos de delegação de tarefas do IFAP enquanto Organismo Pagador;
- Alteração do regulamento de aplicação do RPB;
- Emissão de parecer sobre várias propostas legislativas relacionadas com a atividade do IFAP.

No período em causa a UJRD prestou apoio na vertente jurídica à implementação de medidas concretas necessárias ao cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) no IFAP, dando continuidade ao trabalho dos anos anteriores, bem como no apoio ao Encarregado de Proteção de Dados (DPO).

Acresce também destacar o apoio jurídico prestado pela UJRD no âmbito da contratação pública em áreas operacionais particularmente relevantes e críticas para o IFAP, quer na fase da formação dos contratos públicos, quer na fase de execução contratual.

A atividade da UCTC centra-se no exercício do patrocínio jurídico do IFAP, atividade que merece destaque, quer pelo elevado número de processos em curso, quer pela diversidade e complexidade das matérias, e montantes financeiros associados.

Destaca-se que está em causa assegurar a tramitação processual de todas as ações judiciais intentadas contra ou pelo Instituto, nas diversas instâncias e nos prazos legalmente previstos, designadamente, decorrentes do pagamento/recuperação de montantes, no âmbito do financiamento da agricultura, desenvolvimento rural e pescas, procedimentos concursais e contencioso laboral.

No âmbito do patrocínio jurídico, foram analisadas todas as peças processuais rececionadas, a legislação aplicável e jurisprudência relevante para o processo em causa, agendadas reuniões, elaboradas Informações, por forma a obter esclarecimentos, e foram redigidas todas as peças processuais inerentes aos respetivos processos judiciais.

No período em causa foram realizadas 63 diligências judiciais, no território nacional, com intervenção de mandatário do IFAP em Tribunal, designadamente: Tentativas de Conciliação, Audiências Prévias, Audiências de Julgamento, Inquirição de Testemunhas, Participação em Assembleias de Credores.

Importa salientar que a UCTC, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, assegura a elaboração das minutas de todas as peças processuais, no âmbito de recurso de anulação de Decisões de Execução, a apresentar no Tribunal Geral da União Europeia (TGUE), Luxemburgo, em representação da República Portuguesa, nas matérias da competência do IFAP.

A UCTC assegura igualmente, a elaboração das minutas de Observações a apresentar no Tribunal de Justiça da UE, no âmbito de questões prejudiciais suscitadas pelas jurisdições nacionais dos diferentes EM.

Ao nível do pré-contencioso comunitário, foram significativas as solicitações à UCTC, em matérias alvo de Inquéritos, destacando-se a participação em reuniões com os departamentos, com intervenção nas matérias em causa e os contributos para elaboração de recursos ao Órgão de Conciliação.

Acresce destacar ainda, o acréscimo da necessidade de analisar e prestar resposta, a diversos pedidos de informação dirigidos ao IFAP, quer pelos interessados, quer pelos Tribunais e entidades policiais, designadamente, em matérias relacionadas com parcelário.

Por fim, na UDEV, destaca-se a tramitação de processos de recuperação de verbas em articulação com as respetivas áreas orgânicas, o que permitiu, nomeadamente, o encerramento em 2020 de 4.575 processos, bem como a recuperação efetiva de cerca de 21,7 M€ (um acréscimo de cerca de 5 M€ em relação a 2019).

Ainda na área de gestão de devedores e mais especificamente no âmbito do objetivo QUAR de 2020 (reduzir o débito declarado a 31/12/2019 em 8%), verifica-se que o mesmo foi integralmente cumprido (8%), em alinhamento, aliás, com o sucedido em anos anteriores.

Por outro lado, em 2020, e por comparação com o ano anterior, verificou-se uma diminuição quer na criação de novos processos de recuperação de verbas (3725 processos, menos 714 que em 2019), quer no novo valor a recuperar (30 M€, menos cerca de 2 M€ que em 2019).

Sobre as diferentes fases dos processos de recuperação de verbas, com particular acuidade sobre os processos a aguardar a emissão de uma decisão final de recuperação (para cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 54.º do R. 1306/2013), incide uma forte monitorização, com realização de várias reuniões com todas as áreas orgânicas e gestoras de medida, com vista ao estabelecimento de planeamentos para concretização de tal tarefa e elaboração de reportes mensais ao CD do IFAP e às diversas autoridades de gestão sobre a gestão de devedores, bem como prestação periódica de informação nesta área, sempre que solicitada. Os indicadores registados neste âmbito voltaram a ser positivos.

No âmbito do processo de apuramento e certificação das contas do IFAP de 2020, relativamente ao FEAGA e ao FEADER, verificou-se um acompanhamento e intervenção exaustivos, nomeadamente na área de devedores e na transmissão de informação à IGF nesta mesma sede. A avaliação do organismo de certificação nesta área em concreto voltou a ser positiva (3) nas suas diversas variantes (procedimentos sobre a gestão de dívidas e anexo II e III), embora com as habituais recomendações, sobretudo de manutenção e/ou reforço das monitorizações e procedimentos existentes.

Deu-se prosseguimento às diretrizes decorrentes da comunicação de irregularidades ao Organismo de Luta Anti-Fraude da UE (OLAF), tendo-se comunicado, em 2020, 248 novos casos e encerrado 187.

Foi articulado com a Autoridade Tributária a assinatura de um Protocolo de articulação funcional, regulador da instauração e tramitação de processos de execução fiscal no âmbito dos FEEI (Decreto-Lei 159/2014).

Em 2020 foram implementados e/ou aperfeiçoados alguns módulos com relevância na gestão de devedores, com destaque para as melhorias efetuadas à base de dados de devedores no âmbito do pagamento de dívidas em prestações e do cálculo de juros.

Foram Implementados novos procedimentos e adaptações aos métodos de trabalho até então existentes, por força da pandemia e do teletrabalho, com especial destaque para a completa desmaterialização de processos na UDEV.

1.9. Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)

Departamento: DGR

4 Unidades: Organização e Gestão Recursos Humanos (UORH); Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional (UDCC); Administração e Gestão Documental (UAGD); Gestão de Compras e Património (UGCP)

1.9.1 - Avaliação dos objetivos

O DGR cumpriu ou superou os 6 objetivos estabelecidos para 2020. A sua avaliação final foi de 108%.

Quadro 20 - Objetivos operacionais do DGR

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Assegurar a eficiência no processamento de salários e afins, no controlo da assiduidade, no sistema de saúde e segurança do trabalho e o apoio aos serviços e colaboradores na aplicação das políticas definidas para recursos humanos	Ind1 - Assessoria - resposta aos requerentes num prazo médio de 8 dias úteis (documentos recepcionados em idoc)	20%	100%	90%	90%	100%	100%
2 - Assegurar a manutenção e gestão dos imóveis, bem como do restante imobilizado, de forma a garantir a sua conservação no tempo e as condições de trabalho de todos os colaboradores	Ind1 - Assegurar a correção (ou dar seguimento quando dependerem de variáveis externas prolongáveis no tempo) das anomalias detetadas no âmbito da manutenção preventiva e/ou dos <i>reports</i> efetuados para a caixa de correio <i>serviços.património</i>	15%	50%	70%	86%	123%	113%
	Ind2 - Assegurar uma operacionalidade média da frota superior a 65%		50%	90%	93%	103%	
3 - Assegurar a aquisição de bens e serviços	Ind1 - Executar o Plano Anual de Aquisições aprovado	20%	50%	70%	67%	96%	110%
	Ind2 - Promover o lançamento de procedimentos de aquisição, de acordo com as necessidades dos departamentos e que não se enquadrem no Plano Anual de Aquisições		50%	75%	100%	125%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
4 - Assegurar a gestão do sistema documental, garantindo a qualidade no apoio a todos os colaboradores	Ind1 - Percentagem de documentos que dão entrada no IFAP, desmaterializados no prazo de 24 horas	10%	70%	90%	96%	107%	108%
	Ind2 - Taxa de respostas em 24 horas a solicitações de documentação ao arquivo		30%	85%	95%	112%	
5 - Promover a formação adequada dos recursos humanos	Ind1 - Taxa de cumprimento do plano de formação presencial	15%	40%	65%	125%	125%	110%
	Ind2 - Taxa de cumprimento do plano de formação <i>e-learning</i>		60%	100%	100%	100%	
6 - Promover a utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal	Ind1 - Taxa de trabalhadores com horário flexível atribuído	20%	50%	95%	100%	105%	108%
	Ind2 - Taxa de trabalhadores com parecer favorável ao pedido para a prática de teletrabalho		25%	90%	100%	111%	
	Ind3 - Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua		25%	90%	100%	111%	
Avaliação Global do Departamento						108%	

O objetivo 2 teve um resultado superior ao previsto. Face à pandemia, foi possível realizar mais ações de manutenção preventiva e corretiva. A frota foi menos utilizada, aumentando assim a taxa de operacionalidade média.

Relativamente à aquisição de bens e serviços, objetivo 3 do departamento, houve constrangimentos financeiros no cumprimento do Plano anual de aquisições aprovado, resultando numa taxa de realização em relação à meta abaixo de 100%. O mesmo não aconteceu relativamente aos procedimentos fora do plano, onde foi possível executar os processos que foram surgindo, superando, assim, a meta estabelecida.

No objetivo 4, que visa assegurar a gestão do sistema documental, verificou-se um ligeiro decréscimo na documentação entrada no IFAP o que possibilitou um grau de execução superior ao definido.

Quanto à formação, tema do objetivo 5, teve uma taxa de execução acima do previsto. Face à pandemia, o plano de formação estabelecido foi mais limitado, o que levou a uma execução acima da prevista, nomeadamente entre setembro e dezembro.

Por fim, o objetivo 6, relativo à promoção de utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal, também superou todas as metas.

1.9.2 - Atividades desenvolvidas

No decurso do ano de 2020, foram asseguradas, por este departamento, diversas atividades determinantes para o cumprimento dos seis objetivos, distribuídos pelas quatro unidades que o constituem.

A UORH assegurou a manutenção de um sistema organizado de procedimentos administrativos de âmbito laboral, através das ações inerentes ao processamento de salários e pensões, descontos e encargos, horários de trabalho e controlo de assiduidade, assim como, a dinâmica intrínseca à atualização dos processos individuais e de cadastro.

Iniciou o processo de substituição da aplicação GIAF pelo Sistema Integrado de Apoio à Gestão (SIAG), para tratamento dos procedimentos administrativos do Processamento de Vencimentos e Gestão do Tempo.

Executou a gestão do contrato celebrado com a Agência de Viagens, garantindo que os trabalhadores efetuam as suas deslocações de serviço nas melhores condições e tentando assegurar que as mesmas são realizadas com o menor custo para o IFAP.

Executou, acompanhou e monitorizou tarefas relacionadas com as políticas e procedimentos implementados no âmbito da Segurança de Sistemas de Informação (SSI), tais como os pedidos de atribuição, alteração e retirada de acessos, a proteção do espaço físico destinado ao arquivo dos processos individuais dos trabalhadores do IFAP, a gestão e o controlo das fitas e dos cartões identificativos atribuídos às pessoas que acedem às instalações do Instituto, nomeadamente os trabalhadores do IFAP, os fornecedores, os representantes de entidades externas e os trabalhadores em regime de *outsourcing*, entre outras.

Na área da consultoria, assegurou o apoio aos serviços na aplicação da política definida para os recursos humanos através da elaboração de estudos, informações e indicadores sobre gestão técnica de recursos humanos e organização estrutural.

Manteve-se a gestão dos processos relativos ao crédito à habitação subsistentes. Procedeu-se ao tratamento de informações de gestão relativa aos recursos humanos, quer tenham sido solicitadas por entidades internas quer externas, mediante a preparação do Balanço Social e do orçamento anual dos recursos humanos do IFAP, contribuindo para a elaboração do PA do Instituto.

Adotou as medidas necessárias para alargar o regime de teletrabalho ao máximo possível de trabalhadores, em consequência da pandemia provocada pela COVID-19, de acordo com os planos de contingência definidos pelo Governo.

O trabalho normativo interno manteve-se em atividade tendo sido dada continuidade à sua revisão para adequação à realidade atual, com destaque para a atualização do Código de Ética e de Conduta, da Ordem de Serviço sobre “Conflitos de interesses, incompatibilidades e impedimentos - Acumulação de funções públicas com outras funções públicas ou funções/atividades privadas”, e da Norma de Procedimentos e do respetivo Manual sobre “Acolhimento de Trabalhadores no IFAP”.

Por fim, mas não menos importante, continuou a assegurar-se a função de divulgação, a todos os colaboradores, de assuntos e temas de interesse geral interno e a disponibilização da informação legislativa nacional e comunitária com relevância para o Instituto.

A UGCP efetuou de forma permanente a manutenção preventiva e corretiva, da totalidade dos edifícios dos quais o IFAP é proprietário ou inquilino, por forma a garantir não só as melhores condições de trabalho a todos os colaboradores, mas também um bom estado de conservação dos mesmos.

Durante o ano de 2020 e decorrente do processo de auditoria contínua e regular à certificação, foram efetuadas diversas intervenções nos edifícios do IFAP, para que os mesmos estivessem em conformidade com o exigível, o mesmo acontecendo com os equipamentos que integram os imóveis.

Foi garantido, durante o ano de 2020, o planeamento atempado de necessidades, a prossecução dos procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços, por forma a suportar a atividade do IFAP. Tendo em consideração as necessidades de aquisição de bens e serviços manifestadas, face ao planeamento efetuado, ao envolvimento de departamentos, Júris de procedimentos e entidades com competência para autorização da despesa, os cronogramas definidos inicialmente foram em grande medida cumpridos, assegurando em tempo útil a aquisição de bens e serviços, sendo o principal fator crítico, a morosidade na obtenção de autorizações prévias e externas ao IFAP. O plano de aquisições foi objeto de monitorização e acompanhamento constante, por forma a detetar e corrigir eventuais desvios ao cronograma traçado. Sempre que possível, existiu uma lógica de racionalização de procedimentos, reduzindo a vertente administrativa associada aos processos de aquisição, bem como a tentativa de obter poupanças resultantes da aglutinação de bens e serviços.

A gestão eficiente dos equipamentos de suporte à atividade do Instituto foi também uma atividade nuclear desta unidade, designadamente a frota automóvel, parque de telemóveis e imobilizado. Para a prossecução deste objetivo foi fundamental garantir uma afetação

equilibrada dos equipamentos, monitorização da sua utilização e manutenção constante, por forma a assegurar o seu uso pleno.

Na área da gestão do economato, a gestão eficiente de *stocks* foi primordial para que não houvesse quebras no fornecimento dos consumíveis necessários às atividades diárias de todos os serviços, sendo uma preocupação crescente que o material em *stock* necessite de um menor espaço de armazenagem.

No ano de 2020 a contratação de bens e serviços decorreu em paralelo em 2 sistemas, no SIAG e no módulo de aprovisionamento. Foram igualmente transmitidas as existências em armazém para que a gestão de *stocks* também venha a ser efetuada com recurso ao SIAG.

Uma das principais atividades da UAGD é a administração do sistema de gestão documental (*iDoc*), sendo uma componente imprescindível para o funcionamento interno e também considerada uma das funções críticas do IFAP.

A aplicação do *iDoc* manteve-se em funcionamento no ano de 2020 permitindo um grau de utilização relevante pelos colaboradores, na sua maioria em teletrabalho. A disponibilidade da aplicação e a otimização de pesquisas foi uma das prioridades presentes na melhoria contínua do *iDoc* para os seus utilizadores.

Sendo uma área muitas vezes discreta, o Arquivo Central é essencial para assegurar não só o funcionamento do Instituto, mas também a preservação histórica dos seus documentos. Manteve-se a continuidade da inventariação e centralização da documentação de arquivo intermédio e definitivo. Assegurou-se a resposta em tempo útil aos pedidos de consulta, por parte dos serviços, de documentação já arquivada.

Manter um elevado nível de serviço na área da gestão documental em tempos de pandemia foi a prioridade em 2020, com a formação de equipas a trabalhar em espelho, onde fatores como a resiliência, compromisso e solidariedade entre os colaboradores se destacaram na execução das inerentes tarefas.

Os processos nesta área encontram-se rastreados para acréscimo da eficiência na receção, classificação, registo, controlo e distribuição da documentação rececionada no Instituto, bem como o registo, envelopagem e expedição da correspondência de saída.

Em 2020, expediram-se 202 mil ofícios, dos quais se destacam 163 mil ofícios disponibilizados na área reservada do Portal do IFAP. Ao nível das entradas foram registados cerca de 15 mil *e-mails* dirigidos ao endereço eletrónico institucional, e foram desmaterializados mais de 18 mil documentos. Relativamente aos formulários registados na aplicação de gestão documental, estes ascenderam aos 134 mil processos.

Esta unidade garantiu ainda outros serviços de suporte ao Instituto, tais como a reprografia e a gestão dos contratos relacionados com a vigilância e segurança humana e a higiene e limpeza das instalações.

A UDCC tem a sua atividade distribuída por cinco processos e dez subprocessos.

O mapa de pessoal, que constitui o primeiro processo, inclui, por um lado, a sua construção e, por outro, a sua gestão.

O segundo processo trata do recrutamento e seleção, que abrange os procedimentos concursais para cargos dirigentes, procedimentos concursais comuns, mobilidades e renovação das comissões de serviço. No ano de 2020 foram abertos 9 procedimentos concursais comuns, não se tendo registado procedimentos concursais para cargos dirigentes.

Relativamente aos 19 processos de mobilidade/ofertas de mobilidade iniciados em 2020, 5 encontram-se ainda em curso, 10 foram concluídos sem sucesso e 4 foram concluídos com sucesso. Devido à pandemia, a mobilidade de trabalhadores entre organismos esteve vedada durante parte do ano de 2020, o que levou a que fosse um ano excecionalmente crítico no que ao recrutamento e seleção diz respeito.

O terceiro processo diz respeito à gestão da avaliação de desempenho, de dirigentes (SIADAP2) e de trabalhadores (SIADAP3). No que diz respeito ao SIADAP3, foi um ano sem procedimentos a destacar, considerando que se tratou do 2.º ano do biénio 2019/2020.

O desenvolvimento de competências, que constitui o quarto processo desta unidade, subdivide-se em Formação presencial e Formação *e-learning*.

O último processo da atividade desta unidade é o Clima Organizacional - promoção de estudos e iniciativas de aferição do clima organizacional e implementação de medidas que visem a melhoria do clima e do índice de satisfação global dos trabalhadores.

Destaca-se, neste âmbito, a realização de dois questionários: um dirigido aos trabalhadores e outro aos dirigentes, com o objetivo de avaliar a experiência de teletrabalho durante o período de confinamento e conhecer os impactos que cada um percecionou com esta prática.

1.10. Gabinete de Auditoria (GAU)

Gabinete: GAU

1 Área: Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas (AAIF)

2 Núcleos: Auditoria Interna (NAIM); Auditoria aos Sistemas Certificados e de Monitorização (NASC)

1.10.1 - Avaliação dos objetivos

O GAU cumpriu ou superou cinco dos seis objetivos estabelecidos para o ano, tendo obtido uma avaliação global de 96%.

Quadro 21 - Objetivos operacionais do GAU

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Assegurar a execução das ações de Auditoria nos termos constantes no Programa Anual de Auditorias (PAA) de 2020	Ind1 - N.º de ações de auditoria executadas/N.º de ações de auditoria planeadas	55%	100%	90%	90%	100%	100%
2 - Assegurar a apresentação da proposta da Declaração de Gestão (Fundos Agrícolas - FEAGA e FEADER) ao CD	Ind1 - Conclusão dos trabalhos e apresentação da proposta de DG relativa ao EF de 2019 até 07/02/2020	15%	50%	100%	100%	100%	100%
	Ind2 - Preparação da proposta de DG relativa ao EF de 2020		50%	70%	70%	100%	
3 - Assegurar a realização de Ações de Coordenação, no âmbito das funções delegadas do FEAGA e do FEADER e das auditorias externas (IGF, IGAMAOT, AT e TC), nos termos constantes do PAA de 2020	Ind1 - Elaboração de relatório de acompanhamento das funções delegadas	10%	30%	2	2	100%	100%
	Ind2 - Número de ações realizadas / N.º de ações planeadas ou notificadas		70%	70%	70%	100%	
4 - Rever o Plano de Prevenção de Riscos, Infrações Conexas e Medidas Antifraude	Ind1 - Elaboração de um (novo) projeto de Plano de Prevenção de Riscos Gestão de Corrupção e Infrações Conexas, em articulação com a revisão e sistematização das Medidas Antifraude	10%	60%	30%	30%	100%	60%
	Ind2 - Dinamização do Grupo de Acompanhamento dos Riscos de Gestão, promovendo a realização de 2 sessões de trabalho por ano		40%	100%	0%	0%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
5 - Adotar novas soluções que melhorem os processos	Ind1 - N° de medidas implementadas/N° de medidas aceites	5%	100%	60%	60%	100%	100%
6 - Promover iniciativas de partilha de informação e intercâmbio de boas práticas	Ind1 - N° de iniciativas propostas com o envolvimento do GAU	5%	100%	4	4	100%	100%
Avaliação Global do Departamento						96%	

Relativamente à revisão do Plano de prevenção de riscos, infrações conexas e medidas antifraude (objetivo 4), no seu segundo indicador, que previa a dinamização do Grupo de acompanhamento dos riscos de gestão, verificaram-se contrangimentos em termos de recursos, que condicionaram a sua concretização. O IFAP passou a participar no Grupo de Reflexão (*Think Tank*), iniciado em 2020, constituído por iniciativa do Ministério Público, com vista a desenvolver estratégias de prevenção e combate a fraudes com fundos europeus, aguardando-se pelas orientações a serem formuladas em 2021 para alinhamento com o início dos trabalhos do Grupo de Acompanhamento dos Riscos de Gestão. Este indicador não teve qualquer execução.

1.10.2 - Atividades desenvolvidas

Ao nível geral, enquanto interlocutor da IGF, o GAU coordenou e acompanhou a auditoria da Certificação de Contas de 2020 e efetuou o *follow-up* da implementação das recomendações e dos erros financeiros das auditorias da IGF no âmbito da Certificação de Contas de 2019 e de exercícios anteriores. Enquanto interlocutor da IGAMAOT, assegurou o acompanhamento das ações de controlos *ex post* de medidas FEAGA e FEADER e dos respetivos erros financeiros.

Neste âmbito foi, ainda, efetuado o acompanhamento e coordenação de auditorias externas, nomeadamente auditorias (e respetivo *follow up*) do TC ao IFAP.

No domínio da auditoria contínua, foram acompanhados os planos de ação e ações complementares, a inscrição e tramitação dos processos de recuperação de verbas e do processo de formação de protocolos de delegação de tarefas e de articulação funcional, e os Grupos de Trabalho, nomeadamente o Grupo de Reflexão - *Think Tank*.

Auditoria ao Investimento e às Funções Delegadas

Na área de auditoria ao investimento, no âmbito do Programa Operacional MAR2020 (FEAMP), e na qualidade de ESA, foi prestada informação à IGF no quadro da supervisão da auditoria. Foram apresentadas propostas de atuação preventivas, junto da IGF, antecipando um quadro de contrangimentos com a pandemia da COVID-19, e foram realizadas auditorias sobre operações, com execução de testes de controlo e substantivos, e a elaboração dos correspondentes relatórios de auditoria a enviar aos beneficiários. Foi ainda efetuado o acompanhamento e supervisão do trabalho desenvolvido pela empresa de auditores externos, com verificação dos papéis de trabalho e dos correspondentes relatórios de auditoria, acompanhamento de controlo cruzado junto de fornecedor e elaboração do Relatório anual de auditoria, agregador do trabalho desenvolvido com a conclusão sobre a taxa de erro apurada. Por último, foi realizada uma auditoria sobre os procedimentos da AG e a elaboração dos correspondentes relatórios.

Na área das Funções Delegadas, foram realizadas ações de *follow-up* no âmbito das auditorias efetuadas às entidades delegadas. Foi igualmente realizada a acção de *follow-up* no âmbito da auditoria ao Sistema de Acompanhamento das Funções Delegadas, no âmbito da auditoria contínua (em fase de conclusão) e foi prestada informação do quadro da Certificação de Contas.

Auditoria Interna

Neste âmbito, foram realizadas as seguintes auditorias:

- Auditorias à autorização, pagamento, contabilização e reporte, no âmbito do FEAGA SIGC, RPB e Pagamento Redistributivo, e do FEADER NSIGC-PDR2020 - Ação 3.1 - Jovens Agricultores, Ação 3.2 - Investimento na Exploração Agrícola - PDR2020, Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural (LEADER), Ação 10.2.1.1 Regime Simplificado de Pequenos Investimentos nas Explorações Agrícolas e à Ação 10.2.1.2 Pequenos Investimentos na Transformação e Comercialização de Produtos Agrícolas tendo em consideração a legislação europeia e nacional em vigor, e obtenção de garantia razoável de que as despesas realizadas e contabilizadas referentes a este regime se encontram isentas de erros;
- Auditoria ao Sistema de Irregularidades e de Devedores, análise da eficácia do Sistema de Controlo Interno (SCI) estabelecido, nomeadamente a qualidade, eficácia e eficiência do mesmo, visando identificar e avaliar o SCI aplicável à deteção de irregularidades, recuperação de ajudas e de apoios indevidamente recebidos e respetivo reporte à CE, aferindo o grau de cumprimento e respeito pelas disposições regulamentares, orientações e procedimentos em vigor;
- Auditorias às BD SIGC com base em testes informáticos no âmbito do FEAGA SIGC, da campanha 2019: RPA, RPB e Apoios Associados Voluntários de Animais (Prémios aos Ovinos e

Caprinos, Vacas Aleitantes e Vacas Leiteiras) e de Superfícies (Pagamento Específico por Superfície ao Tomate para Transformação e Pagamento Específico ao Arroz);

- Auditorias às BD SIGC com base em testes informáticos no âmbito do FEADER SIGC, da campanha 2019 e campanha 2020: AZD, Conversão e Manutenção em Agricultura Biológica, Medidas Agro ambiente Clima - Produção Integrada, Culturas Permanentes Tradicionais e CPT Douro Vinhateiro (estes últimos apenas para a campanha 2019);
- Ações de auditoria ao CAD e Cadeia de Apuramento às BD SIGC com base em testes informáticos no âmbito do FEADER NSIGC, com particular incidência nos PP e nas Medidas 4, 6 e 8 (Ações 3.1.1, 3.2.1, 3.2.2, 8.1.4 e 8.1.5) e também aos PP das ações 10.2.1.1 e 10.2.1.2 (LEADER);
- Auditoria à conformidade das taxas de controlo e aos dados de controlo de todas as ajudas com reporte das estatísticas de controlo aos serviços da CE, com base no n.º 1, do artigo 9.º, do R. 809/2014 (FEAGA/FEADER), com testes informáticos incidentes na Medida 10, Ação 7.6 (Culturas Permanentes Tradicionais) do FEADER;
- Ações de *follow-up* de auditorias internas efetuadas pelo GAU no âmbito de apoios/sistemas FEAGA/FEADER, nos anos anteriores;
- Participação no acompanhamento de algumas auditorias externas da DG AGRI e do TCE ao FEAGA e FEADER, bem como, a participação em Grupos de Peritos na CE e em ações de formação, sensibilização e patilha relevantes para a realização de auditorias;
- A prestação de informação no quadro da Certificação de Contas 2020;
- Elaboração e apresentação da proposta de Declaração de Gestão de 2020, ao Senhor Presidente do CD do IFAP, nos termos e para os efeitos do disposto regulamentarmente, tendo em conta os trabalhos de auditoria realizados e os demais contributos recebidos.

Auditoria aos sistemas certificados

No âmbito das auditorias realizadas por entidades nacionais, designadamente a IGF, a IGAMAOT e o TC, foi efetuado o acompanhamento dos trabalhos da auditoria e das ações de controlo *ex-post* e a monitorização da implementação das recomendações e dos erros financeiros identificados pelas respetivas entidades. Houve, ainda, a participação no acompanhamento de auditorias europeias da CE e do TCE.

No âmbito da auditoria contínua, foi realizada uma auditoria interna, o acompanhamento das ações desenvolvidas com vista à melhoria contínua e manutenção da Certificação ISO/IEC 27001:2013 e à realização de auditorias internas e ações de acompanhamento em 2021. Foi ainda realizada uma auditoria técnica no âmbito do teletrabalho e a diversos controlos de segurança de informação, dado o novo contexto de trabalho remoto em sequência da pandemia, e o acompanhamento das ações desenvolvidas com vista à certificação ISO 9001:2015 e à realização da auditoria interna em 2021. Foi igualmente assegurado o acompanhamento das ações desenvolvidas e recomendações do DPO com vista à realização da auditoria interna em 2021.

No domínio das atividades e processos em desenvolvimento no IFAP, com criticidade relevante, incluem-se a coordenação do Grupo de Acompanhamento das Funções Delegadas (GAFD), a preparação para a criação de um Grupo trabalho de Riscos de Gestão com base, entre outros, nas orientações estratégicas de prevenção e combate a fraudes com fundos europeus preconizadas pelo *Think Tank*, o seguimento das denúncias remetidas e o acompanhamento da inscrição e tramitação dos processos de recuperação de verbas.

1.11. Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)

Gabinete: GPE

2 Áreas: Planeamento Estratégico e Projetos (APEP); Relações Comunitárias e Comunicação (ARCC)

1.11.1 - Avaliação dos objetivos

O GPE cumpriu ou superou todos os objetivos estabelecidos para 2020.

Quadro 22 - Objetivos operacionais do GPE

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Programar o pagamento das ajudas FEAGA e FEADER	Ind1 - Elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha 2020	20%	70%	100%	100%	100%	100%
	Ind2 - Atualização mensal, até ao 2.º dia útil do mês seguinte, do calendário indicativo de pagamentos e respetivos quadros estatísticos, para divulgação interna e externa		30%	100%	100%	100%	
2 - Incrementar a eficiência no envio das comunicações estatísticas à CE e na resposta aos pedidos de informação estatística	Ind1 - (N.º de comunicações enviadas no prazo / N.º de comunicações previstas) * 100	10%	35%	95%	93%	98%	111%
	Ind2 - (N.º de comunicações retificadas / N.º de comunicações enviadas) * 100		35%	5%	3%	125%	
	Ind3 - (N.º de respostas enviadas no prazo / N.º de pedidos rececionados) * 100		30%	92%	100%	109%	
3 - Coordenar e assegurar o envio das estatísticas de controlo FEAGA e FEADER à CE	Ind1 - (N.º de estatísticas enviadas no prazo / n.º de estatísticas total FEAGA)*100	20%	50%	100%	100%	100%	100%
	Ind2 - (N.º de estatísticas enviadas no prazo / n.º de estatísticas total FEADER)*100		50%	100%	100%	100%	
4 - Assegurar a regularidade de apresentação de pedidos de pagamento no âmbito dos projetos do IFAP	Ind1 - Apresentar os pedidos de pagamento no âmbito dos projetos de Assistência Técnica PDR2020 de 2018 (1.º semestre) e de 2019 (2.º semestre)	10%	50%	3	5	125%	113%
	Ind2 - Apresentar os pedidos de pagamento no âmbito do projeto de Assistência Técnica PDR2020 de 2020 (2.º semestre)		50%	1	1	100%	

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
5 -Assegurar e coordenar o acompanhamento de missões da Comissão Europeia e do Tribunal de Contas Europeu	Ind1 - N.º de documentos técnicos produzidos/nº de documentos a elaborar de acordo com a norma vigente relativa aos Procedimentos de Apuramento da Conformidade	20%	50%	90%	96%	107%	104%
	Ind2 - N.º de respostas enviadas dentro do prazo estipulado/Total de respostas enviadas		50%	85%	86%	101%	
6 - Implementar o Plano de Comunicação IFAP 2020 Criar notoriedade das competências do IFAP junto da sociedade civil e dos media	Ind1 - Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação interna, nos prazos definidos para o efeito	20%	50%	95%	100%	105%	105%
	Ind2 - Executar as atividades do plano de comunicação - comunicação externa, nos prazos definidos para o efeito		50%	95%	100%	105%	
Avaliação Global do Departamento						104%	

A APEP é responsável pela coordenação e elaboração do plano de programação das ajudas que constam no PU. Com base nesta programação, são elaborados e divulgados os calendários indicativos com as datas de pagamento no Portal do IFAP. A elaboração dos documentos inerentes à programação da campanha de 2020, que constitui o primeiro indicador do objetivo 1 foi concluída dentro do prazo estabelecido.

Mensalmente são disponibilizados no Portal do IFAP o calendário dos pagamentos efetuados, bem como informação estatística de acompanhamento da campanha e dos montantes pagos no ano. Esta atividade, que constitui o indicador 2 do objetivo 1, foi cumprida.

É assegurada também por esta Área a análise e produção de informação estatística relevante para a esfera de atuação do IFAP, seja para suporte à decisão do CD, seja para prestação da informação estatística a enviar à CE no âmbito dos diversos regimes de ajudas da PAC, ou para o Instituto Nacional de Estatística (INE), no domínio do aproveitamento dos atos administrativos para fins estatísticos, nos termos da Lei n.º 6/89. Fornece, ainda, informação estatística ao Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), para suporte à definição de medidas de política agrícola, às Tutelas e a outros Organismos da Administração Pública, gestores dos diversos Programas de Desenvolvimento Rural e outras entidades públicas e privadas. Disponibiliza também no Portal do IFAP informação estatística relevante para os agentes do setor e para o público em geral.

Neste âmbito, o objetivo 2, que visa incrementar a eficiência do envio das comunicações estatísticas à CE, avaliado por três indicadores, superou duas das metas estabelecidas, nomeadamente no número de respostas aos pedidos de informação enviadas no prazo e no número de comunicações retificadas. No que respeita às comunicações a enviar, foi estabelecida uma meta de 95% e foi conseguido um resultado de 93%. Mesmo assim o objetivo, no seu global, foi cumprido.

No que se refere ao envio das estatísticas de controlo à CE (objetivo 3) foi também cumprida a meta estabelecida.

No âmbito da Assistência Técnica do PDR2020, foram apresentados cinco PP, relativos aos projetos de 2018, 2019 e 2020, o que resultou na superação do quarto objetivo.

No âmbito das atividades da ARCC, no que respeita ao objetivo 5, relativo à coordenação e acompanhamento de missões da CE e do TCE, a manutenção do esforço e empenho contínuo da equipa das Relações Comunitárias para o cumprimento dos prazos de resposta (apesar da dependência dos correspondentes contributos de entidades externas ao Instituto e da elevada interação necessária com e entre departamentos do IFAP) permitiu a superação do objetivo, embora por uma margem mínima. Registe-se, no entanto, a evolução decrescente do primeiro para o segundo semestre, que correspondeu, em boa medida, ao período mais intenso, com um maior número de solicitações neste âmbito, e coincidiu com nova redução da equipa das Relações Comunitárias.

No que concerne à implementação do Plano de Comunicação IFAP 2019/2020 (objetivo 6), este foi realizado plenamente, permitindo a superação da meta. No entanto, é preciso ressaltar que não foram tidas em conta as tarefas inicialmente estabelecidas e que, em resultado da pandemia de COVID-19 e, sobretudo, das medidas excecionais implementadas pelo Governo Português para combate à sua propagação, foram, desde cedo, eliminadas do Plano, sendo disso exemplo a participação do Instituto nas principais Feiras do Setor Agrícola, todas elas canceladas ou adiadas para 2021.

Apesar de existirem atividades que não puderam ser concretizadas por imposição do estado de emergência, no âmbito do objetivo 6, todas as atividades fora dessa restrição foram concluídas, e cumprido o objetivo.

A avaliação global do GPE foi de 104%.

1.11.2 - Atividades desenvolvidas

Dentro do diversificado conjunto de atribuições do GPE, desenvolveram-se, ainda, durante o ano as seguintes atividades, não contempladas no PA, distribuídas pelas duas áreas que o constituem.

Planeamento Estratégico e Projetos

A esta Área compete a coordenação e elaboração dos instrumentos de gestão do IFAP, designadamente o PA, QUAR, respetiva monitorização em 30 de junho e auto-avaliação em 31 de dezembro, bem como o Relatório de Atividades. Estes documentos dependem dos contributos de todos os departamentos, o que origina, frequentemente, a morosidade do processo.

A gestão da informação e dos conteúdos a fornecer pelo *Data Warehouse* SIESTA, é outra das competências desta Área. Este sistema permite a disponibilização, a nível interno e externo, de informação residente nas diversas bases de dados do IFAP, sem pôr em causa a *performance* desses mesmos sistemas e facilitando a ligação entre as diversas tabelas e a construção de consultas.

Compete ainda a esta Área, a monitorização do *plafond* disponível para os Pagamentos Diretos e Plano Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola, a elaboração e monitorização do plano de pagamentos, relativo ao orçamento de investimento, bem como a elaboração de normativos de procedimentos relativos à missão principal do IFAP.

Relações Comunitárias e Comunicação

O IFAP, no âmbito das suas competências enquanto Organismo Pagador do FEAGA e FEADER, é auditado, quer por instâncias comunitárias (CE e TCE), quer nacionais (TC, IGF e IGAMAOT). A administração destes fundos obriga, ainda, à participação no Comité dos Fundos Agrícolas (CFA), fórum europeu de discussão das principais matérias relacionadas com a gestão do FEAGA e FEADER.

Comité dos Fundos Agrícolas (CFA)

Atendendo às suas competências, o IFAP assegura a representação nacional no CFA e a participação em reuniões ou grupos de peritos específicos.

Durante o ano de 2020, foi realizada apenas uma das dez reuniões presenciais inicialmente programadas a realizar deste Comité, em resultado direto das limitações impostas para combate à pandemia, que decorreu em janeiro. No decurso do ano, apenas foram realizadas quatro reuniões, através de plataformas de videoconferência, para discussão dos principais documentos relevantes para a gestão da PAC nos diversos EM, dos quais destacamos a informação sobre montantes a recuperar/pagar pelos EM, conforme decisões de apuramento das contas e da conformidade.

Perante este cenário, houve um reforço efetivo da CE na promoção de consultas escritas, incluindo as decisões de apuramento das contas e da conformidade, mas também as decisões mensais sobre o reembolso de despesas do FEAGA incorridas pelos EM.

Semestralmente são realizadas as Conferências dos Diretores dos Organismos Pagadores da UE, nos países que detêm, nesse semestre, a Presidência da União Europeia.

O IFAP, enquanto Organismo Pagador participa nestas conferências, tendo, para esse efeito, sido elaborados dossiers técnicos para o acompanhamento dessas reuniões.

Em 2020, decorrente da pandemia, a primeira destas conferências (47.^a), sob a presidência da Croácia, veio a ser cancelada, enquanto a segunda do ano, organizada pela Alemanha, foi realizada em videoconferência, em outubro, a partir de Bruxelas, correspondendo à 48.^a Conferência de Diretores dos Organismos Pagadores, habitualmente contando com a participação, agora à distância, dos representantes dos organismos pagadores dos EM da UE, da CE e do TCE.

A 13.^a Conferência dos Diretores dos organismos pagadores e organismos de coordenação, referente a 2019, inicialmente calendarizada para novembro daquele ano, foi realizada em janeiro de 2020, ainda presencialmente, em Bruxelas. A 14.^a edição desta Conferência, realizada em novembro de 2020, decorreu por videoconferência, abordando para além dos temas usuais relativos aos critérios de acreditação dos Organismos Pagadores e principais deficiências detetadas pela DG AGRI nos sistemas de gestão e de controlo implementados pelos EM, as garantias a dotar a PAC em época de pandemia.

Pelos motivos já referidos, as duas Conferências do Grupo *Panta Rhei* previstas realizar em abril e outubro, respetivamente em Liubliana e no Funchal foram canceladas.

1.12. Coordenação de Segurança da Informação (CSI)

Departamento: CSI

1.12.1 Avaliação dos objetivos

O objetivo da CSI teve uma avaliação de 114%.

Quadro 23 - Objetivos operacionais da CSI

Objetivos Operacionais	Indicadores	Ponderação		Meta	Resultado	Taxa de realização face à meta	Avaliação do Objetivo
		Objetivo	Indicador				
1 - Garantir a Manutenção da Certificação NP ISO /IEC 27001	Ind1 -Avaliar a execução do tratamento de risco	100%	50%	80%	100%	125%	114%
	Ind2 - Avaliar a execução do PAC (Não Conformidades e Oportunidades de Melhoria)		50%	80%	83%	104%	
Avaliação Global do Departamento						114%	

1.12.2 Atividades desenvolvidas

A CSI tem como responsabilidade gerir e manter o SGSI do IFAP de acordo com a NP ISO/IEC 27001:2013, de forma a garantir a respetiva certificação, dando assim cumprimento ao R. 1306/2013, regido pelos critérios de creditação definidos no anexo I do R. 907/2014.

No ano de 2020 as atividades consideradas relevantes foram:

- Gestão do SGSI mantendo e melhorando o conjunto de políticas, procedimentos, registos, recursos e atividades associadas, com o intuito de proteger os ativos de informação e atingir os objetivos da Organização definidos na sua Política de Segurança da Informação;
- Avaliação e tratamento de risco e respetivo nível de aceitação de risco da Organização, concebida para gerir os riscos de forma eficaz, implementando os controlos adequados para assegurar a proteção dos ativos de informação;
- Melhoria contínua do sistema através de um Plano de Ações Corretivas e Oportunidades de Melhoria do qual resulta um incremento da segurança da informação do IFAP;
- Manutenção da *performance* do processo de Gestão de Incidentes de Segurança da Informação;
- Plano de formação e sensibilização geral dos trabalhadores e colaboradores do IFAP com enfoque especial na Cibersegurança;
- Manutenção da certificação NP ISO/IEC 27001:2013 do IFAP.

2. Pagamentos efetuados

No âmbito da sua missão, o IFAP manteve em 2020 a regularidade dos pagamentos, que ascenderam a um montante total de 1544 M€. Comparando com o ano anterior ocorreu um acréscimo de cerca de 6% no montante pago, através de apoios e ajudas abrangidas quer pelos fundos comunitários FEAGA, FEADER e FEAMP quer de outras ajudas suportadas pelo orçamento nacional.

2.1. Ajudas ao setor da agricultura

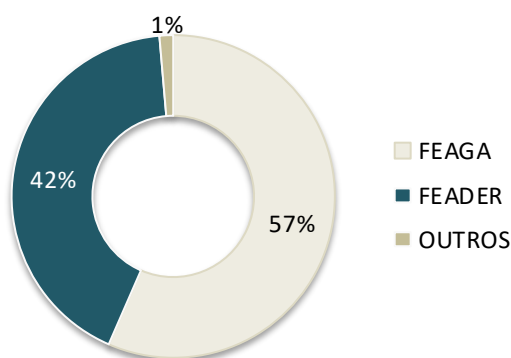
No ano de 2020, o total de pagamentos ao setor agrícola, foi de 1469.7 M€, apresentando-se no Quadro 24 um resumo dos pagamentos efetuados ao setor agrícola. A respetiva desagregação encontra-se no Anexo 2.

Quadro 24 - Pagamentos efetuados ao setor da agricultura

AGRICULTURA	
AJUDAS/APOIOS NO ÂMBITO DO FEAGA	Montante pago (mil euros)
Continente	725 721
Açores	76 880
Madeira	28 346
Total FEAGA	830 946
AJUDAS/APOIOS NO ÂMBITO DO FEADER	
Continente	545 422
Açores	46 211
Madeira	27 029
Total FEADER	618 662
OUTRAS AJUDAS	
Medidas Veterinárias e Ajudas Nacionais	20 121
Total Outras Ajudas	20 121
TOTAL	1 469 729

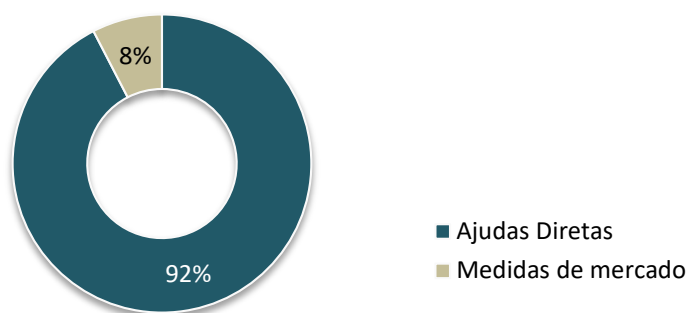
Analisando a desagregação por fundo de financiamento, verifica-se que os pagamentos ocorridos ao abrigo do FEAGA representaram 57% e os pagamentos no âmbito do FEADER corresponderam a 42% do total. Face a 2019, ocorreu um acréscimo dos pagamentos ao abrigo do FEAGA e uma redução nos montantes pagos ao abrigo do FEADER. Os restantes valores referem-se na sua maioria, a apoios de iniciativa nacional e representaram cerca de 1% do montante total pago.

Gráfico 5 - Pagamentos por Fundo ao setor agrícola (%)



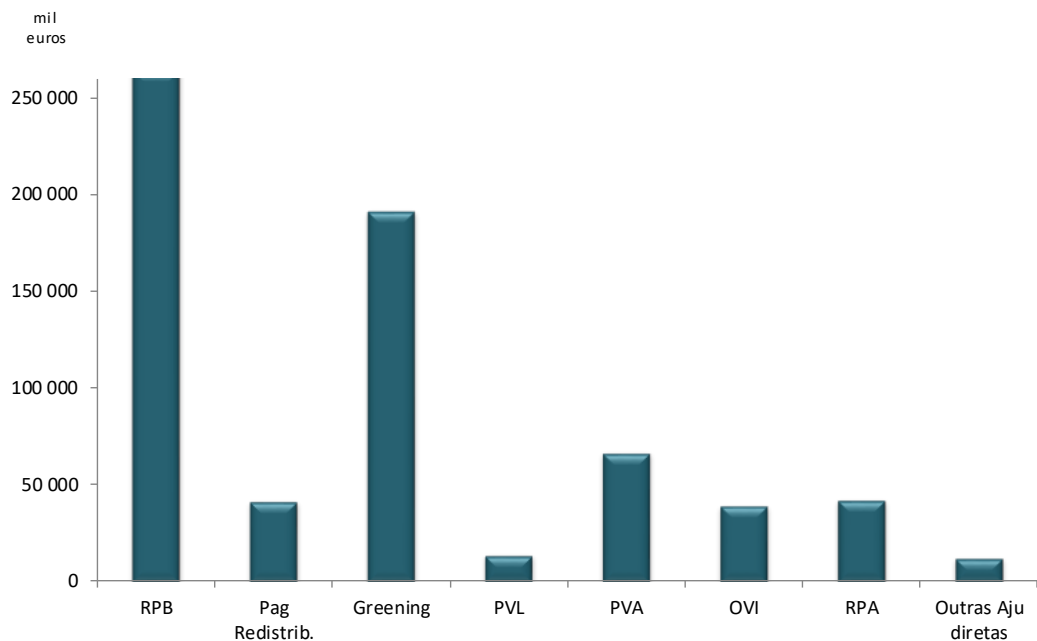
No âmbito do FEAGA, e para o Continente, as Ajudas Diretas representaram 92% dos pagamentos com um total de 670.7 M€, cabendo às Medidas de Mercado cerca de 8% dos pagamentos com um valor de 55.0 M€.

Gráfico 6 - FEAGA - Pagamentos no Continente (%)



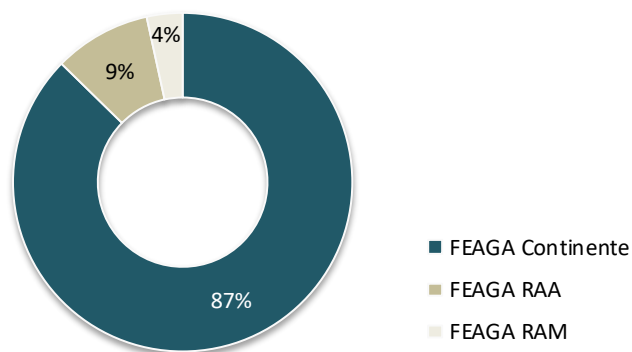
À semelhança dos anos anteriores, no conjunto das Ajudas Diretas, foi o RPB que abarcou o maior montante, distribuindo pelos seus beneficiários 264.2 M€. Mantêve-se igualmente, a elevada importância do *Greening* com 191.7 M€, seguindo-se o Prémio por Vaca em Aleitamento, com 66.7 M€.

Gráfico 7 - FEAGA - Pagamentos de Ajudas Diretas



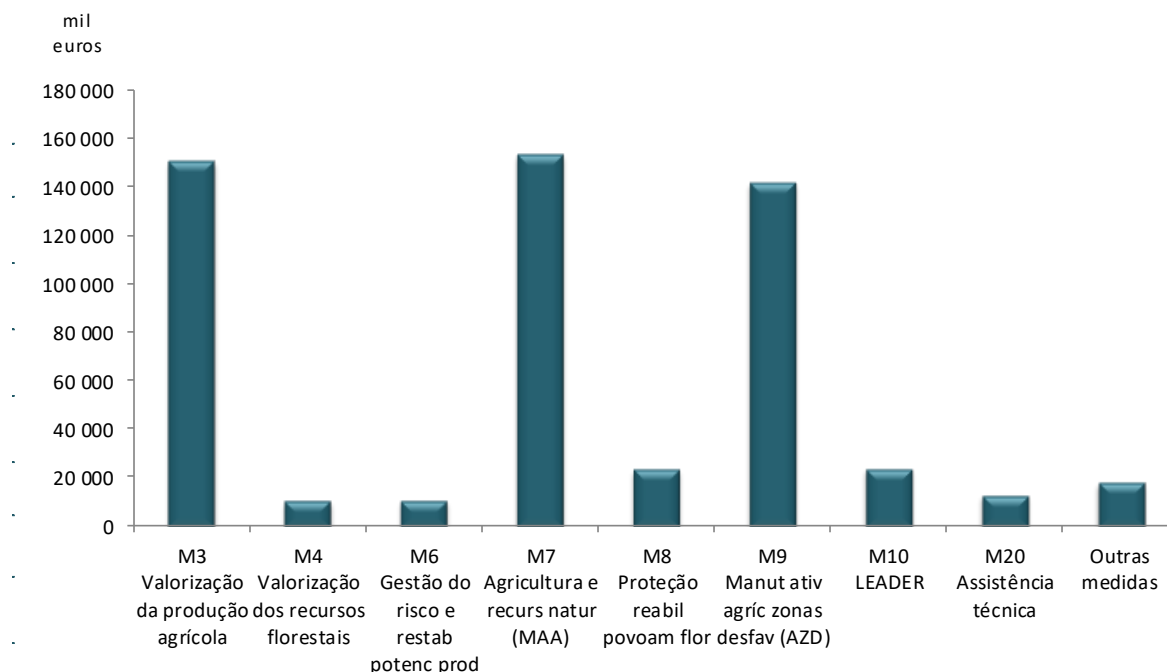
Relativamente às Regiões Autónomas, e ainda ao abrigo do FEAGA, a RAA recebeu 76.9 M€ e a RAM 28.3 M€, que representam 9% e 4% do total das ajudas deste fundo, respetivamente (Gráfico 8). As medidas ao abrigo do POSEI foram as mais representativas destacando-se na RAA, o Prémio aos produtores de leite com 21.0 M€ e na RAM, a Fileira da banana com 8.1 M€.

Gráfico 8 - FEAGA - Distribuição dos pagamentos por região(%)



Relativamente ao FEADER destacaram-se, no Continente, três medidas mais representativas. A primeira foi a Agricultura e Recursos Naturais com 153.4 M€, na qual se salienta a ação Produção Integrada que foi responsável pela atribuição de 67.5 M€. Seguiu-se a Valorização da Produção Agrícola com 150.6 M€, onde se evidencia a ação Investimentos nas Explorações Agrícolas, com 73.9 M€. Por fim, evidenciou-se a AZD com 141.7 M€.

Gráfico 9 - FEADER - Pagamentos por medida PDR2020

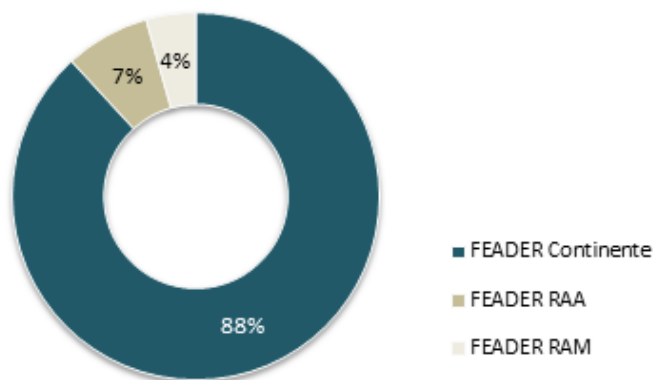


Na RAA, as medidas mais representativas foram os pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas, à qual corresponderam 9.4 M€ e a Medida Agroambiente e clima, cujos pagamentos ascenderam a 9.3 M€.

Na RAM, as medidas com maior expressividade em termos de montantes pagos foram os pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras, com 7.7 M€, e a Medida Investimentos em ativos físicos, com 9.6 M€ de pagamentos, onde o apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura representou 66%.

No âmbito do FEADER, foram pagos no Continente 545.4 M€ (88%), na RAA 46.2 M€ (7%) e na RAM 27.0 M€ (4%).

Gráfico 10 -FEADER - Distribuição dos pagamentos por região(%)



2.2. Ajudas ao setor das pescas

No que respeita ao setor das pescas, no ano de 2020 foram pagos 74.6 M€.

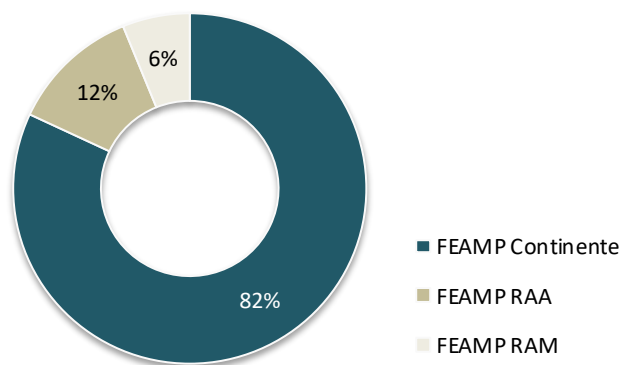
Face ao ano de 2019 correspondeu a um acréscimo de quase 19 M€ que se traduziu num aumento de mais de 30%.

Quadro 25 - Pagamentos efetuados ao setor das pescas

PESCAS	
AJUDAS NO ÂMBITO DO FEAMP	Montante pago (mil euros)
Continente	60 921
Açores	8 844
Madeira	4 607
Total FEAMP	74 372
OUTRAS AJUDAS	
Linhas de crédito Pescas	209
Total Outras Ajudas	209
TOTAL	74 582

A quase totalidade dos pagamentos ocorreu no âmbito do FEAMP, assinalando-se fora deste apenas as linhas de crédito para o setor das pescas, com um montante de 209 mil euros.

Gráfico 11 - FEAMP - Distribuição dos pagamentos por região(%)



Os pagamentos às operações do MAR2020 mantiveram os seus padrões de distribuição, no entanto o peso do Continente subiu para 82% do total dos pagamentos efetuados, seguindo-se a RAA com 12%, mostrando uma ligeira descida.

Em 2020, no Continente, as medidas mais representativas foram os Investimentos em portos de pesca, locais de embarque, lotas e abrigos, com 12 M€, o Desenvolvimento sustentável da aquicultura, com 13.4 M€ e a Transformação dos produtos da pesca e aquicultura com 8.6 M€.

Nas Regiões Autónomas, salientaram-se os Planos de compensação (antigas medidas POSEI Pescas) que apresentaram montantes de 5.2 M€ na RAA e de 2.7 M€ na RAM. Seguiram-se os Investimentos em portos de pesca com 1.5 M€ na RAA e 1.8 M€ na RAM.

A desagregação dos respetivos pagamentos encontra-se no Anexo 2.

VI Publicidade Institucional

Comunicação e imagem

Tal como nas demais atividades realizadas pelo IFAP, em 2020, também aquelas previstas no Plano de Comunicação do Instituto, tanto nas ações no âmbito da comunicação interna, como na vertente da comunicação externa, foram afetadas pela pandemia da COVID-19, mais propriamente, pelas medidas implementadas para mitigação da mesma.

Atendendo às restrições impostas pelas Autoridades de Saúde na circulação e convívio social, implicando um confinamento social efetivo, todas as ações inicialmente previstas no Plano de Comunicação que envolviam uma atividade presencial foram canceladas ou suspensas.

Nesse sentido, foram reforçadas as atividades de índole virtual ou digital, tentando colmatar a impossibilidade de realizar ações presenciais, mantendo a visibilidade e disponibilidade da Organização junto dos seus colaboradores e *stakeholders*.

Iniciativas de comunicação interna

Já enraizada nas ações de Divulgação Interna, o projeto da *Newsletter* interna digital - IFAPcomunica, assumiu uma maior relevância no cumprimento do objetivo de melhoria da comunicação no seio do IFAP, da estimulação da coesão interna e no estreitamento da relação entre a Organização e os seus colaboradores, num ano em que o teletrabalho foi obrigatório para todos os trabalhadores na maioria do período laboral.

De igual forma, a disponibilização diária aos colaboradores do IFAP de legislação relevante e dos Recortes de Imprensa, embora atividades não afetadas diretamente pela pandemia, assumiram uma importância redobrada pelo distanciamento a que os colaboradores estavam votados.

Iniciativas de comunicação externa e publicidade

O IFAP, com a pandemia da COVID-19, reforçou a utilização dos meios de comunicação e tecnologias de informação mais avançadas, adequando-as, sempre que possível, ao público-alvo e à mensagem a transmitir.

O Portal do IFAP assumiu-se como o canal fundamental e primordial, considerando a sua maior capacidade de transmissão de uma grande quantidade de informação aos beneficiários e demais *stakeholders*, logo seguido das diferentes Redes Sociais nas quais o Instituto marca presença, nomeadamente *Facebook* e *Twitter*, tendo em conta a rapidez na transmissão da informação,

privilegiando-se a publicação de notícias nestes canais, bem como através da *App IFAP Mobile*, embora reconhecendo-se o seu menor impacto e representatividade no universo de beneficiários.

A divulgação mensal da *newsletter* institucional foi prosseguida, assim como o recurso habitual a alguma imprensa escrita para a divulgação de anúncios específicos.

Como tem sido habitual nos últimos anos, em face da importância do PU no âmbito das atividades que estão acometidas ao IFAP, reforçado pelo impacto das medidas excecionais para mitigação da pandemia no período de candidaturas de 2020, foram desenvolvidas várias ações de divulgação, conjugadas, para a “promoção” deste formulário. Assim, foi promovida uma campanha de rádio para publicitação do período de candidaturas ao PU 2020, em simultâneo com a divulgação de notícias relacionadas no Portal, em destaques, nas páginas das redes sociais, através de mensagens na *App IFAP Mobile* e do serviço de *mailing*.

O recurso ao *mailing* (envio massivo de *e-mails* aos beneficiários e demais *stakeholders*) foi continuado, mantendo-se a tónica na harmonização de conteúdos e linguagem, tendo em vista a simplificação da mensagem a transmitir.

Apesar de inicialmente previsto como meio de comunicação de proximidade, a presença nas principais feiras do setor foi gorada, atendendo ao cancelamento destes certames no decurso de 2020, em resultado da pandemia, a maior parte deles adiados para 2021.

Num ano excecionalmente atípico, deu-se especial realce à divulgação de várias medidas de combate aos impactos negativos na economia agrícola decorrentes da pandemia, com publicação de notícias nos diferentes canais de comunicação, enfatizando-se as medidas excecionais e temporárias de combate à pandemia inseridas na resposta de Portugal à COVID-19 “Não paramos. Estamos ON”.

VII Medidas de Modernização Administrativa

No sentido de não ameaçar a área de negócio deste Instituto e a habitual capacidade de resposta às várias solicitações, foram repensados métodos de trabalho e toda uma dinâmica subjacente, agora e necessariamente numa perspetiva de trabalho à distância.

Neste contexto, foi necessário, a nível interno, adaptar os procedimentos existentes a essa realidade, para que tudo pudesse funcionar em pleno e sem necessidade, de uma forma geral, do recurso a pastas físicas e/ou papel.

A desmaterialização de processos foi, pois, a principal medida ocorrida, sendo hoje possível, com recurso apenas às ferramentas informáticas existentes, dar plena resposta nas diversas áreas de intervenção do Instituto, com claros ganhos de produtividade, nomeadamente na otimização de recursos administrativos (alguns deles alocados diariamente a arquivo de papel e à constituição de processos físicos) e redução muito substancial de custos com consumíveis. No caso do DJU, está, ainda, em curso o aperfeiçoamento desta medida, nomeadamente no que respeita ao registo e visualização de documentos automatizada via *iDoc*/Bases de dados, em articulação com o DGR.

No DCO, foi necessária a implementação de metodologias de controlo alternativas. Alguns controlos físicos foram efetuados com auxílio de *drones*, e passou a ser generalizada a utilização da aplicação/ funcionalidade da *App* das fotos georreferenciadas do IFAP.

Na Área Reservada do Portal, foi disponibilizada uma nova plataforma com o intuito de agilizar todo o processo de comunicações relativas ao reconhecimento de Organizações de Produtores. Com esta nova aplicação, pretendeu-se desmaterializar integralmente o envio de informação, abrangendo as fases de pedido, manutenção e alteração desse reconhecimento.

No âmbito da melhoria contínua do SNIRA, que o IFAP e a DGAV teem vindo a realizar, foram disponibilizadas, durante o ano de 2020, novas funcionalidades relativas à Implementação da Nova Identificação dos Bovinos.

Foi também disponibilizado o novo formulário “Correção de Atributos”, que permitirá ao Beneficiário a alteração dos atributos dos seus animais.

O atendimento passou também a dispor de uma nova solução tecnológica de apoio ao seu funcionamento. Ao contrário do que se verificava no caso da anterior aplicação, na qual existia um conjunto de utilizadores de *Backoffice* pré-definidos que dispunham de acesso à mesma através dos seus *Personal Computers*, implicando a sua instalação em cada uma das máquinas dos utilizadores e que estes realizassem *login* para conseguir analisar e dar seguimento aos

pedidos de apoio (*tickets*), na atual solução, o encaminhamento dos *tickets* passou a ser efetuado através de listas de distribuição especialmente criadas no *Outlook*, nas quais figuram os técnicos designados pelas respetivas chefias, sendo as respostas acopladas automaticamente aos *tickets*, na aplicação utilizada pelos técnicos do *Contact Center* e *Help Desk*. Esta nova forma de interação entre as áreas de atendimento e técnicas garantirá maior flexibilidade, contribuindo para a agilização dos processos de resposta.

No âmbito das medidas SIMPLEX, ocorreram os seguintes desenvolvimentos:

- O projeto SISAGRI - Sistema de Informação para o Setor Agrícola, transversal a todos os organismos da administração pública do setor, encontrava-se no final de 2020 com 90% de execução, prevendo-se a sua conclusão em fevereiro de 2021.
- Foi concluído o projeto SATCONTROL - Sistema que, com base em imagens de satélite, monitoriza as declarações dos beneficiários para efeitos de ajudas diretas declaradas no âmbito do PU no setor agrícola, permitindo o cruzamento das imagens de satélite com as parcelas dos beneficiários, a obtenção e disponibilização aos respetivos beneficiários de uma série cronológica de indicadores do estado vegetativo (*Normalized Difference Vegetation Index*) para cada parcela e a identificação das evidências das declarações dos beneficiários.
- No segundo semestre de 2020, e enquadrado nas medidas SIMPLEX+ a desenvolver pelo IFAP, destaca-se o início do projeto PortAGRI - Portal Único da Agricultura.

O projeto PortAGRI é uma iniciativa de transformação digital da Terra Futura - Agenda de Inovação para a Agricultura 2030, a qual conta com a participação dos diversos Organismos tutelados pelo Ministério da Agricultura.

A referida agenda visa, entre outras, a adoção de orientações estratégicas para os sistemas de informação do setor da agricultura, tendo como objetivo assegurar uma coordenação de todos os sistemas existentes e em desenvolvimento, que permita criar um sistema global de apoio ao referido setor, interoperável, e que tire partido das sinergias existentes evitando a duplicação de dados e esforços, ao mesmo tempo que dá uma maior robustez à informação registada. A premissa de base consiste em centrar o desenvolvimento dos sistemas informáticos em torno do agricultor (empresa ou cidadão) e não nos organismos da administração central, simplificando e facilitando o acesso à informação e aos serviços da administração pública na área da agricultura.

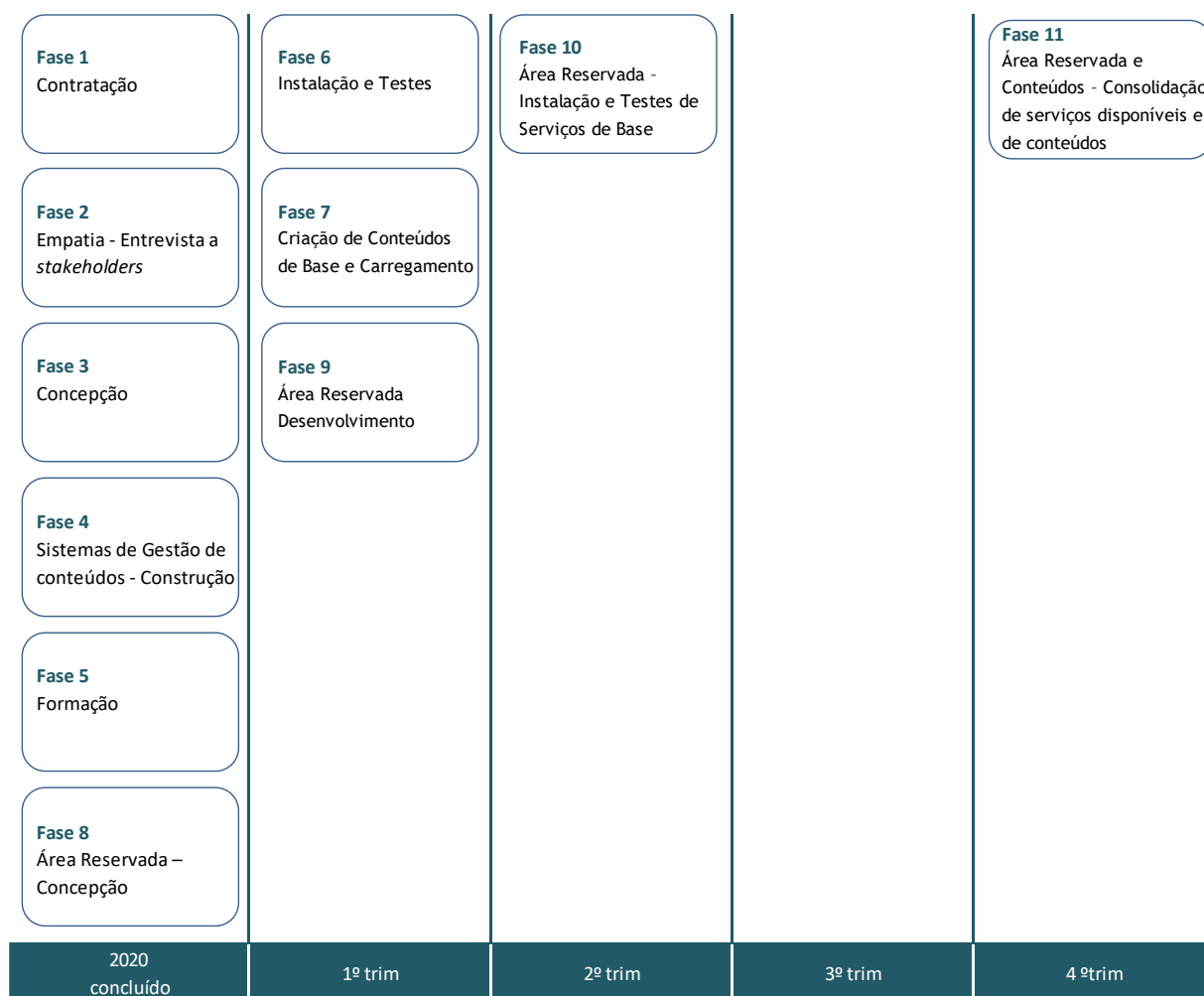
No acesso à informação e serviços na internet, atualmente o agricultor é confrontado com uma multiplicidade de portais para a administração pública e, só no caso do setor agrícola, é confrontado com um Portal por cada organismo (GPP, IFAP, IVV, IVDP, INIAV, DGADR, DGAV, um por cada DRAP e AG PDR2020) obrigando a um conhecimento prévio a qual deles

se deve dirigir, quer para obter informação ou solicitar um serviço, sem contar com a incoerência e não uniformização existente, resultando num natural afastamento do agricultor e o recurso a técnicos ou gabinetes com custos acrescidos.

Neste contexto, uma das medidas a implementar é um Portal para o setor agrícola que sirva de interface entre o agricultor e a administração pública, centrando o foco na informação e serviços necessários, sendo o organismo o ponto de destino e não o ponto de partida da navegação.

Pretende-se com o Portal o acesso fácil às áreas temáticas da Agricultura, aos serviços disponibilizados, às notícias, à documentação, às estatísticas, à PAC (atual e futura), aos Organismos Públicos do Setor, numa estrutura simples e intuitiva.

Figura 1 - Cronograma de execução do projeto Portal Único da Agricultura



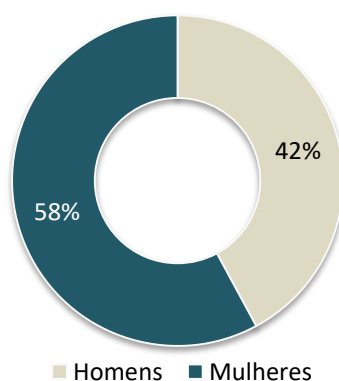
VIII Recursos

1. Recursos humanos

1.1. Caracterização

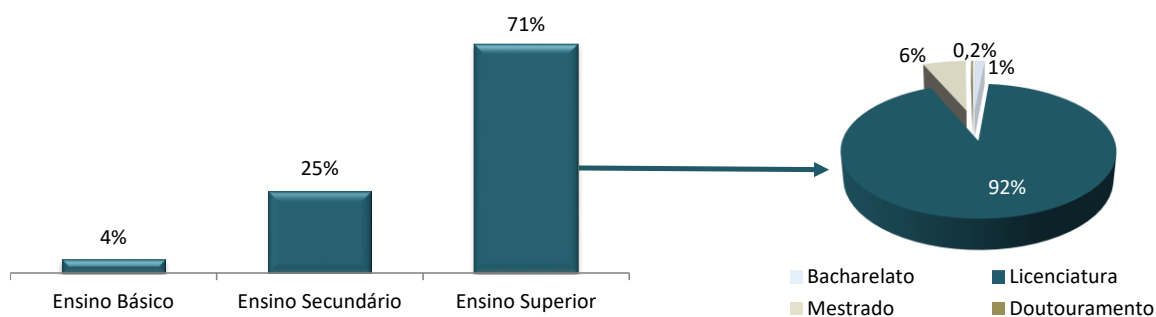
À data de 31 de dezembro de 2020 exerciam funções no IFAP 573 colaboradores, dos quais 58% mulheres e 42% homens (Gráfico 12). Face ao ano anterior, o total de colaboradores diminuiu 0.7%.

Gráfico 12 - Distribuição dos colaboradores por género, em 31.12.2020



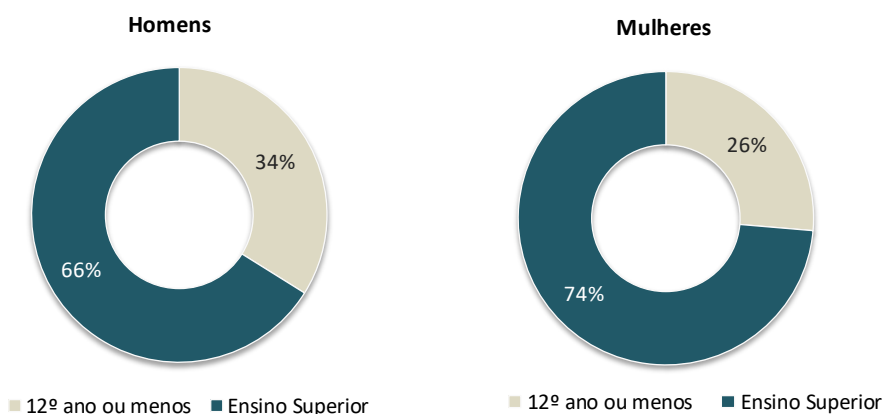
No que respeita ao nível de escolaridade existiam no IFAP, 404 colaboradores com habilitações ao nível do ensino superior (graus de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento), o que corresponde a 71% do total de colaboradores. Com habilitações ao nível do ensino secundário, existiam 145 colaboradores, que representavam 25% do número total e ao nível do ensino básico, 24 colaboradores, correspondentes a 4% do total, conforme se apresenta no Gráfico 13.

Gráfico 13 - Nível de escolaridade dos colaboradores, em 31.12.2020



Combinando esta análise com o género, verifica-se que 74% das mulheres e 66% dos homens possuíam escolaridade de nível superior (Gráfico 14).

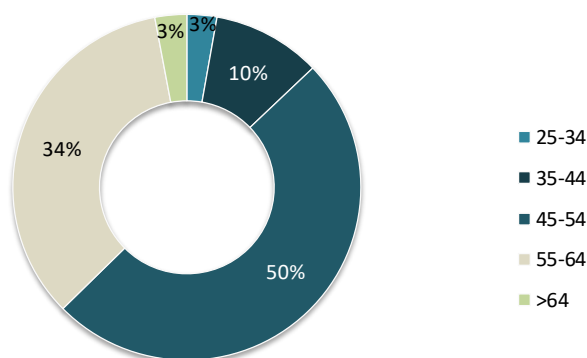
Gráfico 14 - Nível de escolaridade dos colaboradores, por género, em 31.12.2020



No que se refere ao escalão etário, manteve-se a maior representatividade do escalão dos 45-54 anos onde se enquadravam 50% dos colaboradores do IFAP. A percentagem de colaboradores situados no escalão entre os 55 e os 64 anos de idade foi de 34% e a faixa etária dos 35 aos 44 anos representou 10%. Nos escalões entre os 25 e os 34 anos e acima de 64 anos, situavam-se 6% dos colaboradores, distribuídos equitativamente entre eles.

À data de 31 de dezembro de 2020, a média de idades dos colaboradores do Instituto era de 52 anos, ligeiramente superior à do ano anterior.

Gráfico 15 - Escalão etário dos colaboradores em 31.12.2020



A modalidade de vínculo de maior incidência é o contrato de trabalho em funções públicas, que abrange 503 colaboradores, representando cerca de 88% do total.

As funções de dirigentes são desempenhadas por 60 colaboradores, todas a ser exercidas em comissão de serviço, existindo um equilíbrio de nomeações por género (30 homens e 30 mulheres).

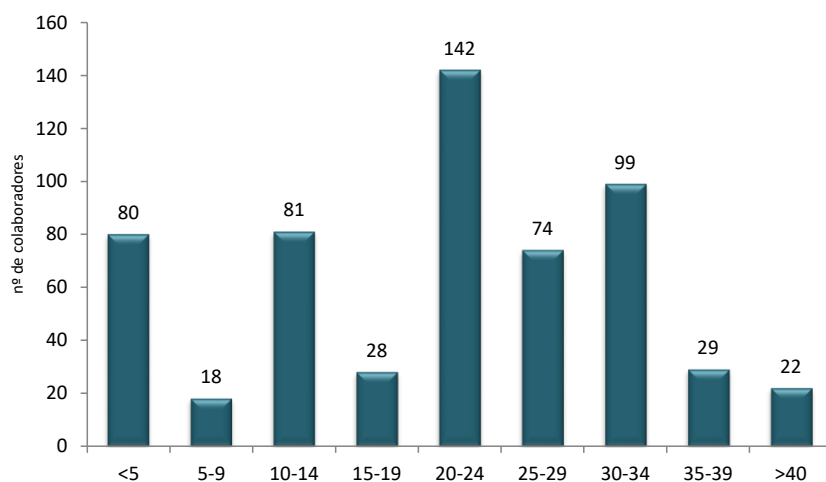
Relativamente à distribuição por carreiras, os técnicos superiores são 58% dos colaboradores e o grupo dos assistentes técnicos, técnicos de nível intermédio e pessoal administrativo 21%, representando estas duas carreiras 79% do total. Os dirigentes representam 11% e a carreira de informático, 9%.

Quadro 26 - Distribuição por grupo/cargo/carreira, modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)					1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)					2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					7	4	7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					17	14	17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					3	11	3	11	14
Técnico Superior	114	206	4	6			118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	48	74					48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	7	4					7	4	11
Informático	36	14					36	14	50
Total	205	298	4	6	30	30	239	334	573

Em termos de antiguidade (Gráfico 16), evidenciou-se uma maior concentração dos trabalhadores no escalão dos 20-24 anos de antiguidade, com 142 trabalhadores, correspondendo a 25% do total. No escalão dos 30-34 anos, havia 99 colaboradores (17%) e nos escalões abaixo dos 5 anos e dos 10-14 anos, existiam 80 e 81 colaboradores respetivamente correspondendo a cerca de 14% em cada um.

Gráfico 16 - Antiguidade em 31.12.2020



Durante o ano de 2020 verificou-se a entrada de 47 funcionários (sendo 24 mulheres e 23 homens) e a saída de 73 dos quais 38 mulheres e 35 homens.

Quadro 27 - Distribuição dos colaboradores por departamento

Departamento/Gabinete	Nº de colaboradores	%
Conselho Diretivo (CD)	9	2%
Coordenação da Segurança dos Sistemas de Informação (CSI)	2	0,3%
Gabinete de Auditoria (GAU)	21	4%
Gabinete de Planeamento Estratégico (GPE)	19	3%
Departamento de Apoios ao Investimento (DAI)	70	12%
Departamento de Ajudas Diretas (DAD)	48	8%
Departamento Financeiro (DFI)	46	8%
Departamento de Sistemas de Informação (DSI)	77	13%
Departamento de Administração e Gestão de Recursos (DGR)	77	13%
Departamento Jurídico (DJU)	41	7%
Departamento de Controlo (DCO)	60	10%
Departamento de Apoios de Mercado (DAM)	39	7%
Departamento de Gestão e Controlo Integrado (DGI)	64	11%
TOTAL	573	100%

1.2. Formação profissional

Tal como em anos anteriores, a política estratégica do plano de formação do IFAP focalizou-se essencialmente em ações de formação na área de negócio do Instituto e na formação à medida, realizada sempre que possível nas próprias instalações e adaptada à realidade do Instituto, em regime presencial e/ou à distância (*e-learning*), estruturada da seguinte forma:

- I - Formação Geral
- II - Formação em Tecnologias de Informação
- III - Formação de carácter pontual - Extra Plano

1.2.1. Formação presencial

O plano de formação para 2020 foi elaborado tendo por base um diagnóstico de necessidades efetuado no início do ano, integrando ações consideradas de relevância alta e com maior incidência de pedidos, tendo subjacentes os objetivos estratégicos estabelecidos pelo CD e os recursos materiais e financeiros disponíveis. Também foram integradas no plano, ações obrigatórias para o exercício de funções dirigentes e ações indispensáveis no âmbito do CSSI e auditoria.

Foram privilegiadas ações de formação intra-organização por forma a abranger o máximo de colaboradores por ação, rentabilizando o custo de realização das ações.

No caso de grande parte das ações de formação propostas no âmbito das Tecnologias de Informação, as mesmas foram ministradas recorrendo a formação externa, atendendo à especificidade das matérias e ao número de colaboradores identificados para as mesmas, que em muitos casos não foi suficiente para constituir uma turma. Situação igual ocorreu com algumas das ações de formação no âmbito da auditoria, fiscalização e controlo e formação para dirigentes.

Foi tido também em atenção o Plano de Formação do GPP e Administração Geral no colmatar de necessidades formativas que foram identificadas pelos departamentos e gabinetes mas que não integram a presente proposta de Plano de Formação. Paralelamente foram divulgados ao longo do ano seminários, eventos e iniciativas, sem custos associados, de modo a estimular a participação dos colaboradores em ações extra plano de formação, com vista à criação de alternativas não sujeitas a restrições orçamentais.

O plano de formação presencial inicialmente aprovado, integrando 35 cursos distribuídos por 51 ações, foi alterado em outubro, por constrangimentos na resposta às propostas do IFAP, e pela situação da pandemia da COVID-19 que não permitiu a utilização em simultâneo das salas de formação tendo sofrido uma redução de 4 cursos distribuídos por 5 ações.

Independentemente do plano de formação ser único, o acompanhamento é feito em duas vertentes, pelas especificidades técnicas de cada uma:

- Formação Geral
- Formação de Tecnologias de Informação

Na totalidade foram realizados 50 cursos, correspondendo a 64 ações, discriminados no quadro 9 do Relatório de formação presencial, que se encontra no Anexo 6.

1.2.2. Formação e-learning

O ano 2020, a formação *e-learning* decorreu dentro do previsto, sem grandes oscilações de desempenho ao nível da plataforma, até à transição para a nova versão *Moodle*, que obrigou a algumas adaptações da equipa ao novo *layout* da aplicação.

Relativamente à produção de cursos, registou-se um total de 29 ações, número exatamente igual aos dois anos precedentes. Comparativamente a 2019, foram desenvolvidos 4 novos cursos, houve o desdobramento do curso “Controlo Superfície Açores” em curso 1 e 2 e, por outro lado, foram agregados numa só ação, os cursos “Controlo no local Ani (Continente e Madeira)”.

Internamente, foram desenvolvidas duas novas ações, que de alguma forma vieram contrariar o que se passou em 2019, em que os colaboradores internos mostraram pouca apetência e alguma resistência pela formação *e-learning*. Talvez pelo carácter informativo e de alguma forma esclarecedor de dúvidas e preocupações, a ação “COVID-19 no Espaço Laboral”, acolheu a participação efetiva de 537 participantes, o que se revelou surpreendente, atendendo ao carácter facultativo da mesma.

Também a ação “Cibersegurança 2020” contou com a participação massiva do universo de inscritos, mas aqui ressalva-se o carácter obrigatório da mesma.

Talvez o facto de, quer numa, quer noutra situação, os trabalhadores se encontrarem, na sua maioria em teletrabalho, tenha despertado uma maior apetência e disponibilidade para frequentar ações de formação à distância.

Quanto à produção de cursos, continuam a ser os departamentos gestores aqueles que mais solicitam a criação de ações de formação.

O Relatório da formação *e-learning* é apresentado no Anexo 7.

2. Recursos financeiros

O orçamento de 2020 do IFAP e a sua execução traduzem as funções que estão cometidas ao Instituto no capítulo do financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, com especial relevo para a atribuição de subsídios no âmbito do FEAGA, FEADER, FEAMP e outras ajudas, bem como o apoio à concretização de investimentos através da concessão de ajudas e subvenções no âmbito das políticas públicas, enquadráveis no Programa de Investimentos.

O Quadro 28 resume, por Divisão Orçamental, a receita cobrada, a despesa paga e o saldo global apurado que, em 2020, foi de 64.8 M€.

Quadro 28 - Receita cobrada, despesa paga e saldo apurado por divisão orçamental

Receitas cobradas, Despesas pagas e Saldos apurados						
Divisões Orçamentais	Receita Cobrada Líquida		Despesa Paga		Saldos	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Funcionamento	70 954 301	72 621 769	32 721 828	32 912 187	38 232 473	39 709 582
Outras Ajudas	241 113 589	210 491 002	163 892 602	130 437 142	77 220 987	80 053 860
FEAGA	12 279 860	271 815	6 465 902	0	5 813 958	271 815
Investimento	646 280 796	627 608 404	584 992 917	562 791 577	61 287 879	64 816 827
Total	970 628 546	910 992 990	788 073 249	726 140 906	182 555 297	184 852 084
Divisões Extra Orçamentais	Cobranças Líquidas		Pagamentos Realizados		Saldos	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(1)-(3)	(6)=(2)-(4)
Outras Ajudas	29 104 046	23 746 429	29 104 046	23 746 429	0	0
FEAGA	759 225 816	825 939 552	759 225 816	825 939 552	0	0
Investimento	25 284 354	69 384 200	25 284 354	69 384 200	0	0
Total	813 614 216	919 070 181	813 614 216	919 070 181	0	0

Conforme se pode verificar no Quadro 29, em 2020, a receita cobrada líquida total foi superior à previsão inicial da receita em cerca de 40.3 M€. De acordo com esta distribuição da receita cobrada líquida, no valor total de 911 M€, é de salientar que 68.9% respeitam a Orçamento de Investimento.

Quadro 29 - Receitas previstas e receitas cobradas

Receitas previstas e Receitas cobradas					
Divisões Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados	Transf. e RNAP
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)
Funcionamento	41 586 427	72 621 769	31 035 342	38 102 046	0
Outras Ajudas	245 831 038	210 491 002	-35 340 036	75 626 880	0
FEAGA	11 000 000	271 815	-10 728 185	0	0
Investimento	572 276 955	627 608 404	55 331 449	66 534 486	0
Total	870 694 420	910 992 990	40 298 570	180 263 412	0

Divisões Extra Orçamentais	Previsão Inicial	Receita Cobrada Líquida	Desvio	Créditos Especiais	
				Saldos Integrados	Transf. e RNAP
	(1)	(2)	(3)=(2)-(1)	(4)	(5)
Outras Ajudas	1 319 378 419	23 746 429	-1 295 631 990	0	0
FEAGA	758 618 000	825 939 552	67 321 552	0	0
Investimento	55 727 779	69 384 200	13 656 421	0	0
Total	2 133 724 198	919 070 181	-1 214 654 017	0	0

A estrutura dos valores da despesa do orçamento inicial do IFAP releva contabilisticamente as atividades respeitantes ao financiamento ao setor primário da agricultura e das pescas, bem como as suas próprias despesas de funcionamento, inerentes à concessão dos subsídios ou das ajudas. Assim, e de acordo com o Quadro 30, no que se refere à execução orçamental da despesa de 2020, salienta-se o peso dos pagamentos das ajudas e subvenções concedidas no âmbito de projetos de investimento, que ascenderam a 562.8 M€, representando 77.5% do total da despesa realizada.

Nas outras componentes de despesa executada realçam-se:

- As despesas de funcionamento, no montante de cerca de 33 M€, representando 4.5% do total das despesas do Instituto;
- As despesas na divisão de Outras Ajudas, resultante dos subsídios concedidos com financiamento exclusivamente nacional, representando 17.9% do total.

Para além destas, salientam-se ainda as ajudas concedidas registadas em Divisões Extra Orçamentais, que ascenderam a cerca de 919.1 M€, com especial destaque para as ajudas exclusivamente comunitárias, concedidas no âmbito do FEAGA, no montante de 825.9 M€.

Quadro 30 - Despesa orçamentada e despesa realizada

Unidade: Euros

Despesa Orçamentada e Despesa Realizada						
Divisões Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Funcionamento	41 586 427	4.8%	32 912 187	4.5%	-8 674 240	-20.9%
Outras Ajudas	245 831 038	28.2%	130 437 142	18.0%	-115 393 896	-46.9%
FEAGA	11 000 000	1.3%	0	0.0%	-11 000 000	-100.0%
Investimento	572 276 955	65.7%	562 791 577	77.5%	-9 485 378	-1.7%
Total	870 694 420	100.0%	726 140 906	100.0%	-144 553 514	-16.6%

Divisões Extra Orçamentais	Orçamento Inicial		Execução Orçamental		Desvio	
	Valor	%	Valor	Valor	%	Valor
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(3)-(1)	(6)=(5)/(1)
Outras Ajudas	1 319 378 419	61.8%	23 746 429	2.6%	-1 295 631 990	-98.2%
FEAGA	758 618 000	35.6%	825 939 552	89.9%	67 321 552	8.9%
Investimento	55 727 779	2.6%	69 384 200	7.5%	13 656 421	24.5%
Total	2 133 724 198	100.0%	919 070 181	100.0%	-1 214 654 017	-56.9%

3. Recursos materiais

Em 2020 não foram concretizadas vendas de imóveis, pelo que o valor patrimonial não foi alterado face ao ano de 2019.

3.1. Recursos imobiliários

O valor patrimonial dos imóveis referenciados em 31 de dezembro de 2020, conforme referido, ascende a aproximadamente 4.9 M€, incluindo a componente de terreno e construção.

Quadro 31 - Tipos de imóveis

Tipo	Quantidade	Valor (€)
Armazém / Terreno	2	849 001
Escritórios (c/Registo SIIE)	24	4 060 191
TOTAL	26	4 909 192

Atualmente, o armazém e o terreno que integram o património imobiliário e que já foram objeto de utilização em contínuo (ex. depósitos de azeite) encontram-se desativados.

Algumas das instalações identificadas como escritórios encontram-se desativadas, resultante da extinção da estrutura regional existente no passado.

Outros espaços de escritórios encontram-se cedidos às Direções Regionais, também no âmbito de protocolos, sendo necessários às atividades delegadas naquelas Direções.

Atualmente, todos os imóveis do IFAP que se encontram devolutos têm o respetivo certificado energético, sendo elegíveis para venda em hasta pública através da Direção-Geral de Tesouro e Finanças (DGTF).

Foram igualmente desencadeados os mecanismos legais necessários à avaliação dos imóveis propriedade do IFAP por parte da DGTF, com o objetivo de serem integrados aquando do lançamento de hastas públicas para alienação e/ou arrendamento dos imóveis atualmente disponíveis.

Refira-se ainda que os imóveis do IFAP que estiveram em hasta pública durante o ano de 2020, não foram objeto de qualquer licitação.

3.2. Equipamento de transporte

No final de 2020, os equipamentos de transporte do IFAP eram constituídos por um parque automóvel (em regime de propriedade), num total de 56 viaturas. O valor patrimonial das viaturas de propriedade do IFAP era nulo, dada a antiguidade das mesmas, nos termos do Cadastro e Inventário dos Veículos do Estado.

Maioritariamente, os veículos satisfazem necessidades relacionadas com uma das áreas de atividade centrais do IFAP, designadamente o controlo das ajudas que este Instituto administra. A utilização dos veículos abrange ainda, tarefas administrativas e logísticas, o acompanhamento e supervisão de funções delegadas e visitas no âmbito dos apoios ao investimento, entre outras.

Do total de 56 viaturas, havia um conjunto de 33 viaturas cedidas a entidades com quem o IFAP mantém relações protocolares ou outro tipo de acordos por necessidades de serviço específicas.

Considerando a necessidade de racionalizar a despesa e otimizar os recursos do IFAP, foi efetuado um levantamento da situação atual da frota automóvel (incluindo a frota cedida) com o objetivo de ajustar o dimensionamento quantitativo e qualitativo dos meios de transporte às necessidades dos diversos serviços, tendo para tal sido realizada uma análise técnico-económica com vista à renovação parcial da frota.

Neste sentido, estão em curso junto da ESPAP, o processo de aquisição em regime de AOV de 2 novas viaturas TT e o processo de aquisição em regime de AOV para 8 viaturas ligeiras.

IX Contas

Quadro 32 - Balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2020



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Códigos das contas		Activo	2020			2019	Códigos das contas		2020	2019
POCP			AB	AP	AL	AL				
		Imobilizado						Fundos Próprios : Património	22.782.820,85	22.782.820,85
433		Imobilizações incorpóreas					51	Reservas:		
434		Propriedade industrial e outros direitos	3.581.299,01	3.489.359,82	91.939,19	148.443,43	56			
		Trespases	301,21	301,21						
			3.581.600,22	3.489.661,03	91.939,19	148.443,43				
		Imobilizações corpóres					575	Subsídios	34.105.930,50	29.089.215,25
421		Terrenos e recursos naturais	1.415.737,02		1.415.737,02	1.415.737,02				
422		Edifícios e outras construções	8.699.670,83	6.752.815,48	1.946.855,35	2.447.937,49	59	Resultados Transitados	15.992.453,97	15.997.386,97
423		Equipamento básico	6.436.675,92	6.085.350,63	351.325,29	393.174,58				
424		Equipamento de transporte	88.241,47				88	Resultado líquido do exercício	2.927,76	-4.933,00
425		Ferramentas e utensílios	2.141,93	2.141,93				Total dos Fundos Próprios	72.884.133,08	67.864.490,07
426		Equipamento administrativo	713.039,63	690.355,57	22.684,06	3.803,70				
429		Outras imobilizações corpóreas	1.426.726,41	4.508,48	1.422.217,93	1.322.894,36		Passivo:		
			18.782.233,21	13.623.413,56	5.158.819,65	5.583.547,15				
		Investimentos financeiros:					292	Provisões para riscos e encargos	16.852.911,47	17.461.319,35
411		Partes de capital	972.500,00		972.500,00	972.500,00				
413		Outros Investimentos Financeiros	33.133.430,50		33.133.430,50	28.116.715,25		Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo		
			34.105.930,50		34.105.930,50	29.089.215,25	23122	Empréstimos por dívida não titulada		
		Circulante:								
		Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo								
		Dívidas de Terceiros - Curto prazo:								
281+283		Empréstimos concedidos	7.169.248,10		7.169.248,10	7.414.470,87	221	Dívidas a terceiros - Curto prazo:	222.483,16	198.433,68
211		Clientes, c/c	999.560,62		999.560,62	535.463,12	228	Fornecedores, c/c		
218		Clientes de cobrança duvidosa	878.337,70	878.337,70			2611	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
24		Estado e outros entes públicos	1.839.354,02		1.839.354,02	1.839.625,70	24	Fornecedores de imobilizado, c/c	307,50	38.873,81
262/3/4/5/6/7/8		Outros devedores	1.430.776.047,30		1.430.776.047,30	1.515.272.918,69		Estado e outros entes públicos	702.754,77	776.487,84
			1.441.662.547,74	878.337,70	1.440.784.210,04	1.525.062.478,38	262/3/4/5/6/7/8	Outros credores	1.429.154.492,19	1.458.201.458,41
									1.430.080.037,62	1.459.215.253,74
		Títulos negociáveis						Acréscimos e diferimentos:		
153		Títulos da dívida publica					273	Acréscimos de Custos	2.880.557,21	2.991.104,64
							274	Proveitos diferidos	63.462.261,03	114.278.774,24
		Conta no Tesouro, depósitos inst. financeiras e caixa							66.342.618,24	117.269.878,88
13		Conta no tesouro	105.743.169,04		105.743.169,04	101.561.880,22				
12		Depósitos em instituições financeiras	33.702,15		33.702,15	21.775,18				
11		Caixa	105.776.871,19		105.776.871,19	101.583.655,40				
		Acréscimos e diferimentos						Total do passivo	1.513.275.767,33	1.593.946.451,97
271		Acréscimos de proveitos	242.129,84		242.129,84	343.602,43				
272		Custos diferidos	242.129,84		242.129,84	343.602,43				
		Total de amortizações		17.113.074,59						
		Total de provisões		878.337,70						
		Total do activo	1.604.151.312,70	17.991.412,29	1.586.159.900,41	1.661.810.942,04		Total dos fundos próprios e do passivo	1.586.159.900,41	1.661.810.942,04

O Contabilista certificado


CHEFE DE UNIDADE
(Filipe Morais)

O Diretor financeiro


DIRETOR
(Paulo Sousa)

O Conselho Directivo


João Carlos Mateus
Presidente do C.D.

Quadro 33 - Demonstração de resultados do exercício 2019 e 2020



IFAP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2020

POCP		2020		2019	
	Custos e Perdas				
62	Fornecimentos e serviços externos		7.990.323,40		10.007.580,50
641+642	Custos com o pessoal				
	Remunerações	17.033.589,51		16.641.894,92	
643+644	Encargos sociais:				
	Pensões	123.897,00		141.916,47	
645/6/7/8/9	Outros	6.349.207,73	23.506.694,24	4.454.773,55	21.238.584,94
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
66	Amortizações imobilizado corp. e incorp.	747.940,65		746.968,50	
67	Provisões do exercício	1.204.879,12	1.952.819,77	5.525.345,73	6.272.314,23
65	Outros custos e perdas operacionais	90.906,28	90.906,28	125.267,66	125.267,66
	(A)		33.540.743,69		37.643.747,33
68	Custos e perdas financeiras		634.021,94		825.993,57
	(C)		34.174.765,63		38.469.740,90
69	Custos e perdas extraordinárias		2.026.967,11		210.868,77
	(E)		36.201.732,74		38.680.609,67
88	Resultado líquido do exercício		2.927,76		-4.933,00
			36.204.660,50		38.675.676,67
	Proveitos e Ganhos				
71	Vendas e prestação de serviços:				
711	Vendas			84.325,00	
712	Prestação de Serviços	14.220,00		8.235,00	
			14.220,00		92.560,00
72	Impostos, taxas e outros				
73	Proveitos suplementares				
741	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
	Transferências - Tesouro	28.586.513,68		27.074.841,82	
742/3/4/5/8/9	Outras	3.599.042,67		5.097.815,81	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	15.758,51	32.201.314,86	138.104,81	32.310.762,44
	(B)		32.215.534,86		32.403.322,44
78	Proveitos e ganhos financeiros				
	(D)		32.215.534,86		32.403.322,44
79	Proveitos extraordinários		3.989.125,64		6.272.354,23
	(F)		36.204.660,50		38.675.676,67
	RESUMO:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)		-1.325.208,83		-5.240.424,89
	Resultados financeiros: (D)-(C-A)		-634.021,94		-825.993,57
	Resultados correntes: (D)-(C)		-1.959.230,77		-6.066.418,46
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		2.927,76		-4.933,00

O Contabilista certificado


CHEFE DE UNIDADE
(Filipe Morais)

O Diretor financeiro


DIRETOR
(Paulo Sousa)

O Conselho Directivo


João Carlos Mateus
Presidente do C.D.

X Conclusão

O ano de 2020 foi um ano atípico, com características não previsíveis, que alteraram de forma profunda o quotidiano de todos. Num contexto de grandes restrições e dificuldades acrescidas, o IFAP foi chamado a dar o seu contributo a um setor, o agro-alimentar, que desempenhou um papel absolutamente crucial em todo este período, assegurando de forma contínua o abastecimento de produtos de qualidade a todas as famílias e alcançando, em simultâneo, um desempenho notável em matéria de exportações. Este setor mostrou a sua importância, cada vez mais apercebida por toda a sociedade.

Neste contexto adverso, salientou-se a adaptação rápida do IFAP à realidade do teletrabalho e o assegurar de forma ininterrupta do pagamento das ajudas comunitárias e nacionais aos setores da Agricultura e das Pescas, conseguindo atingir a generalidade dos objetivos propostos.

O ano de 2021 será, também, repleto de desafios, dos quais ressaltam a preparação da nova PAC e todas as tarefas que ao IFAP estão cometidas, não só como Organismo Pagador mas também pelo seu papel de primeira linha em tudo o que respeita aos sistemas de informação do Ministério da Agricultura.

XI Anexos

Anexo 1 - QUAR

Ciclo de Gestão

2020

Designação do Serviço/Organismo:

IFAP, IP - Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas

Missão:

O IFAP tem por missão proceder à validação e ao pagamento decorrente do financiamento da aplicação das medidas definidas a nível nacional e comunitário, no âmbito da agricultura, desenvolvimento rural, pescas e setores conexos, bem como propor as políticas e estratégias de tecnologias de informação e comunicação no âmbito da agricultura e pescas.

Objetivos Estratégicos (OE)	Meta	Grau de concretização
OE1: Implementar uma política de qualidade na concessão e gestão das ajudas/incentivos, visando otimizar os prazos e a regularidade dos pagamentos	94%	106%
OE2: Potenciar a interação com os beneficiários com recurso a processos inovadores e desmaterializados, numa perspetiva de e-government	88%	103%
OE3: Reforçar o desenvolvimento de competências do capital humano do IFAP valorizando o espírito de equipa e o sentido de compromisso com a organização e o serviço público	66%	138%

Objetivos Operacionais (OP)

EFICÁCIA

PESO: 45%

OP1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada

Peso: 35%

Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.1 Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	96%	98%	94%	90%	5%	100%	100%	GPE	(Nº de pagamentos realizados no prazo/Nº de pagamentos previstos para o ano de 2020)*100	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OP1												125%	

OP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco

Peso: 35%

Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.2 Taxa de execução dos controlos físicos de RPB ⁽²⁾	-	-	-	100%	0%	100%	35%	DCO	(Nº de controlos executados/Nº mínimo de controlos definido regulamentamente para a campanha 2020)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.3 Taxa de execução dos controlos físicos de POC ⁽³⁾ , PVA ⁽⁴⁾ e PVL ⁽⁵⁾	-	-	100%	100%	0%	100%	20%	DCO	(Nº de controlos executados/Nº mínimo de controlos definido regulamentamente para a campanha 2020)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.4 Taxa de execução dos controlos físicos de AZD ⁽⁶⁾	-	100%	100%	100%	0%	100%	20%	DCO	(Nº de controlos executados/Nº mínimo de controlos definido regulamentamente para a campanha 2020)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.5 Taxa de execução dos controlos de investimento	-	84%	100%	100%	0%	100%	15%	DCO	(Montante da despesa controlada até 15/07/2020 / Montante a controlar definido regulamentamente para 2019)x100	100%	125%	Superou	25%
Ind.6 Taxa de execução dos controlos de Fundos Operacionais	-	100%	0%	100%	0%	100%	10%	DCO	(Nº de controlos executados/Nº mínimo de controlos definido regulamentamente)x100	100%	125%	Superou	25%
Taxa de Realização do OP2												125%	

OP3: Garantir a execução do PDR 2020

Peso: 30%

Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.7 Taxa de análise dos pedidos de pagamento de apoio ao investimento	-	98%	92%	85%	10%	100%	100%	DAI	Nº de pedidos de pagamento relativos a apoio ao investimento pagos/Nº de pedidos de pagamento relativos a apoio ao investimento submetidos nas DRAP entre 01/10/2019 e 30/09/2020	93%	100%	Atingiu	100%
Taxa de Realização do OP3												100%	

EFICIÊNCIA

PESO: 3%

OP4: Reduzir o valor em dívida

Peso: 100%

Indicadores	Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio
Ind.8 Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores	12%	24%	9%	8%	1.5%	13.50%	100%	DJIU	[(Valor em débito a 31/12/2019)/(Valor em débito em 01/01/2020+Divida inicial dos processos criados em 2020)-1]*100	8%	100%	Atingiu	0%
Taxa de Realização do OP4												100%	

QUALIDADE													Peso:	52%	
OP5: Promover iniciativas de gestão eficiente de trabalhadores que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e que fomentem a segurança e saúde no trabalho													Peso:	35%	
Indicadores		Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.9	Taxa de trabalhadores com horário flexível atribuído	-	-	70%	95%	2%	100%	40%	DGR	N.º de trabalhadores com despacho favorável ao pedido de atribuição de horário flexível/N.º total de trabalhadores que apresentou pedido de atribuição de horário flexível*100	100%	125%	Superou	25%	
Ind.10	Taxa de trabalhadores com parecer favorável ao pedido para a prática de teletrabalho	-	-	89%	10%	2%	14%	25%	DGR	N.º de trabalhadores com despacho favorável ao pedido de prática de teletrabalho/N.º total de trabalhadores que apresentou pedido de prática de teletrabalho*100	100%	663%	Superou	563%	
Ind.11	Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua	-	-	94%	90%	5%	100%	25%	DGR	N.º de trabalhadores com despacho favorável ao pedido de jornada contínua/N.º total de trabalhadores que apresentou pedido de prática de jornada contínua*100	100%	125%	Superou	25%	
Ind.12	Taxa de consultas de medicina do trabalho realizadas	-	-	-	30%	10%	100%	10%	DGR	Nº de consultas executadas, no âmbito da SST, nos termos previstos da Lei / Nº total de colaboradores	11%	55%	Não atingiu	-45%	
Taxa de Realização do OP5													252%		
OP6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento													Peso:	35%	
Indicadores		Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.13	Taxa de satisfação dos clientes	87%	86%	89%	90%	5%	100%	80%	DGI	$[0,06x(N.º \text{ de respostas positivas aos inquéritos de satisfação (IS) do cliente do Atendimento Presencial (AP) do C. Center(CC) / n.º total de respostas aos IS do AP do CC recolhidas}) \times 100] + [0,07x(N.º \text{ de respostas positivas aos IS do cliente do Atendimento Electrónico (AE) do CC / n.º total de respostas aos IS do AE do CC recolhidas}) \times 100] + [0,58x(N.º \text{ de respostas positivas aos IS do cliente do Atendimento Telefónico (AT) do CC / n.º total de respostas aos IS do AT do CC recolhidas}) \times 100] + [0,14x(N.º \text{ de respostas positivas aos IS do cliente do AT do Help-Desk(HD) / n.º total de respostas aos IS do AT do HD recolhidas}) \times 100] + [0,15x(N.º \text{ de respostas positivas aos IS do cliente do AE do HD / n.º total de respostas aos IS do AE do HD recolhidas}) \times 100]$	93%	100%	Atingiu	0%	
Ind.14	Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados	100%	100%	100%	97%	2%	100%	20%	DGI	1-(N.º de registos no Livro de Reclamações que deram lugar à aplicação de medidas corretivas / nº total de atendimentos presenciais realizados)x100	100%	125%	Superou	25%	
Taxa de Realização do OP6													105%		
OP7: Melhorar a qualidade da informação do setor agrícola (Projetos SIMPLEX)													Peso:	30%	
Indicadores		Realizado 2017	Realizado 2018	Realizado 2019	Meta 2020	Tolerância	Valor Crítico	Peso	UO	Fórmula de Cálculo	Resultado	Taxa de Realização	Classificação	Desvio	
Ind.15	Taxa de implementação no IFAP do projeto de monitorização com o recurso a imagens de satélite (SATCONTROL)	-	-	-	85%	10%	100%	35%	DGI	% de implementação realizada / planeada	90%	100%	Atingiu	0%	
Ind.16	Taxa de execução das fases de Requisitos, Análise funcional e Desenvolvimento, nas atividades da Tarefa C do Projeto de integração dos sistemas do IVV e IVDP no Sistema de Informação para o Setor Agrícola (SISAGRI)	-	-	-	80%	15%	100%	35%	DGI	Somatório do peso das fases terminadas (Requisitos, Análise Funcional e Desenvolvimento) de cada atividade da Tarefa C * Peso da atividade	100%	125%	Superou	25%	
Ind.17	Taxa de implementação do projeto "Portal Único da Agricultura"	-	-	-	80%	15%	100%	30%	GPE	% de implementação realizada / planeada	65%	100%	Atingiu	0%	
Taxa de Realização do OP7													109%		
Objectivos Estratégicos vs Operacionais matriz de enquadramento			OP1	OP2	OP3	OP4	OP5	OP6	OP7	OP8	OP n...	OP n...	OP n...	OP n...	
Objetivo Estratégico 1			√	√	√	√									
Objetivo Estratégico 2								√	√						
Objetivo Estratégico 3							√								
OBJETIVOS RELEVANTES nº 1 do art.18º da Lei 66-B/2007, de 28.12						Peso dos parâmetros na avaliação final		Peso dos objetivos no respetivo parâmetro		Peso de cada objetivo na avaliação final			Objetivos Relevantes		
Eficácia															
OP1: Assegurar o pagamento das ajudas/incentivos conforme programação aprovada						45%		35%		16%			RELEVANTE		
OP2: Assegurar a conclusão atempada do controlo in loco								35%		16%					
OP3: Garantir a execução do PDR 2020								30%		14%					
Eficiência															
OP4: Reduzir o valor em dívida						3%		100%		3%					
Qualidade															
OP5: Promover a utilização de horários flexíveis e modalidades de organização do trabalho que facilitem a conciliação da vida profissional, familiar e pessoal e segurança e saúde no trabalho						52%		35%		18%			RELEVANTE		
OP6: Melhorar a qualidade do serviço de atendimento								35%		18%			RELEVANTE		
OP7: SIMPLEX - Melhorar a qualidade da informação do setor agrícola								30%		16%			RELEVANTE		
Total						100%		Soma dos pesos dos objetivos operacionais mais relevantes						68%	

RECURSOS HUMANOS									Dias úteis 2020	227
DESIGNAÇÃO	Pontuação (Conselho Coordenado r da Avaliação de Serviços) ¹	Pontuação efetivos Planeados para 2020			Pontuação efetivos Executados para 2020			Desvio (em n.º)	Pontuação Executada / Pontuação Planeada	UERHE / UERHP
		N.º de efetivos planeados (Mapa de Pessoal)	UERHP	Pontuação Planeada	N.º de efetivos a 31.dez (Balanço Social)	UERHE	Pontuação Executada			
Dirigentes - Direção Superior	20	4	912	80	4	908	80	0	100%	100%
Dirigentes - Direção Intermédia e Chefes de equipa	16	56	12768	896	56	12422	872	0	97%	97%
Técnico Superior	12	364	82992	4368	330	71318	3754	-34	86%	86%
Especialistas de Informática	12	44	10032	528	37	7969	419	-7	79%	79%
Coordenador Técnico	9	8	1824	72	5	1056	42	-3	58%	58%
Técnicos de Informática	8	14	3192	112	13	2800	98	-1	88%	88%
Assistente Técnico	8	137	31236	1096	117	24719	867	-20	79%	79%
Assistente Operacional	5	16	3648	80	11	2134	47	-5	58%	58%
		643	146 604	7 232	573	123 326	6 178	-70	85%	84%
RECURSOS FINANCEIROS										
DESIGNAÇÃO		Planeado	Corrigido	Disponível	Execução (1. Semestre)	Execução (31.dez.2020)	Desvio Disponível-Executado (31.12.2020)	Taxa de Execução (face ao planeado)	Taxa de Execução (face ao corrigido)	Taxa de Execução (face ao disponível)
Orçamento de Funcionamento (OF)		44 432 175.00 €	41 586 427.00 €	39 628 258.00 €	14 496 670.24 €	32 912 186.45 €	6 716 071.55 €	74%	79%	83%
Despesas c/Pessoal		21 656 568.00 €	22 291 230.00 €	22 291 230.00 €	10 578 536.96 €	21 503 074.55 €	788 155.45 €	99%	96%	96%
Aquisições de Bens e Serviços		16 064 327.00 €	12 844 917.00 €	10 886 748.00 €	2 831 058.17 €	7 946 874.83 €	2 939 873.17 €	49%	62%	73%
Outras despesas correntes		4 292 900.00 €	4 292 900.00 €	4 292 900.00 €	943 476.79 €	2 920 730.30 €	1 372 169.70 €	68%	68%	68%
Despesas de Capital		2 418 380.00 €	2 157 380.00 €	2 157 380.00 €	143 598.32 €	541 506.77 €	1 615 873.23 €	22%	25%	25%
Orçamento de Investimento (OI)		561 831 207.00 €	572 276 955.00 €	571 996 299.00 €	167 370 367.75 €	562 791 577.41 €	9 204 721.59 €	100%	98%	98%
Outros valores		272 656 362.00 €	256 831 038.00 €	247 416 170.00 €	39 468 948.35 €	130 437 142.33 €	116 979 027.67 €	48%	51%	53%
Operações Extra-Orçamentais (OEO)		2 133 724 198.00 €	2 133 724 198.00 €	2 133 724 198.00 €	157 736 928.55 €	919 070 181.31 €	1 214 654 016.69 €	43%	43%	43%
Total (OF+OI+OV+OEO)		3 012 643 942.00 €	3 004 418 618.00 €	2 992 764 925.00 €	379 072 914.89 €	1 645 211 087.50 €	1 347 553 837.50 €	55%	55%	55%
AVALIAÇÃO FINAL DO QUAR 2019										
Avaliação de acordo com os requisitos constantes no artigo 18.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro		Âmbito	Eficácia Ponderação: 45%			Eficiência Ponderação: 3%		Qualidade Ponderação: 52%		
		Quantitativa	138%							
		Qualitativa	Bom							
Ref.:	Descritivo	Fonte de Verificação				Justificação do Valor Crítico				
Ind1	Taxa de pagamentos realizados no prazo programado	Ficheiro Excel - Audit Trail 2020				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind2	Assegurar a conclusão atempada (até 15/10) dos controlos <i>in loco</i> selecionados referentes a RPB (Regime de Pagamento Base),	Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD Produção				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind3	Assegurar a conclusão atempada dos controlos <i>in loco</i> selecionados referentes a POC (Prémio por Ovelha e Cabra), PVA (Prémio por Vaca em Aleitamento) e PVL (Prémio por Vaca em Leiteira)	Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD Produção				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind4	Assegurar a conclusão atempada (até 15/12) dos controlos <i>in loco</i> selecionados referentes a MAZD (Manutenção da Atividade Agrícola em Zona Desfavorecida)	Ficheiro. Posteriormente por comando SQL à BD Produção				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind5	Assegurar a conclusão atempada dos controlos <i>in loco</i> selecionados referentes a Investimento	Ficheiro. Ponto de Situação				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind6	Assegurar a conclusão atempada dos controlos <i>in loco</i> selecionados referentes a Fundos Operacionais	Ficheiro. Ponto de Situação				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind7	Taxa de análise dos pedidos de pagamento de apoio ao investimento	iDigital				Máximo possível de obter para este indicador				
Ind8	Taxa de redução do valor em dívida registado na Base de Dados de Devedores	iSinga / Base de Dados de Devedores				Baseado nos índices gerais registados em anos anteriores, acrescido de 5%				
Ind9	Taxa de trabalhadores com horário flexível atribuído	Ferramenta de gestão documental iDoc				Melhor resultado expectável face ao nº de postos de trabalho preenchidos e à situação atual				
Ind10	Taxa de trabalhadores com parecer favorável ao pedido para a prática de teletrabalho	Ferramenta de gestão documental iDoc				Melhor resultado expectável face ao nº de postos de trabalho preenchidos e à situação atual				
Ind11	Taxa de trabalhadores com parecer favorável à solicitação de jornada contínua	Ferramenta de gestão documental iDoc				Melhor resultado expectável face ao nº de postos de trabalho preenchidos e à situação atual				
Ind12	Taxa de consultas de medicina do trabalho realizadas	Ficheiro Excel/Base de dados				Melhor resultado expectável face ao nº de postos de trabalho preenchidos e à situação atual				
Ind13	Taxa de satisfação dos clientes	Ficheiros Excel com os resultados dos diversos inquéritos				Melhor resultado possível face a valores históricos				
Ind14	Taxa de não reclamantes no Livro de Reclamações face ao total de atendimentos presenciais realizados	Excel e Livro de Reclamações				Melhor resultado possível face a valores históricos				
Ind15	Taxa de implementação no IFAP do projeto de monitorização com o recurso a imagens de satélite (SATCONTROL)	Cronograma de monitorização do projeto				Melhor resultado possível				
Ind16	Taxa de execução das fases de Requisitos, Análise funcional e Desenvolvimento, nas atividades da Tarefa C do Projeto de Integração dos sistemas do IVV e IVDP no Sistema de Informação para o Setor Agrícola (SISAGRI)	Cronograma de monitorização do projeto				Melhor resultado possível				
Ind17	Taxa de implementação do projeto "Portal Único da Agricultura"	Cronograma de monitorização do projeto				Publicação do portal online				
NOTAS EXPLICATIVAS										
(1) Monitorização do QUAR em 30 de junho										
(2) RPB - Regime de Pagamento Base										
(3) POC - Prémio por Ovelha e Cabra										
(4) PVA - Prémio por Vaca em Aleitamento										
(5) PVL - Prémio por Vaca Leiteira										
(6) AZD - Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas										

Anexo 2 - Pagamentos

Quadro 34 - Total de pagamentos efetuados nos anos de 2019 e 2020

TOTAL PAGAMENTOS EFETUADOS		
	Montante pago (mil euros)	
	2019	2020
AJUDAS/APOIOS NO ÂMBITO DO FEAGA		
Continente	651 632	725 721
Açores	80 031	76 880
Madeira	28 879	28 346
Total FEAGA	760 542	830 946
AJUDAS/APOIOS NO ÂMBITO DO FEADER		
Continente	543 076	545 422
Açores	43 263	46 211
Madeira	25 584	27 029
Total FEADER	611 923	618 662
AJUDAS/APOIOS NO ÂMBITO DO FEAMP		
Continente	43 350	60 921
Açores	8 285	8 844
Madeira	3 917	4 607
Total FEAMP	55 552	74 372
OUTRAS AJUDAS		
OUTRAS AJUDAS	24 087	20 331
Total Outras Ajudas	24 087	20 331
TOTAL	1 452 104	1 544 311

Quadro 35 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - Continente

FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia			
PORTUGAL CONTINENTAL		Montante pago (mil euros)	
		2019	2020
Ajudas Diretas			
Regime de Pagamento Base (RPB)		257 143	264 247
Pagamento Redistributivo		17 688	41 369
Pagamento por práticas agrícolas benéficas para o clima e o ambiente (<i>Greening</i>)		173 707	191 694
Pagamento Jovens Agricultores		2 431	2 918
Pagamentos Específico por Superfície ao Arroz		5 607	5 760
Pagamentos Específico por Superfície ao Tomate		3 294	3 481
Prémio por Vaca Leiteira		12 235	13 584
Prémio por Vaca em Aleitamento		56 795	66 686
Prémio por Ovelha e Cabra		32 924	38 958
Regime de Pequena Agricultura (RPA)		32 531	42 063
Outras ajudas diretas		-24	-73
Total Ajudas Diretas		594 333	670 686
Medidas de mercado			
Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV)	Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros	5 578	12 332
	Destilação de Subprodutos da Vinificação	1 327	4 450
	Seguro Vitícola de Colheitas	3 954	4 200
	Reestruturação e Reconversão das Vinhas (VITIS)	31 645	7 515
	Destilação e Armazenamento de Vinho em situação de crise	-	10 690
	Trocas de produtos vitivinícolas	-52	-3 107
Total PNASV		42 452	36 079
Frutas e Produtos hortícolas	Fundos Operacionais das Organizações de Produtores	8 854	13 691
	Regime Escolar	3 088	1 614
Total Frutas e Produtos Hortícolas		11 941	15 305
Promoção de Produtos Agrícolas		254	225
Leite e Produtos lácteos		-2	126
Carne de Suíno, Ovos, Aves e Apicultura	Ajuda Especial à Apicultura	2 667	3 111
	Suíños	-10	-19
	Ovos e Aves de Capoeira	-1	0
Total Carne de Suíno, Ovos, aves e Apicultura		2 655	3 092
Outras medidas de mercado		-2	208
Total Medidas de Mercado		57 299	55 034
TOTAL		651 632	725 721

Quadro 36 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - RAA

FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia			
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES		Montante pago (mil euros)	
POSEI		2019	2020
Regime Específico de Abastecimento (REA)		6 240	6 198
Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais (MAPL)			
Prémios às Produções Animais	1.1 - Prémio à vaca aleitante	9 632	9 023
	1.2 - Prémio ao abate de bovinos	13 996	13 078
	1.3 - Prémio à vaca leiteira	13 465	12 117
	1.4 - Ajuda ao escoamento de jovens bovinos dos Açores	771	968
	1.5 - Ajuda à inovação e à qualidade das produções pecuárias açorianas	536	532
	1.6 - Prémio aos produtores de leite	21 384	20 968
	1.7 - Prémio aos produtores de ovinos e caprinos	175	74
	1.8 - Ajuda ao transporte inter-ilhas de jovens bovinos	-	100
Outras ajudas às produções animais		64	-0,39
Total Ajudas às Produções Animais		60 023	56 859
Prémios às Produções Vegetais	2.1 - Ajuda aos produtores de culturas arvenses	5 278	5 375
	2.2 - Ajuda aos produtores de tabaco	100	0
	2.3 - Ajudas à produção de culturas tradicionais	39	39
	2.4 - Ajuda à manutenção da vinha orientada para a produção de vinhos com denominação de origem e vinhos com indicação geográfica	790	924
	2.5 - Ajuda aos produtores de ananás	3 005	3 236
	2.6 - Ajuda à produção de hortofrutícolas, flores de corte e plantas ornamentais	1 311	1 370
	2.7 - Ajuda aos produtores de banana	1 088	999
Outras ajudas às produções vegetais		-0,02	0
Total Ajudas às Produções Vegetais		11 610	11 943
Ajudas à transformação	3.1 - Ajuda à armazenagem privada de queijos "Ilha" e S. Jorge"	650	750
	3.2 - Ajuda ao acondicionamento de Proteas	-	97
Total Ajudas à Transformação		650	847
Ajudas à comercialização		-5	0
Total MAPL		72 277	69 649
Total POSEI		78 517	75 847
Programa nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV)			
Reestruturação e Reconversão das Vinhas (Vitis)		1 514	1 033
Total PNASV		1 514	1 033
TOTAL		80 031	76 880

Quadro 37 - Pagamentos no âmbito do FEAGA - RAM

FEAGA - Fundo Europeu Agrícola de Garantia				
REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA			Montante pago (mil euros)	
POSEI			2019	2020
Regime Específico de Abastecimento (REA)			10 222	9 754
Medidas a Favor das Produções Agrícolas Locais (MAPL)				
M1 Apoio base aos Agricultores Madeirenses			4 597	4 334
M2 Apoio à produção das fileiras Agropecuárias da RAM	2.1 - Fileira da cana-de-açucar		1 881	1 714
	2.2 - Fileira do leite		415	121
	2.3 - Fileira da carne		745	568
	2.4 - Fileira do vinho		1 872	1 989
	2.5 - Fileira da banana		7 433	8 072
	2.6 - Ajuda à transformação de produtos agropecuários originários da RAM		36	34
	2.7 - Ajuda à produção de Ovos		0	40
Total M2			12 382	12 536
M3 Apoio à colocação no mercado de produtos da RAM	3.1 - Apoio à expedição de produtos agrícolas originários da RAM		671	602
	3.2 - Apoio à comercialização de produtos no mercado da RAM		1 006	959
Total M3			1 677	1 561
Total MAPL			2 551	2 316
Total POSEI			28 877	28 185
Programa nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola (PNASV)				
Promoção de Vinhos em Mercados de Países Terceiros			1	184
Reestruturação e Reconversão das Vinhas (Vitis)			1	-23
Total PNASV			2	160
TOTAL			28 879	28 346

Quadro 38 - Pagamentos no âmbito do FEADER - Continente

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural					
PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente			Montante pago (mil euros)		
Área	Medida	Ação	2019	2020	
A1 Inovação e conhecimento	M1 Inovação	1.1 - Grupos operacionais	1 392	3 417	
	M2 Conhecimento	2.1 - Capacitação e divulgação	1 370	1 358	
		2.2 - Aconselhamento	689	2 980	
			Total M2	2 059	4 338
			Total A1	3 451	7 755
A2 Competitividade e organização da produção	M3 Valorização da produção agrícola	3.1 - Jovens agricultores	13 385	14 927	
		3.2 - Investimentos nas explorações agrícolas	86 732	73 928	
		3.3 - Investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas	21 998	20 385	
		3.4 - Infraestruturas coletivas	13 688	41 394	
			Total M3	135 803	150 634
	M4 Valorização dos recursos florestais		9 076	10 401	
	M5 Organização da produção	5.1 - Criação de agrupamentos e organizações de produtores	700	900	
		5.2 - Organizações interprofissionais	0	29	
			Total M5	700	929
	M6 Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo	6.1 - Seguros	10 102	5 401	
		6.2 - Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo	7 437	5 435	
			Total M6	17 539	10 836
				Total A2	163 117

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural				
PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente			Montante pago (mil euros)	
Área	Medida	Ação	2019	2020
A3 Ambiente, Eficiência no uso dos recursos e clima	M7 Agricultura e recursos naturais (MAA)	7.1 - Agricultura biológica	24 772	23 909
		7.2 - Produção integrada	72 673	67 501
		7.3 - Pagamentos Rede Natura	15 736	15 082
		7.4 - Conservação do solo	3 152	2 855
		7.5 - Uso eficiente da água	4 985	4 905
		7.6 - Culturas permanentes tradicionais	23 826	17 614
		7.7 - Pastoreio extensivo	7 380	6 956
		7.8 - Recursos genéticos	15 201	13 290
		7.9 - Mosaico agroflorestal	110	99
		7.10 - Silvoambientais	8	14
		7.11 - Investimentos não produtivos	3 126	1 141
		7.12 - Apoio agro-ambiental à apicultura	11	12
		JUROS	-7	-12
		Total M7		170 975
	M8 Proteção e reabilitação de povoamentos florestais	8.1 - Silvicultura sustentável	26 696	23 242
		8.2 - Gestão recursos cinegéticos e aquícolas	478	258
	Total M8		27 173	23 500
	M9 Manutenção da atividade agrícola em zonas desfavorecidas (AZD)		112 003	141 653
	Total A3			310 151
A4 Desenvolvimento local	M10 LEADER	10.2 - Implementação das estratégias	12 892	17 783
		10.3 - Atividades de cooperação dos GAL	285	274
		10.4 - Funcionamento e animação	5 460	5 875
Total A4			18 637	23 931
Assistência Técnica	M20 Assistência técnica	20.1 - Assistência técnica PDR2020	12 342	11 675
		20.2 - Rede Rural Nacional	827	1 316
		20.3 - Estruturas Locais de Apoio	30	83
	Total M20		13 199	13 074
PDR2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores			32 146	11 461
Outros pagamentos FEADER			1	34
PDR 2020 adiantamentos contra fatura			2 373	-2 151
TOTAL			543 076	545 422

Quadro 39 - Pagamentos no âmbito do FEADER - RAA

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural			
PRORURAL + Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores		Montante pago (mil euros)	
Medida	Sub-medida	2019	2020
M1 Transferência de conhecimentos e ações de informação	1.1 - Apoio a ações de formação profissional e de aquisição de competências	21	22
	1.2 - Apoio a atividades de demonstração/ações de informação	17	24
	Total M1	38	46
M4 Investimentos em ativos físicos	4.1 Apoio a investimentos em explorações agrícolas	5 695	5 527
	4.2 - Apoio a investimento na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas	3 159	4 458
	4.3 - Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura	3 964	2 781
	Total M4	12 818	12 766
M5 Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas	5.1 - Apoio a investimentos em medidas de prevenção destinadas a atenuar as consequências de eventuais catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos e acontecimentos catastróficos	2	44
Total M5		2	44
M6 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	6.1 - Ajuda ao arranque da atividade para os jovens agricultores	1 479	1 022
M8 Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	8.1 - Apoio aos custos de florestação/criação de zonas arborizadas	121	117
	8.5 - Apoio a investimentos destinados a melhorar a resistência, o valor ambiental e o potencial de atenuação dos ecossistemas florestais	348	211
	8.6 - Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	168	229
Total M8		637	556
M9 Criação de agrupamentos e organizações de produtores	9.1 - Criação de grupos de produtores e de organizações nos setores da agricultura e da silvicultura	35	17
M10 Agroambiente e clima	10.1 - Pagamento de compromissos respeitantes ao agroambiente e ao clima	9 383	9 066
	10.2 - Apoio à conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura	44	246
Total M10		9 426	9 313

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural			
PRORURAL + Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores		Montante pago (mil euros)	
Medida	Sub-medida	2019	2020
M11 Agricultura biológica	11.1 - Pagamentos destinados à conversão a práticas e métodos de agricultura biológica	48	19
	11.2 - Pagamentos destinados à manutenção de práticas e métodos de agricultura biológica	100	119
Total M11		148	138
M12 Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva-Quadro da Água		131	-1
M13 Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	13.3 - Pagamento de compensações em zonas afetadas por condicionantes específicas	12 204	9 434
M15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	15.1 - Pagamento de compromissos silvoambientais e climáticos	149	238
	15.2 - Apoio à conservação de recursos genéticos florestais	0	157
Total M15		149	395
M16 Cooperação	16.1 - Apoio à criação e ao funcionamento de grupos operacionais da PEI para a produtividade e a sustentabilidade agrícolas	0	35
	16.2 - Apoio a projetos-piloto + apoio ao desenvolvimento de novos produtos, práticas, processos e tecnologias	38	52
Total M16		38	86
M17 Gestão de riscos	17.1 - Prémio de seguro de colheitas, de animais e de plantas	0	42
M19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER	19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito das EDL	3 114	2 518
	19.3 - Preparação e realização de atividades de cooperação	0	26
	19.4 - Apoio a custos de funcionamento e animação	467	612
Total M19		3 581	3 155
M20 Assistência Técnica		253	217
PRORURAL+ - Pagamentos transitados de Programas anteriores		2 324	8 980
Juros		-0.3	0.0
TOTAL		43 263	46 211

* Os valores negativos referem-se a recuperações e regularizações

Quadro 40 - Pagamentos no âmbito do FEADER - RAM

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural			
PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira		Montante pago (mil euros)	
Medida	Sub-medida	2019	2020
M1 Transferência de conhecimentos e ações de informação	1.1 - Apoio a ações de formação profissional e de aquisição de competências	14	73
	1.2 - Apoio a atividades de demonstração/ações de informação	6	2
Total M1		20	75
M3 Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e os géneros alimentícios	3.1 - Apoio à nova participação em regimes de qualidade	3	3
	Total M3	3	3
M4 Investimentos em ativos físicos	4.1 - Apoio ao investimentos em explorações agrícolas	1 772	2 150
	4.2 - Apoio a investimento na transformação/comercialização e/ou no desenvolvimento de produtos agrícolas	710	700
	4.3 - Apoio a investimentos em infraestruturas relacionadas com o desenvolvimento, a modernização ou a adaptação da agricultura e silvicultura	6 738	6 328
	4.4 - Apoio a investimentos não produtivos relacionados com a concretização dos objetivos em termos de agroambiente e clima	479	393
Total M4		9 698	9 571
M5 Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais	5.2 - Apoio a investimentos destinados à recuperação de terras agrícolas e ao restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais, fenómenos climáticos adversos e acontecimentos catastróficos	533	87
	Total M5	533	87
M6 Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas	6.1 - Ajuda ao arranque da atividade para os jovens agricultores	129	87
	Total M6	129	87
M8 Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas	8.1 - Apoio aos custos de florestação/criação de zonas arborizadas	426	607
	8.2 - Apoio à implantação e manutenção de sistemas agroflorestais	700	0
	8.3 - Apoio à prevenção da floresta contra incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	658	2 774
	8.4 - Apoio à reparação dos danos causados às florestas por incêndios florestais, catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos	79	676
	8.5 - Apoio a investimentos destinados a melhorar a resistência, o valor ambiental e o potencial de atenuação dos ecossistemas florestais	828	397
	8.6 - Apoio a investimentos em tecnologias florestais e na transformação, mobilização e comercialização de produtos florestais	845	885
Total M8		3 536	5 340

FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural			
PRODERAM 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma da Madeira		Montante pago (mil euros)	
Medida	Sub-medida	2019	2020
M10 Agroambiente e clima	10.1 - Compromissos respeitantes ao agroambiente e ao clima	440	290
	10.2 - Conservação e à utilização e desenvolvimento sustentáveis de recursos genéticos na agricultura	0	189
Total M10		440	479
M11 Agricultura biológica	11.1 - Conversão a práticas e métodos de agricultura biológica	41	19
	11.2 - Manutenção de práticas e métodos de agricultura biológica	84	78
Total M11		125	97
M12 Pagamentos a título da Natura 2000 e da Diretiva- Quadro da Água	12.2 - Compensações a zonas florestais Natura 2000	482	594
M13 Pagamentos relativos a zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas	13.1 - Compensações em zonas de montanha	7 453	7 616
	13.2 - Compensações a outras zonas afetadas com condicionantes específicas	286	146
Total M13		7 739	7 762
M15 Serviços silvoambientais e climáticos e conservação das florestas	15.1 - Compromissos silvoambientais e climáticos	43	404
	15.2 - Conservação de recursos genéticos florestais	100	0
Total M15		143	404
M17 Gestão de riscos	17.1 - Prémio de seguro de colheitas, de animais e de plantas	271	449
M19 Apoio ao desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) LEADER	19.2 - Apoio à realização de operações no âmbito das EDL	1 744	1 982
	19.4 - Apoio a custos de funcionamento e animação	208	194
Total M19		1 952	2 176
M20 Assistência Técnica		815	0
PRODERAM 2020 - Pagamentos transitados de Programas anteriores		-300	-94
Juros		-1	0
TOTAL		25 584	27 029

* Os valores negativos referem-se a recuperações e regularizações

Quadro 41 -Pagamentos Outras Ajudas

OUTRAS AJUDAS		
PORTUGAL CONTINENTAL E REGIÕES AUTÓNOMAS	Montante pago (mil euros)	
	2019	2020
Ajudas Agricultura		
Medidas Veterinárias	1 162	891
Linhas de crédito agricultura	767	347
Apoio às funções delegadas	6 138	5 671
SIPAC Seguro de colheitas	7 501	3 168
Apoio Incêndios 2017	-48	19
Gasóleo Colorido e Marcado	2 295	2 164
Ajuda Lobo Ibérico	126	138
Subsídio a Eletricidade Verde		274
Auxílio estatal aos produtores de culturas arvenses (RAA)	996	894
Auxílio estatal aos produtores de horto frutícolas (RAA)	110	110
Auxílio estatal vinha (RAA)	326	215
Auxílio estatal ao prémio ao abate (RAA)	893	1 461
Auxílio estatal aos produtores de leite (RAA)	3 805	4 219
Auxílio estatal ao abate de bovinos (RAM)	0	447
Auxílio estatal à banana (RAM)	0	340
Auxílio estatal ao leite (RAM)	0	268
Auxílio estatal à produção de ovos (RAM)	0	94
Auxílio estatal a vacas leiteiras (RAM)	0	22
Outros*	-21	-620
Total Agricultura	24 051	20 121
Ajudas Pesca		
Linhas de crédito pescas	36	209
Total Pesca	36	209
TOTAL	24 087	20 331

* Os valores negativos referem-se a recuperações e regularizações

Quadro 42 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - Continente

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas			
MAR2020 - PORTUGAL CONTINENTAL		Montante pago (mil euros)	
Prioridade	Medida	2019	2020
P1 Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável	M1 - Investimentos a bordo e seletividade	1 754	1 247
	M2 - Apoio ao arranque da atividade de jovens pescadores	21	0
	M3 - Inovação e conhecimento	193	904
	M4 - Proteção e restauração da biodiversidade	904	581
	M5 - Investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	4 051	12 019
	M7 - Cessação temporária das atividades de pesca com recurso a artes de cerco	3 394	8 094
Total P1		10 316	22 845
P2 Promover uma Aquicultura Ambientalmente Sustentável	M1 - Desenvolvimento sustentável da aquicultura	6 458	13 362
	M2 - Desenvolvimento dos sítios aquícolas	76	0
	M4 - Medidas de saúde pública	0	307
	M5 - Promoção da saúde e do bem-estar animal	211	2 106
Total P2		6 745	15 774
P3 Fomentar a Execução da Política Comum de Pesca	M1 - Apoio ao controlo e inspeção relativo à política comum das pescas	554	653
	M2 - Recolha de dados no quadro da política comum das pescas	3 072	2 580
Total P3		3 626	3 233
P4 Aumentar o Emprego e a Coesão Territorial	M1 - DLBC - Apoio preparatório	0	20
	M2 - Custos operacionais e animação	1 049	719
	M3 - Execução das EDL	2 355	3 062
Total P4		3 404	3 801
P5 Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	M1 - Plano de produção e comercialização	1 335	1 373
	M2 - Desenvolvimento de novos mercados, promoção e comercialização	749	1 099
	M3 - Transformação dos produtos da pesca e aquicultura	14 987	8 619
	M6 - Apoio à armazenagem dos produtos da pesca	470	0
Total P5		17 540	11 091
P6 Fomentar a Execução da Política Marítima	M1 - Execução da política marítima integrada no domínio da vigilância marítima integrada	129	365
	M2 - Execução da política marítima integrada para a melhoria do conhecimentos marinho	206	719
Total P6		335	1 084
P7 Assistência Técnica	Medida 1 - Assistência Técnica	1 744	2 025
Adiantamento contra fatura			1 482
Pagamentos relativos a programas antigos		-360	-413
TOTAL		43 350	60 921

* Os valores negativos referem-se a recuperações e regularizações

Quadro 43 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - RAA

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas			
MAR2020 - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES		Montante pago (mil euros)	
Prioridade	Medida	2019	2020
P1 Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável	M1 - Investimentos a Bordo e Seletividade	139	526
	M2 - Apoio ao arranque da atividade de jovens pescadores	0	125
	M3 - Inovação e Conhecimento	0	105
	M5 - Investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	2 434	1 522
	M7 - Cessação temporária das atividades de pesca	0	74
Total P1		2 573	2 352
P2 Promover uma Aquicultura Ambientalmente Sustentável	M1 - Apoio aos investimentos produtivos na aquicultura	0	860
P4 Aumentar o emprego e a coesão territorial	M1 - DLBC - Apoio preparatório	718	0
P5 Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	M2 - Desenvolvimento de novos mercados, promoção e comercialização	11	106
	M3 - Transformação dos produtos da pesca e aquicultura	761	297
	M4 - Planos de compensação à RAA	4 222	5 209
Total P5		4 993	5 612
Adiantamento contra fatura		0	19
TOTAL		8 285	8 844

Quadro 44 - Pagamentos no âmbito do FEAMP - RAM

FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas			
MAR2020 - REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA		Montante pago (mil euros)	
Prioridade	Medida	2019	2020
P1 Promover uma Pesca Ambientalmente Sustentável	M1 - Apoio aos investimentos a bordo no domínio da eficiência energética, segurança e seletividade	29	20
	M4 - Proteção e restauração da biodiversidade	180	3
	M5 - Investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos	1 461	1 776
Total P1		1 670	1 798
P2 Promover uma Aquicultura Ambientalmente Sustentável	M1 - Desenvolvimento sustentável da aquicultura	0	139
P5 Promover a Comercialização e a Transformação dos Produtos da Pesca e Aquicultura	M5 - Planos de compensação à RAM	2 247	2 670
TOTAL		3 917	4 607

Anexo 3 - Controlo

Controlos Superfícies e Animais

Quadro 45 - Controlos de superfície, Continente, RAA e RAM

Tipo de Controlo	Continente		Açores		Madeira	
	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)
<i>In loco</i>	8 279	399 652	424	9 715	584	781
Teledeteção	1 378	4 518	0	0	0	0

Quadro 46 - Controlos de BCAA, Continente, RAA e RAM

Continente		Açores		Madeira	
N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)
754	77 492	49	1 091	72	37

Quadro 47 - Controlos de FTA, Continente, RAA e RAM

Florestação de Terras Agrícolas	Continente		Açores		Madeira	
	N.º Projetos	Área (ha)	N.º Projetos	Área (ha)	N.º Projetos	Área (ha)
PRODER	13	3 088	-	-	-	-
RURIS	66	11 942	-	-	-	-
QCA I E II - R.2328/91 E 2080/92	23	1 012	6	28	-	-
PDR2020 (8.1.1 e 8.1.2)	4	2 558	-	-	-	-
PRORURAL +	-	-	2	271	-	-
PRODERAM	-	-	-	-	2	390

Quadro 48 - Controlos de condicionalidade - Domínio ambiente

Domínio ambiente	Continente		Açores		Madeira	
	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)	N.º controlos realizados	Área controlada (ha)
Aves selvagens e conservação de <i>habitats</i> naturais - RL23	195	39 067	12	366	1	1
Higiene e segurança alimentar - RL4PV	757	77 492	49	1 091	72	37
Nitratos - RL1	204	41 380	–	–	–	–
Produtos fitofarmacêuticos - RL10	757	77 492	49	1 091	72	37
Zonas de proteção das captações de águas subterrâneas - RL14	23	29 204	12	552	–	–

Quadro 49 - Controlos de condicionalidade - Domínio animal, saúde pública, saúde animal e fitossanidade

Domínio Animal Saúde pública, saúde animal e fitossanidade	Continente		Açores		Madeira	
	N.º controlos realizados	N.º de animais	N.º controlos realizados	N.º de animais	N.º controlos realizados	N.º de animais
Bovinos	1 198	99 414	84	8 889	5	35
Ovinos e caprinos		164 863		306		11
Suínos		30 637		83		--

Quadro 50 - Controlos de condicionalidade - Domínio animal, bem-estar dos animais

Domínio Animal Bem-estar dos animais	Continente	Açores	Madeira
Proteção dos animais nas explorações pecuárias	336	84	5
Normas mínimas de proteção dos vitelos	209	63	1
Normas mínimas de proteção dos suínos	112	6	--

Quadro 51 - Controlos de animais, Continente, RAA e RAM

Prémio	Continente		Açores		Madeira	
	N.º controlos realizados	N.º animais controlados	N.º controlos realizados	N.º animais controlados	N.º controlos realizados	N.º animais controlados
Prémio por Ovelha e Cabra (POC)	1 461	205 528	8	458	4	342
Prémio por Vaca em Aleitamento (VAL)	903	119 768	61	4 982	5	832
Prémio por Vaca Leiteira (VLE)	140	27 611	95	11 183	5	128

Controlos de qualidade do controlo

Quadro 52 - Controlos de qualidade de ajudas superfícies

TIPO DE AÇÃO	Ajudas Diretas	Desenvolvimento Rural
Gabinete	71	54
Recontrolo	28	23
Total	99	77

Quadro 53 - Controlos de qualidade de ajudas animais

TIPO DE AÇÃO	Prémio por Ovelha e Cabra	Prémio por Vaca em Aleitamento	Prémio por Vaca Leiteira
Gabinete	56	31	8
Recontrolo	0	0	0
Total	56	31	8

Quadro 54 - Controlos de qualidade projetos de investimento.

Tipo de Ação	PDR 2020	PRORURAL +
Gabinete	0	0
Recontrolo	17	3

Quadro 55 - Controlos de Qualidade de projetos do Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas

TIPO DE AÇÃO	VITIS 2019 (CQ executado em 2020)	CQ VITIS Controlo Prévio 2020 (CQ executado em 2020)
Gabinete	0	0
Recontrolo	27	7
Total	27	7

Quadro 56 - Controlos de qualidade outras ajudas

Medida	N.º de controlos
Programa Apícola Nacional	14
Retiradas Mercado - controlos 1.º nível	46
POSEI RAA - Armazenagem Privada Queijo Ilha de S. Jorge	43
POSEI RAM - Medidas 2 e 3	23
Regime Escolar	2
Total	128

Controlos contabilísticos

Quadro 57 - Controlos de projetos de investimento

Projetos de Investimento	N.º Projetos	Montante controlado (Mil €)
PDR 2020	101	13 936
PRORURAL +	17	1 566
PRODERAM 2020	6	397
MAR 2020	27	4 205

Quadro 58 - Controlos outras ajudas

Medida	N.º de controlos		
	Amostra 2018	Amostra 2019	Total
Ações de Promoção - PROMAG	2	0	2
Ações de Promoção - Promoção de vinhos em mercados de países terceiros	3	3	6
Assistência mutua Fundo Operacional	0	2	2
Frutas e Produtos Hortícolas - Organização caritativas	0	2	2
Frutas e Produtos Hortícolas - Programa operacionais	0	14	14
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado controlos 2º nível	0	4	4
Frutas e Produtos Hortícolas - Retiradas de mercado controlos 1º nível	0	46	46
POSEI RAM - Medida 2 - Ação 2.5- Fileira da Banana	69	0	69
POSEI RAM - Medidas 2 e 3	87	2	89
Programa Apícola Nacional	0	14	14
Regime Escolar	35	15	50
Regime Escolar - Estabelecimentos de Ensino	63	20	83
Armazenagem Privada Queijo Ilha	0	297	297
Destilação subprodutos da Vinificação	0	10	10
Manutenção Reconhecimento	0	1	1
Armazenagem Privada de Queijo (Medida Excecional Covid)	0	26	26
Armazenagem Privada de Manteiga (Medida Excecional Covid)	0	6	6
Armazenagem Privada de Leite em Pó (Medida Excecional Covid)	0	6	6
Armazenagem Privada de Vinho (Medida Excecional Covid)	0	15	15
Armazenagem Privada de Azeite (Medida Excecional Covid)	0	3	3
Destilação subprodutos da Vinificação (Crise)	0	6	6
Total	259	492	751

Quadro 59 - Controlos ex post

unid: mil euros

	Nº projetos controlados	Montante controlado
PDR 2020	24	1958
Total	24	1958

Anexo 4 - Participações Sociais

AGROGARANTE

O IFAP detém uma participação de 2.74% no capital social da sociedade AGROGARANTE (SPGM), instituição de crédito privada de cariz mutualista, enquadrada no Sistema Nacional de Garantia Mútua (SNGM), cujo objetivo passa por impulsionar o investimento, a modernização e a internacionalização das micro, pequenas e médias empresas, mediante a prestação de garantias financeiras, com o intuito de facilitar a obtenção de crédito em condições adequadas à dimensão e ciclo de atividade da empresa, assim como ao investimento pretendido pela mesma. O modelo de funcionamento do SNGM assenta na partilha de risco com outras instituições de crédito, com vantagens para todos os intervenientes, quer pela diminuição do risco assumido pelos bancos, quer pela alavancagem de capital investido na contragarantia por parte dos dotadores públicos, quer ainda pelo suporte à concretização dos projetos das empresas de uma forma economicamente racional e sustentável.

A Agrogarante continuou a investir na robustez dos alicerces desse crescimento e nas necessidades do mercado e dos Mutualistas, com vista ao desenvolvimento de importantes projectos no setor primário, em particular nas atividades agrícolas, agro-industriais, florestais e de exploração mineral e, ainda nas atividades ligadas à pesca.

A atividade da Agrogarante, passou pela captação e estudo de novas operações, mas sobretudo pela análise de novas operações nas linhas de crédito COVID-19; das muitas empresas que solicitaram o alargamento de prazo e carência de capital possível nos financiamentos no âmbito das linhas de crédito, pelo acompanhamento de carteiras de garantias, pela reestruturação de garantias, pela recuperação de montantes pagos e pelo estabelecimento de acordos de pagamento.

Fruto da atividade desenvolvida, em 2020 a Agrogarante prestou 5198 garantias, que ascenderam a um total de 679 M€. No final do ano, a carteira viva de garantias era de 972 M€, particularmente resultante da intervenção nas linhas de crédito dos Protocolos Capitalizar, Apoio ao Desenvolvimento de Negócio e COVID-19 e Protocolo Geral. Até ao final do ano de 2020, e em termos acumulados, a Sociedade contratou 22423 garantias, no valor de 1876 M€, que permitiram às PME e empresários do setor obter financiamento em melhores condições, e apoiar a criação e manutenção de 107909 empregos.

FLORESTA ATLÂNTICA

Relativamente à FLORESTA ATLÂNTICA, constituída em 19 de junho de 2007, o IFAP mantém uma participação de 40.53% do capital.

A atividade principal da Sociedade, centrou-se na gestão dos três Fundos - Primeiro Fundo Floresta Atlântica, *Iberian Forest Fund* e Iberia Capital, na prestação de serviços de consultoria para investimento imobiliário à empresa *Eglon Timbers*, S.A. e na conclusão de um estudo de viabilidade, cofinanciado pelo Fundo Recomeçar da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e pelo Fundo Florestal Permanente, para a montagem de um Fundo de Investimento Florestal.

O IFAP mantém uma participação de 46% do capital inicial do Primeiro Fundo Floresta Atlântica. Trata-se de um Fundo Especial de Investimento Imobiliário Florestal Fechado (FEIIFF), de Subscrição Particular, com duração de 10 anos, prorrogável, com um montante totalmente subscrito de 20 M€ dividido em 400 000 unidades de participação.

No que se refere à gestão do FEIIFF, a atividade centrou-se na exploração florestal em particular nas áreas de pinheiro bravo, no acompanhamento da concessão dos pomares de frutos secos (contratada em 2020 com uma empresa do setor agro-industrial por um período de três anos agrícolas), na gestão de contratos de cedência de pastagem e na venda de certificados de emissão de dióxido de carbono para o mercado voluntário.

As receitas obtidas com a venda de madeira seguiram os valores programados, tendo os preços dos produtos madeireiros apresentado uma recuperação comparativamente com os verificados em 2019, para um aumento de 41% do volume de madeira vendida face ao ano transato.

Foram vendidos 914 créditos (toneladas) de emissão de CO₂ que representam uma subida de 9% face ao ano anterior.

Em 2019 foi deliberado não prorrogar a duração do fundo, encontrando-se o mesmo em liquidação desde abril de 2020. Até final de 2020, apesar de estarem em análise propostas de alienação de ativos, não foram ainda concretizadas vendas de ativos patrimoniais.

No que concerne ao fundo *Iberian Forest Found*, durante o ano de 2020 acompanhou-se a realização da operação de extracção de cerca de 12500 m³ de madeira de eucalipto vendida em 2019. Não se verificaram compras ou vendas de prédios rústicos pelo que a atividade se centrou na gestão das propriedade em carteira.

O fundo Iberia Capital foi liquidado no dia 20 de março de 2020.

No final de 2020, o valor dos ativos imobiliários dos fundos sob gestão era de cerca de 28 M€, representando uma redução de 0.07% face ao valor registado em 31.12.2019.

Anexo 5 - Balanço Social



BALANÇO SOCIAL 2020

IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

Quadro 1 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de vinculação e género

Grupo/cargo/carreira / Modalidades de vinculação	CT em Funções Públicas por tempo indeterminado		CT em Funções Públicas a termo resolutivo certo		CT em Funções Públicas a termo resolutivo incerto		Comissão de Serviço no âmbito da LVCR		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)							1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)							2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							7	4	7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							17	14	17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							3	11	3	11	14
Técnico Superior	114	206			4	6			118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	48	74							48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	7	4							7	4	11
Informático	36	14							36	14	50
Total	205	298	0	0	4	6	30	30	239	334	573

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

Quadro 2 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira / Escalão etário e género	25-29		30-34		35-39		40-44		45-49		50-54		55-59		60-64		65-69		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)													1						1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)									1				1			1			2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							1	1	2		1	2	3	1					7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							3	3	6	1	5	6	3	4					17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)									2	5	1	4		2					3	11	14
Técnico Superior	4	2	3	4	3	6	6	22	17	66	38	58	24	33	20	18	3	3	118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo				2		1	4		6	10	5	16	18	15	13	22	2	8	48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar									2		1	1	3	1	1	2			7	4	11
Informático			1		2		5	1	12	7	8	2	4		3	4	1		36	14	50
Total	4	2	4	6	5	7	19	27	48	89	59	89	57	56	37	47	6	11	239	334	573

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

Leque etário = Trabalhador mais idoso ---

67 anos

Trabalhador menos idoso ---

29 anos

Quadro 3 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de antiguidade e género

Grupo/cargo/carreira/ Tempo de serviço	até 5 anos		5 - 9		10 - 14		15 - 19		20 - 24		25 - 29		30 - 34		35 - 39		40 ou mais anos		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)	1																		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)	1					1			1										2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	1					2	1	1	2		1	1	2						7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)		1	1	1	2	1	2	3	8	3	4	1		4					17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)						2	1	1	2	5		3							3	11	14
Técnico Superior	17	34	2	9	18	45	12	4	27	57	13	25	17	27	7	7	5	4	118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1	3	1		5	2	1		5	15	5	17	17	24	5	9	8	4	48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	1		1		1					1	2		2	2		1			7	4	11
Informático	15	5	1	2	1	1	2		13	3	1	1	3	1				1	36	14	50
Total	37	43	6	12	27	54	19	9	58	84	26	48	41	58	12	17	13	9	239	334	573

A antiguidade reporta-se ao tempo de serviço na Administração Pública.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

Quadro 4 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o nível de escolaridade e género

Grupo/cargo/carreira / Habilitação Literária	6 anos de escolaridade		9.º ano ou equivalente		11.º ano		12.º ano ou equivalente		Bacharelato		Licenciatura		Mestrado		Doutoramento		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											1						1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)											1	1			1		2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)											7	4					7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)									1		15	13	1	1			17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											3	11					3	11	14
Técnico Superior					4	1	7	5	2		97	192	8	14			118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1		10	5	8	4	27	65	1		1						48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	3	1	2		1		1	3									7	4	11
Informático			1	1	1	2	15	1	1	1	17	9	1				36	14	50
Total	4	1	13	6	14	7	50	74	5	1	142	230	10	15	1	0	239	334	573

Quadro 5 - Contagem dos trabalhadores estrangeiros por grupo/cargo/carreira, segundo a nacionalidade e género

Grupo/cargo/carreira Proveniência do trabalhador	CPLP		Outros países		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Técnico Superior	1	2	1		2	2	4
Total	1	2	1	0	2	2	4

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Considerar o total de trabalhadores estrangeiros, não naturalizados, em efetividade de funções no serviço em 31 de Dezembro, de acordo com a nacionalidade;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

Quadro 6 - Contagem de trabalhadores portadores de deficiência por grupo/cargo/carreira, segundo o escalão etário e género

Grupo/cargo/carreira	40 - 44		45 - 49		50 - 54		55 - 59		60 - 64		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)											0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)										1	0	1	1
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	1										1	0	1
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)											0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)											0	0	0
Técnico Superior				1	1	2			2	1	3	4	7
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo						1		1		2	0	4	4
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											0	0	0
Informático	1										1	0	1
Total	2	0	0	1	1	3	0	1	2	4	5	9	14

Considere o total de trabalhadores que beneficiem de redução fiscal por motivo da sua deficiência;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento em 31 de dezembro.

Quadro 7 - Contagem dos trabalhadores admitidos e regressados durante o ano, por grupo/cargo/carreira e género, segundo o modo de ocupação do posto de trabalho ou modalidade de vinculação

Grupo/cargo/carreira/ Modos de ocupação do posto de trabalho	Procedimento concursal		Mobilidade		Regresso de licença sem vencimento ou de período experimental		Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)							2				2	0	2
Dirigente Superior de 2.º grau a)							2	2			2	2	4
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)							1				1	0	1
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)								1			0	1	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)							1				1	0	1
Técnico Superior	5	7	5	7		3			5	2	15	19	34
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo				2	1						1	2	3
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar											0	0	0
Informático	1										1	0	1
Total	6	7	5	9	1	3	6	3	5	2	23	24	47

Considerar o total de efetivos admitidos pela 1ª vez ou regressados ao serviço entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro inclusive;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 8 - Contagem das saídas de trabalhadores nomeados ou em comissão de serviço, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de saída (durante o ano)	Comissão de serviço		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)			1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)	2			1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	2	1			2	1	3
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)				1	0	1	1
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					0	0	0
Técnico Superior					0	0	0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar					0	0	0
Informático					0	0	0
Total	4	1	1	2	5	3	8

Incluir todos os trabalhadores em regime de Nomeação ao abrigo do artº 8º e em Comissão de Serviço ao abrigo do art. 9º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;
a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 9 - Contagem das saídas de trabalhadores contratados, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de saída e género

Grupo/cargo/carreira / Motivos de saída (durante o ano)	Morte		Reforma/ Aposentação		Mobilidade		Outras situações		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)									0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)									0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)									0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)									0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)									0	0	0
Técnico Superior			10	7	5	8	2	6	17	21	38
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1		4	9	3	3			8	12	20
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			2		2	2			4	2	6
Informático							1		1	0	1
Total	1	0	16	16	10	13	3	6	30	35	65

Incluir todos os trabalhadores em Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e com Contrato de Trabalho no âmbito do Código do Trabalho;

- a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 10 - Contagem dos postos de trabalho previstos e não ocupados durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo a dificuldade de recrutamento

Grupo/cargo/carreira/ Dificuldades de recrutamento	Não abertura de procedimento concursal	Procedimento concursal em desenvolvimento	TOTAL
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0
Dirigente Superior de 2.º grau a)			0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	8		8
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	16		16
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	2		2
Técnico Superior	1	17	18
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	1		1
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	1		1
Informático			0
Total	29	17	46

- Para cada grupo, cargo ou carreira, indique o número de postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, mas não ocupados durante o ano, por motivo de:

- não abertura de procedimento concursal, por razões imputáveis ao serviço;
- impugnação do procedimento concursal, devido a recurso com efeitos suspensivos ou anulação do procedimento;
- recrutamento não autorizado por não satisfação do pedido formulado à entidade competente;
- procedimento concursal improcedente, deserto, inexistência ou desistência dos candidatos aprovados;
- procedimento concursal em desenvolvimento.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 11 - Contagem das mudanças de situação dos trabalhadores, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo e género

Grupo/cargo/carreira/ Tipo de mudança	Consolidação da mobilidade na categoria (3)		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0	0	0
Dirigente Superior de 2.º grau a)			0	0	0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)			0	0	0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)			0	0	0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)			0	0	0
Técnico Superior	1	1	1	1	2
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo			0	0	0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar			0	0	0
Informático			0	0	0
Total	1	1	1	1	2

(1) - Artigos 156º, 157º e 158º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

(2) - Artigo 99º da LTPF, aprovada em anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 12 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de horário de trabalho e género

Grupo/cargo/carreira	Flexível		Jornada contínua		Trabalho por turnos		Específico *		Isenção de horário		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)									1		1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)									2	1	2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)									7	4	7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)									17	14	17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)									3	11	3	11	14
Técnico Superior	108	192	6	14			3	6	1		118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	45	70	1	4			2				48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	5	4					2				7	4	11
Informático	26	11		1	3	2	7				36	14	50
Total	184	277	7	19	3	2	14	6	31	30	239	334	573

* - Artigo 110º da LTFP, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Considerar a meia jornada (Lei 84/2015, de 7/08)

Quadro 13 - Contagem dos trabalhadores por grupo/cargo/carreira, segundo o período normal de trabalho (PNT) e género

Grupo/cargo/carreira	Tempo completo						PNT inferior ao praticado a tempo completo						TOTAL		TOTAL
							Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	Tempo parcial ou outro regime especial (*)	M	F				
	35 horas		40 horas		Isenção de horário		Ex.:30 horas		Meia jornada			Parcial			
	M	F	M	F	M	F	M	F	M			F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)					1								1	0	1
Dirigente Superior de 2.º grau a)					2	1							2	1	3
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					7	4							7	4	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					17	14							17	14	31
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					3	11							3	11	14
Técnico Superior	111	194			1		6	14		2		2	118	212	330
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	47	70					1	4					48	74	122
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	7	4											7	4	11
Informático	29	13	7					1					36	14	50
Total	194	281	0	0	31	30	7	19	0	2	0	2	239	334	573

Indique para cada um dos horários de trabalho semanal, assinalados ou a assinalar, o número de trabalhadores que o praticam;

PNT - Número de horas de trabalho semanal em vigor no serviço, fixado ou autorizado por lei. No mesmo serviço pode haver diferentes períodos normais de trabalho;

(*) - Trabalho a tempo parcial ou outro regime: indicar o número de horas de trabalho semanais, se inferior ao praticado a tempo completo;

Quando existirem mais do que três horários a tempo parcial (incompletos) deve optar por estabelecer escalões em cada uma das células abertas de modo a contemplar todos os horários incompletos.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

b) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

Quadro 14 - Contagem das horas de trabalho extraordinário, por grupo/cargo/carreira, segundo a modalidade de prestação do trabalho e género

Grupo/cargo/carreira/ Modalidade de prestação do trabalho extraordinário	Trabalho suplementar diurno		Trabalho em dias de descanso semanal complementar		TOTAL		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)					0:00	0:00	0:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)					0:00	0:00	0:00
Técnico Superior	392:00	319:00	150:00		542:00	319:00	861:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	616:30	1729:30			616:30	1729:30	2346:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	1487:00				1487:00	0:00	1487:00
Informático					0:00	0:00	0:00
Total	2495:30	2048:30	150:00	0:00	2645:30	2048:30	4694:00

Notas:

Considerar o total de horas suplementares/extraordinárias efetuadas pelos trabalhadores do serviço entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, nas situações identificadas;
O trabalho extraordinário diurno e noturno só contempla o trabalho extraordinário efetuado em dias normais de trabalho (primeira coluna).

As colunas seguintes são específicas para o trabalho extraordinário em dias de descanso semanal obrigatório, complementar e feriados.

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 15 - Contagem dos dias de ausências ao trabalho durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o motivo de ausência e género

Grupo/cargo/carreira/ Motivos de ausência	Casamento		proteção na parentalidade		Falecimento de familiar		Doença		Por acidente em serviço ou doença profissional		Assistência a familiares		Trabalhador- estudante		Por conta do período de férias		Greve		Outros		Total		TOTAL
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	
Dirigente Superior de 1.º grau a)																					0,0	0,0	0,0
Dirigente Superior de 2.º grau a)																					0,0	0,0	0,0
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)																					0,0	0,0	0,0
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)							195,0	68,0													195,0	68,0	263,0
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)						10,0	9,0	5,0										3,0			12,0	15,0	27,0
Técnico Superior		29,0	40,0	30,0	23,0	38,0	532,0	2126,0	365,0	40,0	13,0	101,0		12,0	2,0	12,0			130,0	99,0	1105,0	2487,0	3592,0
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo					5,0	7,0	403,0	1450,0			1,0	17,0		14,0	2,0	3,0	1,0		11,0	5,0	423,0	1496,0	1919,0
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar							336,0	26,0											1,0		337,0	26,0	363,0
Informático					3,0		35,0	519,0			3,0		13,0					2,0	3,0	3,0	57,0	524,0	581,0
Total	0,0	29,0	40,0	30,0	31,0	55,0	1510,0	4194,0	365,0	40,0	17,0	118,0	13,0	26,0	4,0	15,0	1,0	2,0	148,0	107,0	2129,0	4616,0	6745,0

Considerar o total de dias completos de ausência ou períodos de meio dia;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Leis nº 2/2004, de 15 de Janeiro e 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de Dezembro);

Quadro 16 - Contagem dos trabalhadores em greve, por escalão PNT e tempo de paralisação

Identificação da greve			
31/01/2020	Adm. Pública-Geral		Motivo(s) da greve
PNT*	Nº de trabalhadores em greve	Duração da paralisação (em hh/mm)	
35 horas	3	35:00	101_AUMENTOS SALARIAIS
Total	3	35:00	

(*) Período Normal de Trabalho

Quadro 17 - Estrutura remuneratória, por género

A - Remunerações mensais ilíquidas (brutas)

Mês de referência: mês de dezembro

(Indicar o N.º de trabalhadores de acordo com a respetiva posição remuneratória, independentemente de terem ou não recebido a remuneração ou outros abonos no mês de dezembro)

(Excluindo prestações de serviço)	Número de trabalhadores		
Género / Escalão de remunerações	M	F	Total
Até 500 €	0	0	0
501-1000 €	10	18	28
1001-1250 €	30	57	87
1251-1500 €	31	52	83
1501-1750 €	20	49	69
1751-2000€	28	42	70
2001-2250 €	43	57	100
2251-2500 €	15	14	29
2501-2750 €	14	9	23
2751-3000 €	12	5	17
3001-3250 €	5	8	13
3251-3500 €	2	0	2
3501-3750 €	1	3	4
3751-4000 €	15	12	27
4001-4250 €	2	3	5
4251-4500 €	7	4	11
4501-4750 €	0	0	0
4751-5000 €	0	0	0
5001-5250 €	0	0	0
5251-5500 €	1	1	2
5501-5750 €	1	0	1
5751-6000 €	0	0	0
Mais de 6000 €	2	0	2
Total	239	334	573

i) Deve indicar o número de trabalhadores em cada escalão por género;

III) Não considerar os trabalhadores ausentes há mais de 6 meses e os trabalhadores que estão em licença sem vencimento a 31 de dezembro.

iv) Remunerações mensais ilíquidas (brutas): Considerar remuneração mensal base ilíquida mais suplementos regulares e/ou adicionais/diferenciais remuneratórios de natureza permanente.

v) Não incluir prestações sociais, subsídio de refeição e outros benefícios sociais;

vi) Não considerar o duodécimo do subsídio de Natal

B - Remunerações máximas e mínimas

Período de referência: mês de dezembro

Remuneração (€)	Euros	
	Masculino	Feminino
Mínima (€)	645,07 €	693,13 €
Máxima (€)	6 830,50 €	5 464,40 €

Na remuneração deve incluir o valor (euros) das remunerações, mínima e máxima.

Reportar a remuneração mensal base ilíquida mais os suplementos regulares e/ou adicionais referenciais remuneratórios de natureza permanente

Quadro 18 - Total dos encargos anuais com pessoal

Encargos com pessoal	Valor (Euros)
Remuneração base (*)	15 288 038,93 €
Suplementos remuneratórios	938 676,36 €
Prémios de desempenho	0,00 €
Prestações sociais	907 675,31 €
Benefícios sociais	0,00 €
Outros encargos com pessoal (**)	4 355 724,55 €
Total	21 490 115,15 €

Não incluir prestações de serviços

(*) - incluindo o subsídio de férias e o subsídio de Natal.

(**) registar:

- as indemnizações por férias não gozadas
- as compensações por caducidade dos contratos dos trabalhadores saídos
- os encargos da entidade patronal com a CGA e a Segurança social;
- os abonos pagos por trabalhador a aguardar aposentação até que a pensão passe a ser paga pela entidade competente

Quadro 18.1 - Suplementos remuneratórios

Suplementos remuneratórios	Valor (Euros)
Trabalho suplementar (diurno e noturno)	51 756,59 €
Trabalho em dias de descanso semanal, complementar e feriados (*)	5 114,60 €
Trabalho por turnos	19 001,39 €
Abono para falhas	4 141,92 €
Ajudas de custo	33 642,41 €
Representação	805 710,07 €
Outros suplementos remuneratórios (**)	19 309,38 €
Total	938 676,36 €

(*) - caso não tenha sido incluído em trabalho extraordinário (diurno e noturno).

(**) - incluir também o subsídio de residência

Quadro 18.2 - Encargos com prestações sociais

Prestações sociais	Valor (Euros)
Subsídios no âmbito da proteção da parentalidade (maternidade, paternidade e adoção)	1 644,57 €
Abono de família	5 987,85 €
Subsídio por morte	1 316,43 €
Acidente de trabalho e doença profissional	987,19 €
Subsídio de refeição	773 842,27 €
Outras prestações sociais (incluindo Pensões)	123 897,00 €
Total	907 675,31 €

Quadro 19 - Número de acidentes de trabalho e de dias de trabalho perdidos com baixa durante o ano, por género

Acidentes de trabalho		No local de trabalho			In itinere		
		Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	Superior a 30 dias de baixa	Total	Inferior a 1 dia (sem dar lugar a baixa)	Superior a 30 dias de baixa
Nº total de acidentes de trabalho (AT) ocorridos no ano de referência	M	1	1		1	1	
	F	0			1		1
Nº de acidentes de trabalho (AT) <u>com baixa</u> ocorridos no ano de referência	M	0			0		
	F	0			1		1
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos no ano	M	0			0		
	F	0			39		39
Nº de dias de trabalho perdidos por acidentes ocorridos em anos anteriores	M	69		69	315		315
	F	17		17	217		217

Considerar os acidentes de trabalho registados num auto de notícia.

O "Nº total de acidentes" refere-se ao total de ocorrências, com baixa, sem baixa e mortais. O "Nº de acidentes com baixa" exclui os mortais. Excluir os acidentes mortais no cálculo dos dias de trabalho perdidos na sequência de acidentes de trabalho.

Quadro 20 - Número de casos de incapacidade declarados durante o ano, relativamente aos trabalhadores vítimas de acidente de trabalho

Casos de incapacidade	Nº de casos
Casos de incapacidade temporária e absoluta	1
Total	1

Quadro 22 - N.º e encargos das atividades de medicina no trabalho ocorridas durante o ano

Atividades de medicina no trabalho	Número	Valor (Euros)
Total dos exames médicos efetuados:	81	0,00 €
Exames de admissão	13	
Exames periódicos	67	
Exames ocasionais e complementares	1	
Despesas com a medicina no trabalho (*)		
Visitas aos postos de trabalho	5	

(*) Incluir os montantes pagos aos médicos, enfermeiros, outros técnicos de saúde e técnicos de higiene e segurança no trabalho que prestaram serviço durante o ano, desde que não tenham sido contabilizados no quadro 1 ("pessoas ao serviço em 31 de dezembro"), as despesas efetuadas com a aquisição de medicamentos, meios auxiliares de diagnóstico, exames médicos e todo e qualquer gasto relacionado com a medicina do trabalho, à exceção dos montantes investidos em infraestruturas.

Quadro 23 - N.º de intervenções das comissões de segurança e saúde no trabalho ocorridas durante o ano, por tipo

Segurança e saúde no trabalho Intervenções das comissões	Número
Visitas aos locais de trabalho	5

Quadro 26 - Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais durante o ano

Segurança e saúde no trabalho Custos	Valor (Euros)
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho (a)	20 448,00 €
Equipamento de proteção (b)	119 233,30 €
Formação em prevenção de riscos (c)	
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais (d)	

(a) Encargos na organização dos serviços de segurança e saúde no trabalho e encargos na organização / modificação dos espaços de trabalho

(b) Encargos na aquisição de bens ou equipamentos

(c) Encargos na formação, informação e consulta

(d) Inclui única e exclusivamente os encargos com a criação e manutenção de estruturas destinadas à medicina do trabalho e à segurança do trabalhador no exercício da sua profissão

Quadro 27 - Contagem relativa a participações em ações de formação profissional durante o ano, por tipo de ação, segundo a duração

Tipo de ação/duração	Menos de 30 horas	De 30 a 59 horas	de 60 a 119 horas	120 horas ou mais	Total
Internas	73	38	3		114
Externas	126			3	129
Total	199	38	3	3	243

Relativamente às ações de formação profissional realizadas durante o ano e em que tenham participado os efetivos do serviço, considerar como:

- ação interna, organizada pela entidade;

- ação externa, organizada por outras entidades;

- N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +...+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

Quadro 28 - Contagem relativa a participações em ações de formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de acção

Grupo/cargo/carreira/ Nº de participações e de participantes	Nº de participações		TOTAL	
	Ações internas	Ações externas	Nº de participações (*)	Nº de participantes (**)
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0	
Dirigente Superior de 2.º grau a)		2	2	2
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	14	6	20	11
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	40	12	52	32
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	14	7	21	14
Técnico Superior	30	43	73	55
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	8	11	19	12
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	2		2	2
Informático	21	33	54	37
Total	129	114	243	165

(*) - N.º de participações = n.º trabalhadores na ação 1 + n.º trabalhadores na ação 2 +...+ n.º trabalhadores na ação n (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta como 2 participações);

(**) - Considerar o total de trabalhadores que, em cada grupo/cargo/carreira, participou em pelo menos 1 ação de formação (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em 2 ações diferentes ou iguais com datas diferentes, conta apenas como 1 participante);

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro);

Quadro 29 - Contagem das horas dispendidas em formação durante o ano, por grupo/cargo/carreira, segundo o tipo de ação

Grupo/cargo/carreira/ Horas dispendidas	Horas dispendidas em ações internas	Horas dispendidas em ações externas	Total de horas em ações de formação
Dirigente Superior de 1.º grau a)			0:00
Dirigente Superior de 2.º grau a)		150:00	150:00
Dirigente Intermédio de 1.º grau a)	202:00	151:00	353:00
Dirigente Intermédio de 2.º grau a)	906:00	130:00	1036:00
Dirigente Intermédio de 3.º grau e seguintes a)	364:00	96:00	460:00
Técnico Superior	249:00	1372:00	1621:00
Assistente Técnico, Técnico de nível intermédio, Pessoal administrativo	68:00	166:00	234:00
Assistente Operacional, Operário, Auxiliar	20:00		20:00
Informático	156:00	940:00	1096:00

Considerar as horas dispendidas por todos os efetivos do serviço em cada um dos tipos de ações de formação realizadas durante o ano;

a) Considerar os cargos abrangidos pelo Estatuto do Pessoal Dirigente (Lei nº 2/2004, de 15 de Janeiro e Lei nº 51/2005, de 30 de Agosto e republicado pela Lei nº 64/2011, de 22 de dezembro)

Quadro 30 - Despesas anuais com formação

Tipo de ação/valor	Valor (Euros)
Despesa com ações internas	24 798,00 €
Despesa com ações externas	95 116,98 €
Total	119 914,98 €

- i) Considerar as despesas efetuadas durante ano em atividades de formação e suportadas pelo orçamento da entidade.
ii) Considerar também as despesas de deslocação relacionadas com a formação.

Quadro 31 - Relações profissionais

Relações profissionais	Número
Trabalhadores sindicalizados	180
Elementos pertencentes a comissões de trabalhadores	7
Total de votantes para comissões de trabalhadores	157

Anexo 6 - Relatório da formação presencial



IFAP

Instituto de Financiamento
da Agricultura e Pescas, I.P.

Formação Presencial 2020 - Relatório Final

Formação Presencial 2020

Relatório Final

Departamento de Administração e Gestão de Recursos
Unidade de Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional

março de 2021

1. Introdução

A formação e o aperfeiçoamento profissional foram sempre reconhecidos por este Instituto como ferramentas essenciais ao desenvolvimento e realização pessoais, através da renovação de conhecimentos técnicos e da formação de competências, as quais se traduzem em benefícios não só para os indivíduos, como também para as organizações.

O presente Relatório procura sintetizar as principais atividades realizadas durante o ano de 2020 na área da formação presencial.

Tal como em anos anteriores, a política estratégica do Plano de Formação do IFAP, I.P., focaliza-se essencialmente em ações de formação na área de negócio do Instituto e de formação à medida, realizada sempre que possível nas instalações do Instituto e adaptada à sua realidade, em regime presencial e/ou à distância (*e-learning*), a qual foi estruturada da seguinte forma:

I - Formação Geral

II - Formação em Tecnologias de Informação

III - Formação de carácter pontual - Extra Plano

O Plano de Formação para 2020 foi elaborado tendo por base:

- O levantamento de necessidades de formação, efetuado no início do ano, junto dos Diretores de departamento e gabinete;
- Formação obrigatória para o exercício de funções dirigentes;
- Ações de formação indispensáveis para o exercício das funções no âmbito do CSSI e auditoria;
- Disponibilidade orçamental nas rubricas destinadas à formação.

O apuramento das ações a realizar foi feito com base em critérios de maior incidência de pedidos nas mesmas áreas temáticas de formação com relevância alta.

Para o ano de 2020 foram identificadas necessidades por parte dos seguintes departamentos/unidades: CSSI, GAU, GPE, DAD, DAI, DGI/UIPA, DJU, DSI, DFI, DGR.

Para além das necessidades formativas indicadas pelos Diretores, a elaboração do Plano de Formação tem subjacente os objetivos estratégicos estabelecidos pelo Conselho Diretivo e os recursos materiais e financeiros disponíveis.

Nota: Ao longo do presente documento é referido “número de participantes” e “número de participações”, a saber:

Número de participantes - o número de trabalhadores que frequentou o curso;

Número de participações - o número de trabalhadores que frequentou diversos cursos (exemplo: se o mesmo trabalhador participou em dois cursos diferentes conta como duas participações, mas um participante).

Em 2020 privilegiaram-se ações de formação intra-organização por forma a abranger o máximo de colaboradores por ação, rentabilizando o custo de realização das ações.

No caso de grande parte das ações de formação propostas no âmbito das Tecnologias de Informação (TI) as mesmas foram ministradas recorrendo a formação externa, atendendo à especificidade das matérias e ao número de colaboradores identificados para as mesmas, que em muitos casos não é suficiente para constituir uma turma. Situação igual ocorre com algumas das ações de formação no âmbito da Auditoria, Fiscalização e Controlo e Formação para Dirigentes.

Foi tido também em atenção o Plano de Formação do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral no colmatar de necessidades formativas que foram identificadas pelos departamentos e gabinetes, mas que não integram a presente proposta de Plano de Formação.

Paralelamente, foram divulgados ao longo do ano seminários, eventos e iniciativas, sem custos associados, de modo a estimular a participação dos colaboradores em ações extra plano de formação, com vista à criação de alternativas não sujeitas a restrições orçamentais.

O Plano de Formação para 2020 integrava 35 cursos, distribuídos por 51 ações, num valor total estimado de aproximadamente 132 725.00€ e incidia sobre as seguintes áreas temáticas:

- Formação de Dirigentes;
- Regulamento Geral de Proteção de Dados;
- Atendimento ao Cidadão;
- Auditoria, Fiscalização e Controlo;
- Contabilidade e Fiscalidade;
- Contratação Pública;
- Plano de Emergência Interna;
- Tecnologias de Informação;

De acordo com o enquadramento referido, em junho de 2020 foi aprovado pelo Conselho Diretivo o Plano de Formação Presencial para 2020, a saber:

Quadro 1

Área temática/ Curso	N.º de ações	N.º de participantes por ação	Total de participantes	Custo associado
Formação de Dirigentes	7	21	21	18.400,00 €
CAGEP	2	2	2	1.400,00 €
FORGEP	3	3	3	4.500,00 €
CAGEP - Atualização	1	1	1	500,00 €
FORGEP - Atualização	1	15	15	12.000,00 €
Regulamento Geral de Proteção de Dados	3	15	45	0
Regulamento Geral de Proteção de Dados - Abogagem Geral	3	15	45	0,00 €
Atendimento ao Cidadão	1	11	11	3.000,00 €
Atendimento de Excelência	1	11	11	3.000,00 €
Auditoria, Fiscalização e Controle	2	2	2	3.250,00 €
ISO 27001 Practitioner	1	1	1	1.750,00 €
Date Protection Foundation	1	1	1	1.500,00 €
Contabilidade e Fiscalidade	1	20	20	2.000,00 €
SNC - Sistema de Normalização Contabilística AP	1	20	20	2.000,00 €
Contratação Pública	2	20	40	12.000,00 €
Código dos Contratos Públicos	2	20	40	12.000,00 €
Plano de Emergência Interna	10	48	168	10.280,00 €
Curso de Primeiros Socorros	1	8	8	1.280,00 €
Sensibilização em combate a incêndios e evacuação de edifícios	4	20	60	5.750,00 €
Sensibilização em cuidados a ter antes, durante e após um sismo	5	20	100	3.250,00 €
Tecnologias de Informação	25	44	52	83.795,00 €
Introduction to SQL Database	1	2	2	2.700,00 €
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL	1	3	3	4.050,00 €
Oracle Database: SQL and PL/SQL Fundamentals	1	1	1	1.350,00 €
PHP	1	4	4	2.860,00 €
Oracle Spatial	1	2	2	5.280,00 €
Maven Fundamentals	1	4	4	2.970,00 €
Web Development (HTML5+CSS3)	1	5	5	7.425,00 €
MySQL Performance Tuning Curso Avançado - 24H	2	7	13	22.230,00 €
Check Point Security Administrator (CCSA)	1	1	1	1.870,00 €
IPv6 Fundamentals, Design and Deployment (IP6FD)	2	1	2	5.170,00 €
VMware vSphere: Fast Track (VWVSFT)	1	1	1	3.750,00 €
Red Hat System Administration III (RH254)	1	1	1	1.780,00 €
Red Hat System Administration I (RH124)	1	1	1	1.800,00 €
Oracle Database: Administration Workshop	1	2	2	4.500,00 €
Red Hat JBoss Application Administration I (EAP6/7)	1	1	1	1.800,00 €
MySQL for Database Administrators	1	2	2	2.850,00 €
Automating Administration with Windows PowerShell® (10961)	1	1	1	1.560,00 €
Administering Windows Server 2012 (20411)	1	1	1	1.500,00 €
Administering Microsoft Exchange Server 2016 (20345-1)	1	1	1	1.500,00 €
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
Identity with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator	2	1	2	3.850,00 €
Total Geral	51	181*	359*	132.725,00 €

*Este valor corresponde ao número de participações previstas uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

Em Outubro de 2020, surgiu a necessidade de propor uma alteração ao plano de formação inicialmente aprovado pelos motivos a seguir identificados:

Área temática - Formação de dirigentes

- Atualização CAGEP (1 curso/ 1 ação/ 1 formando/ €500,00) - Nenhuma das entidades convidadas respondeu ao convite enviado pelo IFAP. Não se identificou até ao momento qualquer entidade que preveja ministrar no corrente ano este curso;

Área temática - Auditoria, Fiscalização e Controle

- ISO 27001 Practitioner e Data Protection Foundation (2 cursos/ 2 ações/ 1 formando cada/€3.250,00 total) - A necessidade formativa identificada não corresponde às reais necessidades de formação da trabalhadora. Estamos em conjunto a verificar quais os cursos que melhor servem ao propósito.

Área temática - Contratação Pública

- Código dos Contratos Públicos (1 curso/ 2 ações/ 40 formandos/ €12.000,00) - Considerando a situação atual da pandemia da COVID-19 não se manifesta prudente a utilização em simultâneo de salas de formação. Assim, e considerando que as duas salas de formação com dimensão suficiente para garantir o adequado distanciamento se situam no piso -1, e que já se encontram agendadas outras ações de formação, propõe-se que o referido curso se realize no ano de 2021, preferencialmente no primeiro trimestre.

Dos 35 cursos inicialmente aprovados, houve uma redução de 4 cursos (5 ações). Os cursos/ações retirados do plano foram os seguintes:

Quadro 2

Área temática/ Curso	N.º de ações	N.º de participantes por ação	Total de Participantes	Custo associado
Formação de Dirigentes	1	1	1	500,00 €
CAGEP - Atualização	1	1	1	500,00 €
Auditoria, Fiscalização e Controle	2	2	2	3.250,00 €
ISO 27001 Practitioner	1	1	1	1.750,00 €
Date Protection Foundation	1	1	1	1.500,00 €
Contratação Pública	2	20	40	12.000,00 €
Código dos Contratos Públicos	2	20	40	12.000,00 €
Total Geral	5	23	43	15.750,00 €

*Este valor corresponde ao número de participações previstas uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

Assim, e após as referidas adaptações/alterações, o Plano de Formação para 2020 passou a integrar 31 cursos (46 Ações) a saber:

Quadro 3

Área temática/ Curso	N.º de ações	N.º de participantes por ação	Total de participantes	Custo associado
Formação de Dirigentes	6	20	20	17.900,00 €
CAGEP	2	2	2	1.400,00 €
FORGEP	3	3	3	4.500,00 €
FORGEP - Atualização	1	15	15	12.000,00 €
Regulamento Geral de Proteção de Dados	3	15	45	0
Regulamento Geral de Proteção de Dados - Abogagem Geral	3	15	45	0,00 €
Atendimento ao Cidadão	1	11	11	3.000,00 €
Atendimento de Excelência	1	11	11	3.000,00 €
Contabilidade e Fiscalidade	1	20	20	2.000,00 €
SNC - Sistema de Normalização Contabilística AP	1	20	20	2.000,00 €
Plano de Emergência Interna	10	48	168	10.280,00 €
Curso de Primeiros Socorros	1	8	8	1.280,00 €
Sensibilização em combate a incêndios e evacuação de edifícios	4	20	60	5.750,00 €
Sensibilização em cuidados a ter antes, durante e após um sismo	5	20	100	3.250,00 €
Tecnologias de Informação	25	44	52	83.795,00 €
Introduction to SQL Database	1	2	2	2.700,00 €
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL	1	3	3	4.050,00 €
Oracle Database: SQL and PL/SQL Fundamentals	1	1	1	1.350,00 €
PHP	1	4	4	2.860,00 €
Oracle Spatial	1	2	2	5.280,00 €
Maven Fundamentals	1	4	4	2.970,00 €
Web Development (HTML5+CSS3)	1	5	5	7.425,00 €
MySQL Performance Tuning Curso Avançado - 24H	2	7	13	22.230,00 €
Check Point Security Administrator (CCSA)	1	1	1	1.870,00 €
IPv6 Fundamentals, Design and Deployment (IP6FD) Claudio Soares e Luis Pita	2	1	2	5.170,00 €
VMware vSphere: Fast Track (VWVSFT)	1	1	1	3.750,00 €
Red Hat System Administration III (RH254)	1	1	1	1.780,00 €
Red Hat System Administration I (RH124)	1	1	1	1.800,00 €
Oracle Database: Administration Workshop	1	2	2	4.500,00 €
Red Hat JBoss Application Administration I (EAP6/7) Gonçalo Silva)	1	1	1	1.800,00 €
MySQL for Database Administrators	1	2	2	2.850,00 €
Automating Administration with Windows PowerShell® (10961)	1	1	1	1.560,00 €
Administering Windows Server 2012 (20411)	1	1	1	1.500,00 €
Administering Microsoft Exchange Server 2016 (20345-1)	1	1	1	1.500,00 €
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
Identity with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator	2	1	2	3.850,00 €
Total Geral	46	158	316*	116.975,00 €

*Este valor corresponde ao número de participações previstas uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

Independentemente do Plano de Formação ser único, o acompanhamento é feito em duas vertentes:

- Formação Geral
- Formação de Tecnologias de Informação

Esta divisão é feita pela existência de duas rubricas distintas, e pelas especificidades técnicas que cada vertente tem.

2. Formação Geral

2.1. Formação Geral - Plano

No âmbito da **Formação Geral**, para 2020 estavam previstos 9 cursos (21 ações), conforme quadro infra:

Quadro 4

Área temática/ Curso	N.º de ações	N.º de participantes por ação	Total de participantes	Custo associado
Formação de Dirigentes	6	20	20	17.900,00 €
CAGEP	2	2	2	1.400,00 €
FORGEP	3	3	3	4.500,00 €
FORGEP - Atualização	1	15	15	12.000,00 €
Regulamento Geral de Proteção de Dados	3	15	45	0
Regulamento Geral de Proteção de Dados - Abordagem Geral	3	15	45	0,00 €
Atendimento ao Cidadão	1	11	11	3.000,00 €
Atendimento de Excelência	1	11	11	3.000,00 €
Contabilidade e Fiscalidade	1	20	20	2.000,00 €
SNC - Sistema de Normalização Contabilística AP	1	20	20	2.000,00 €
Plano de Emergência Interna	10	48	168	10.280,00 €
Curso de Primeiros Socorros	1	8	8	1.280,00 €
Sensibilização em combate a incêndios e evacuação de edifícios	4	20	60	5.750,00 €
Sensibilização em cuidados a ter antes, durante e após um sismo	5	20	100	3.250,00 €
Total Geral	21	114	264	33.180,00 €

*Este valor corresponde ao número de participações previstas uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

2.2. Formação Geral - Executado

No âmbito da Formação Geral, em 2020 foram executados 5 cursos (7 ações) a saber:

Quadro 5

Curso	Nº de Ações Executadas	Nº de Participantes	Duração/Horas	Volume de Horas
Atendimento de Excelência	1	10	10	100
CAGEP - Curso Avançado em Gestão Pública	1	2	75	150
Curso Avançado de Inovação e Estratégia na A.P. (Atualiz. FORGEP)	1	11	60	660
FORGEP (Curso de Formação em Gestão Pública)	1	2	180	360
RGPD: Abordagem Geral	3	47	7	329
Total Geral	7	72*	332	1599

*Este valor corresponde ao número de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

3. Formação do DSI - Tecnologias de Informação

3.1. Formação do DSI - Tecnologias de Informação - Plano

No que concerne à formação no âmbito das Tecnologias de Informação para 2020, estavam previstos 22 cursos (25 ações), conforme quadro infra:

Quadro 6

Área temática/ Curso	N.º de ações	N.º de participantes por ação	Total de participantes	Custo associado
Tecnologias de Informação	25	44	52	83.795,00 €
Introduction to SQL Database	1	2	2	2.700,00 €
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL	1	3	3	4.050,00 €
Oracle Database: SQL and PL/SQL Fundamentals	1	1	1	1.350,00 €
PHP	1	4	4	2.860,00 €
Oracle Spatial	1	2	2	5.280,00 €
Maven Fundamentals	1	4	4	2.970,00 €
Web Development (HTML5+CSS3)	1	5	5	7.425,00 €
MySQL Performance Tuning Curso Avançado - 24H	2	7	13	22.230,00 €
Check Point Security Administrator (CCSA)	1	1	1	1.870,00 €
IPv6 Fundamentals, Design and Deployment (IP6FD)	2	1	2	5.170,00 €
VMware vSphere: Fast Track (VWVSFT)	1	1	1	3.750,00 €
Red Hat System Administration III (RH254)	1	1	1	1.780,00 €
Red Hat System Administration I (RH124)	1	1	1	1.800,00 €
Oracle Database: Administration Workshop	1	2	2	4.500,00 €
Red Hat JBoss Application Administration I (EAP6/7)	1	1	1	1.800,00 €
MySQL for Database Administrators	1	2	2	2.850,00 €
Automating Administration with Windows PowerShell® (10961)	1	1	1	1.560,00 €
Administering Windows Server 2012 (20411)	1	1	1	1.500,00 €
Administering Microsoft Exchange Server 2016 (20345-1)	1	1	1	1.500,00 €
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
Identity with Windows Server 2016	1	1	1	1.500,00 €
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator	2	1	2	3.850,00 €
Total Geral	25	44*	52	83.795,00 €

*Este valor corresponde ao número de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

3.2. Formação do DSI - Tecnologias de Informação - Executado

No âmbito das Tecnologias de Informação para 2020 foram executados 17 cursos (19 ações):

Quadro 7

Curso	Nº de Ações Executadas	Nº de Participantes	Duração/Horas	Volume de Horas
Automating Administration with PowerShell	1	1	35	35
Check Point Security Administration	1	1	21	21
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator	1	2	40	80
Identify with Windows Server 2016	1	1	35	35
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	1	1	35	35
Introduction to SQL Database	1	2	30	60
Maven Fundamentals	1	4	12	48
MySQL for Database Administrators	1	2	30	60
MySQL Performance Tuning- Curso Avançado	2	13	24	312
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL	1	2	30	60
Oracle Database Administration Workshop	2	2	40	80
Oracle Database:SQL and PL/SQL Fundamentals	1	1	30	30
PHP	1	4	30	120
Programming in HTML5 with JavaScript and CSS3	1	5	35	175
Red Hat Enterprise Linux Automating with Ansible	1	1	25	25
Red Hat System Administration I	1	1	34	34
Vmware vSphere Fast Track	1	1	50	50
Total Geral	19	44*		1260

*Este valor corresponde ao número de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

4. Formação Extra Plano

Para além dos cursos/ações de formação aprovados no Plano de Formação Anual, existem ainda cursos/ações de formação considerados como Formação Extra Plano/Inscrições Pontuais, e em 2020 foram executados 28 cursos (38 Ações), a saber:

Quadro 8

Curso	Nº de Ações Executadas	Nº de Participantes	Duração/Horas	Volume de Horas
Abordagem Geral de Noções Básicas de Primeiros Socorros	1	1	25	25
Aquisição de equipamentos e serviços - CCP	2	4	25	100
Auditoria e Controlo Interno	2	5	50	250
Comunicação Acessível	1	1	1	1
Comunicação Interpessoal e Institucional	1	2	25	50
Continuidade de Negócio e a Gestão de Crises - Uma abordagem à ISO 22301:2019	1	15	16	240
Contratação Pública	2	5	28	140
Controlo de Gestão	1	2	50	100
COVID-19: Riscos, Oportunidades, Paradoxos para a Gestão do Conhecimento	1	1	1	1
Desafios de Conciliação em Teletrabalho	1	1	1	1
Desempenho dos Trabalhadores	1	1	14	14
Elaboração de Planos para a Gestão do Protocolo em Eventos	1	2	50	100
Folha de Cálculo - Excel Intermédio	3	4	50	200
Função Pessoal - Legislação Laboral - LFTP	2	4	25	100
Gestão de stocks	1	2	18	36
Gestão do stress profissional - Ambientes de trab saudáveis e prevenção de riscos psico.	1	6	25	150
Inteligência emocional	1	2	25	50
Liderança 4,0	1	2	7	14
Liderança e Trabalho em Equipa	1	1	25	25
Liderar e Gerir Equipas à Distância	4	54	14	756
Língua Inglesa - Inglês nível II - Comunicação Oral e Escrita	2	2	25	50
Orçamentação dos Serviços Públicos	1	1	25	25
Organização e Gestão de Eventos Nacionais e Internacionais	1	3	25	75
Programa de Regulamentação Geral de Proteção de Dados	1	1	65	65
Saúde Mental e Trabalho em Casa	1	1	1	1
Segurança e Saúde no Trabalho: Um Novo Paradigma	1	1	1	1
SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na A. P.	1	1	21	21
Trabalho Colaborativo à Distância	1	1	1	1
Total Geral	38	126*		2592

*Este valor corresponde ao número de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

5. Formação Executada - Geral + DSI + Extra Plano - Mapa Geral

Na totalidade, em 2020, realizaram-se 50 cursos (64 ações) com um volume de horas de 5451.

Quadro 9

Curso	Nº de Ações Executadas	Nº de Participantes	Duração/ Horas	Volume de Horas
Atendimento de Excelência	1	10	10	100
CAGEP - Curso Avançado em Gestão Pública	1	2	75	150
Curso Avançado de Inovação e Estratégia na A.P. (Atualiz. FORGEP)	1	11	60	660
FORGEP (Curso de Formação em Gestão Pública)	1	2	180	360
RGPD: Abordagem Geral	3	47	7	329
Automating Administration with PowerShell	1	1	35	35
Check Point Security Administration	1	1	21	21
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator	1	2	40	80
Identify with Windows Server 2016	1	1	35	35
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016	1	1	35	35
Introduction to SQL Database	1	2	30	60
Maven Fundamentals	1	4	12	48
MySQL for Database Administrators	1	2	30	60
MySQL Performance Tuning- Curso Avançado	2	13	24	312
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL	1	2	30	60
Oracle Database Administration Workshop	2	2	40	80
Oracle Database:SQL and PL/SQL Fundamentals	1	1	30	30
PHP	1	4	30	120
Programming in HTML5 with JavaScript and CSS3	1	5	35	175
Red Hat Enterprise Linux Automating with Ansible	1	1	25	25
Red Hat System Administration I	1	1	34	34
Vmware vSphere Fast Track	1	1	50	50
Abordagem Geral de Noções Básicas de Primeiros Socorros	1	1	25	25
Aquisição de equipamentos e serviços - CCP	2	4	25	100
Auditoria e Controlo Interno	2	5	50	250
Comunicação Acessível	1	1	1	1
Comunicação Interpessoal e Institucional	1	2	25	50
Continuidade de Negócio e a Gestão de Crises - Uma abordagem à ISO 22301:2019	1	15	16	240
Contratação Pública	2	5	28	140
Controlo de Gestão	1	2	50	100
COVID-19: Riscos, Oportunidades, Paradoxos para a Gestão do Conhecimento	1	1	1	1
Desafios de Conciliação em Teletrabalho	1	1	1	1
Desempenho dos Trabalhadores	1	1	14	14
Elaboração de Planos para a Gestão do Protocolo em Eventos	1	2	50	100
Folha de Cálculo - Excel Intermédio	3	4	50	200
Função Pessoal - Legislação Laboral - LFTP	2	4	25	100
Gestão de stocks	1	2	18	36
Gestão do stress profissional - Ambientes de trab saudáveis e prevenção de riscos psico.	1	6	25	150
Inteligência emocional	1	2	25	50

Curso	Nº de Ações Executadas	Nº de Participantes	Duração/ Horas	Volume de Horas
Liderança 4,0	1	2	7	14
Liderança e Trabalho em Equipa	1	1	25	25
Liderar e Gerir Equipas à Distância	4	54	14	756
Língua Inglesa - Inglês nível II - Comunicação Oral e Escrita	2	2	25	50
Orçamentação dos Serviços Públicos	1	1	25	25
Organização e Gestão de Eventos Nacionais e Internacionais	1	3	25	75
Programa de Regulamentação Geral de Proteção de Dados	1	1	65	65
Saúde Mental e Trabalho em Casa	1	1	1	1
Segurança e Saúde no Trabalho: Um Novo Paradigma	1	1	1	1
SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na A. P.	1	1	21	21
Trabalho Colaborativo à Distância	1	1	1	1
Total Geral	64	242*		5451

*Este valor corresponde ao número de participações uma vez que o mesmo trabalhador poderá participar em vários cursos.

6. Execução financeira do Plano de Formação de 2020

Relativamente à execução financeira de Plano de Formação de 2020, importa referir que no início do ano de 2020 foram alocadas às duas rubricas de formação os valores de 152 544.00€ e 110 000.00€, respetivamente rubrica de Formação Geral e Extra Plano e rubrica de Formação DSI - Tecnologias de Informação.

Em 2020 a Execução Financeira do Plano de Formação foi a seguinte:

Quadro 10

Rubrica	Orçamento Inicial	Orçamento reformulado	Orçamento Executado	% de Execução de 2020
Formação Geral e Extra Plano	152.544,00 €	53.854,00 €	52.335,80 €	97%
Formação DSI	110.000,00 €	90.333,00 €	69.891,68 €	77%
TOTAIS	262.544,00 €	144.187,00 €	122.227,48 €	85%



7. Indicadores

7.1. Taxa de participação

Quadro 11

Nº de Efetivos	Nº de Participantes	Nº de Participações	Taxa de Participação
573	164	242	29%

Em 2020, 29% dos trabalhadores do IFAP, I.P., tiveram formação.

7.2. N.º de participações por departamento/gabinete

Quadro 12

Cursos	Participantes por departamento/curso												Participações
	CD	DAD	DAI	DAM	DCO	DFI	DGI	DGR	DJU	DSI	GAU	GPE	
Abordagem Geral de Noções Básicas de Primeiros Socorros			1										1
Aquisição de equipamentos e serviços - CCP			1		1		1			1			4
Atendimento de Excelência							10						10
Auditoria e Controlo Interno			1		1						3		5
Automating Administration with PowerShell										1			1
CAGEP - Curso Avançado em Gestão Pública	2												2
Check Point Security Administration										1			1
CHFI Computer Hacking Forensic Investigator										2			2
Comunicação Acessível			1										1
Comunicação Interpessoal e Institucional							2						2
Continuidade de Negócio e a Gestão de Crises - Uma abordagem à ISO22301:2019		1	1	1				4		4	4		15
Contratação Pública			5										5
Controlo de Gestão						1					1		2
COVID-19: Riscos, Oportunidades, Paradoxos para a Gestão do Conhecimento			1										1
Curso Avançado de Inovação e Estratégia na A.P. (Atualiz. FORGEP)			1	1	1			2	1	3		2	11
Desafios de Conciliação em Teletrabalho			1										1
Desempenho dos Trabalhadores												1	1
Elaboração de Planos para a Gestão do Protocolo em Eventos										1		1	2
Folha de Cálculo - Excel Intermédio			4										4
FORGEP (Curso de Formação em Gestão Pública)		1										1	2
Função Pessoal - Legislação Laboral - LFTP								4					4
Gestão de stocks										2			2
Gestão do stress profissional - Ambientes de trab saudáveis e prevenção de riscos psico.			4			1				1			6



Quadro 12 (continuação)

Quadro 12 (continuação)	Participantes por departamento/curso												Participações
Cursos	CD	DAD	DAI	DAM	DCO	DFI	DGI	DGR	DJU	DSI	GAU	GPE	
Identify with Windows Server 2016										1			1
Installation, Storage, and Compute with Windows Server 2016										1			1
Inteligência emocional			1							1			2
Introduction to SQL Database												2	2
Liderança 4,0								2					2
Liderança e Trabalho em Equipe							1						1
Liderar e Gerir Equipas à Distância		5	6	4	6	5	5	5	4	7	4	3	54
Língua Inglesa - Inglês nível II - Comunicação Oral e Escrita								2					2
Maven Fundamentals										4			4
MySQL for Database Administrators										2			2
MySQL Performance Tuning- Curso Avançado										13			13
Oracle Database 12c: Program with PL/SQL												2	2
Oracle Database Administration Workshop										2			2
Oracle Database:SQL and PL/SQL Fundamentalls												1	1
Orçamentação dos Serviços Públicos										1			1
Organização e Gestão de Eventos Nacionais e Internacionais										1	1	1	3
PHP										4			4
Programa de Regulamentação Geral de Proteção de Dados											1		1
Programming in HTL5 with JavaScript and CSS3										5			5
Red Hat Enterprise Linux Automating eith Ansible										1			1
Red Hat System Administration I										1			1
RGPD: Abordagem Geral		4		3	2	3	1	4	5	21	2	2	47
Saúde Mental e Trabalho em Casa			1										1
Segurança e Saúde no Trabalho: Um Novo Paradigma			1										1
SIADAP - Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na A. P.												1	1
Trabalho Colaborativo à Distância			1										1
Vmware vSphere Fast Track										1			1
Total Geral	2	11	31	9	11	10	20	23	10	82	16	17	242

7.3. N.º de participantes por Cargo/Carreira/Género

Quadro 13

GRUPO	Homens	Mulheres	Total de Participantes	% de Participantes por Grupo	% do Total de Participantes Grupo/Total de Participantes
Dirigente Superior	1	1	2	50%	1%
Dirigente Intermédio	27	29	56	100%	34%
Técnico Superior	20	35	55	17%	34%
Informático	29	8	37	74%	23%
Assistente Técnico	4	8	12	10%	7%
Assistente Operacional		2	2	18%	1%
Participantes	81	83	164		
Efetivos	239	334	573		

Dos 573 trabalhadores do IFAP, I.P., 164 frequentaram formação profissional durante o ano de 2020, dos quais 81 são do sexo masculino e 83 do sexo feminino, correspondendo respetivamente a 29% do total de efetivos.

Das 64 ações ministradas em 2020, 49% foram frequentados por homens e 51% por mulheres.

7.4. Número de Participações em ações de formação segundo a duração

Quadro 14

Tipo de ação	Soma de Menos de 30 horas	Soma de 30 a 59 horas	Somade 60 a 119 horas	Soma de 120 horas ou mais	Totais
Interno	126			2	128
Externo	62	38	14		114
Total de Participações					242

7.5. Horas despendidas em formação por Cargo/Carreira

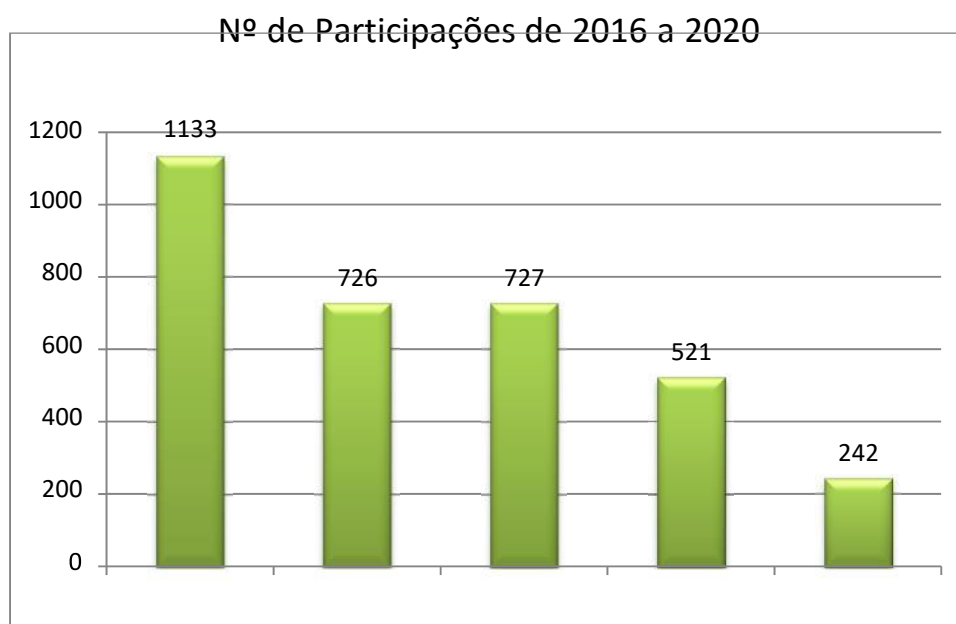
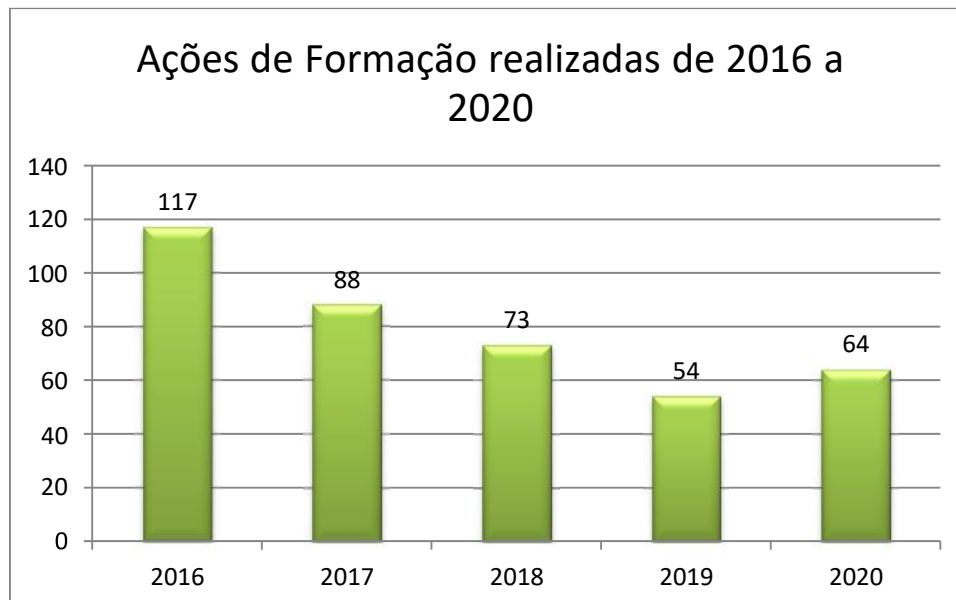
Quadro 15

Cargo	Total de Horas
Dirigente Superior	150
Dirigente Intermédio	2330
Técnico Superior	1621
Informático	1096
Assistente Técnico	234
Assistente Operacional	20
Total Geral	5451

8. Principais Resultados de 2020

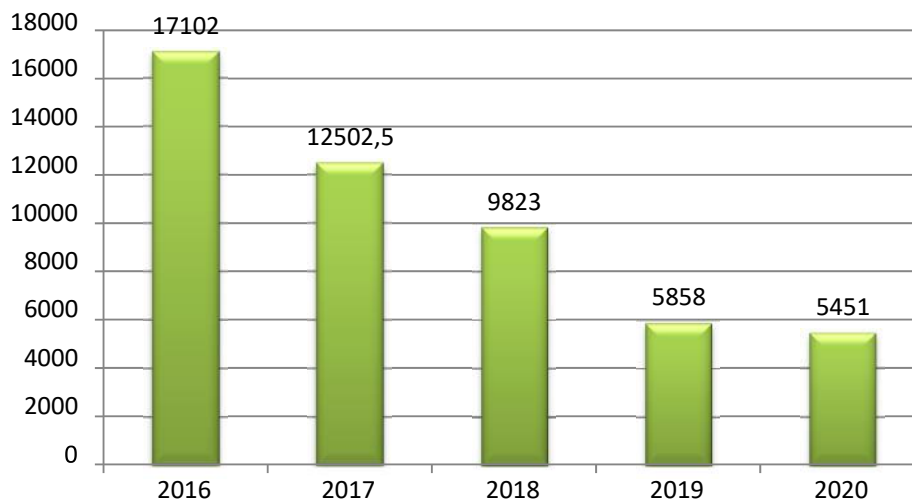
- 29% dos trabalhadores frequentaram formação em 2020 (nº de participantes/nº de efetivos):
- Média de 1.47 ações de formação por trabalhador/formando (nº de participações/nº de participantes)
- Média de 23 horas de formação realizadas por trabalhador/formado (nº total de horas/nº de participações)
- Média de 495.52€ de investimento realizado por trabalhador/formado (valor total de custos diretos/nº de participações)
- Média de 22.00€ de investimento direto por trabalhador formando (valor total de custos diretos/nº total de horas)

9. Evolução da Formação Presencial realizada no período de 2016 a 2020



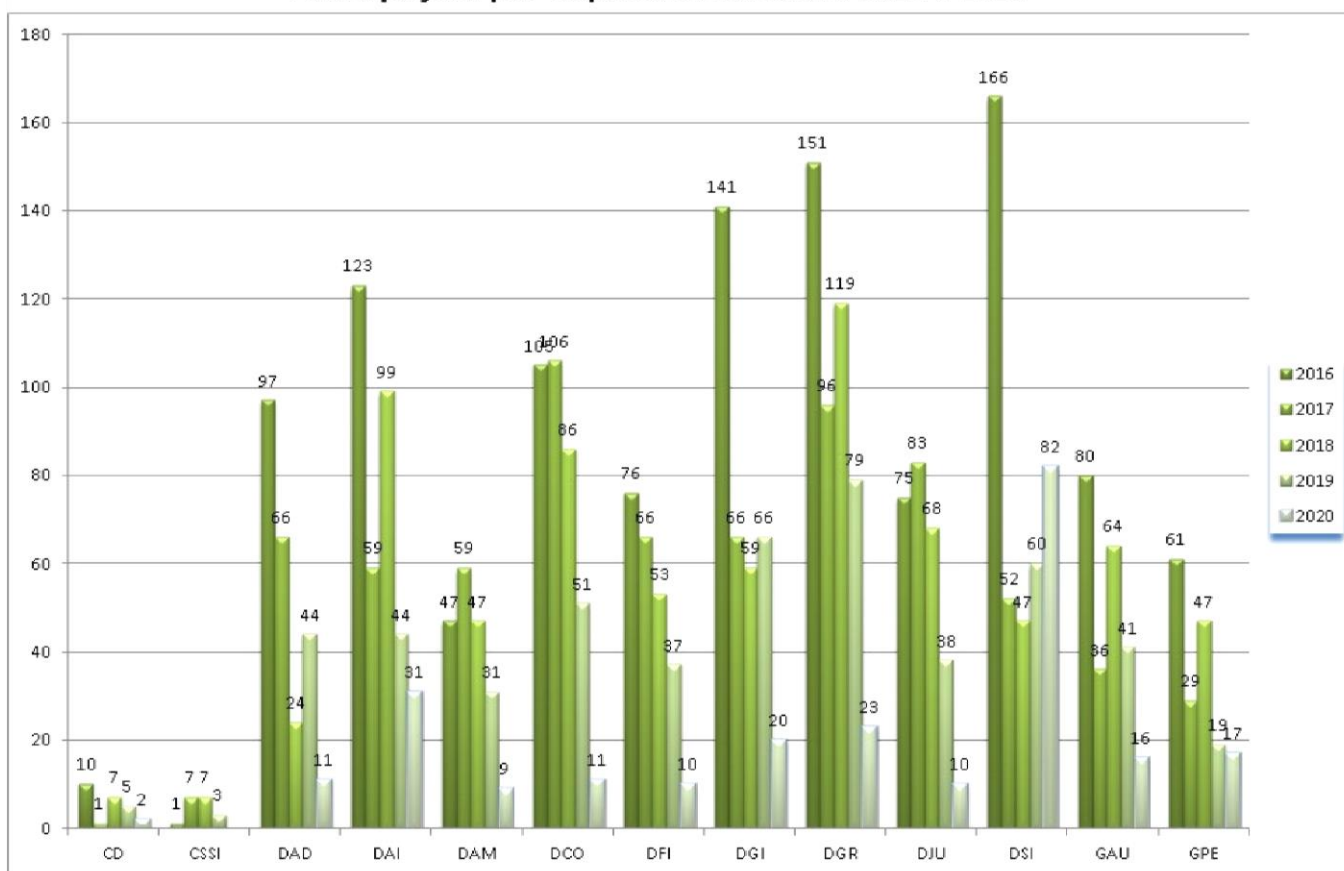


Volume de horas de formação de 2016 a 2020





Participações por Departamento entre 2016 e 2020



Anexo 7 - Relatório da formação *e-learning*

RELATÓRIO

Formação *e-learning* 2020 Relatório Final

Departamento de Administração e Gestão de Recursos
Unidade de Desenvolvimento de Competências e Clima Organizacional

março de 2021

Enquadramento

Sem situações relevantes a registar, a plataforma *Moodle* continuou, durante o ano de 2020, a dar resposta às habituais solicitações dos departamentos, com destaque para o DCO e DGI que, tradicionalmente, são aqueles que acolhem um maior número de formandos, tendo em conta a natureza das suas ações de formação e a obrigatoriedade que têm em credenciar técnicos para recolha do PU e realização de Controlos.

A tendência de estabilização é comprovada desde logo pelo número de ações produzidas, que se mantém igual há 3 anos consecutivos (29), bem como pelos próprios cursos, que são, na sua larga maioria os mesmos, com a introdução de novas ações, como o *RCA - Recolha do Controlo Administrativo*, *PVLR - Procedimentos de Verificação no Local (Recolha Gráfica)*, *Controlo Vitis Prévio*, *Controlo Florestação de Terras* e, internamente, a ação *Cibersegurança 2020*, deixando de existir em 2020 outras ações, como o *Controlo no Local Vitis*, *SI-RSI_2019*, *Vitis 2020*, (este último adiado para 2021), e a ação interna *IFAP Reduz*, que continua disponível para consulta.

Contrariando o que é aconselhado para uma gestão eficiente de formandos e aprendizagens, os departamentos continuam a solicitar que se mantenham disponíveis e ativas ações desenvolvidas nos anos anteriores, tal como acontece com o curso *iSIP - Atualização do Parcelário*, replicada em 2019, mas cuja criação data já de 2017; o curso *Procedimentos a adotar em Superfícies com Árvores*, construído em 2018; *Sensibilização Geral em Segurança da Informação*, datado de 2017 e, finalmente o curso *Código de Conduta*, que foi criado em 2015. Relativamente a este último há no entanto a destacar que, em Novembro de 2020 foi criada nova ação, com conteúdo atualizado.

Este procedimento é de todo desaconselhado, não só porque, ao acumular formandos de vários anos, existe sobrecarga da disciplina, dificultando a monitorização das aprendizagens, mas também a nível formativo, já que acaba por ser extremamente desmotivador para os alunos frequentarem todos os anos o mesmo curso, sem qualquer alteração de grafismo ou conteúdo. Ano após ano é solicitado, nomeadamente ao DGI, relativamente ao curso *iSIP*, que seja posta em prática uma revisão profunda dos conteúdos e uma atualização aos mesmos.

Se o número de ações se manteve inalterado, já o número de participantes revelou um aumento face ao ano anterior, em parte justificado pelo desdobramento da ação do curso *Controlo Superfícies RAA*, nos cursos 1 e 2, mas sobretudo pela criação do curso *Cibersegurança 2020*, que, pelo seu caráter obrigatório, contou com a participação de um

elevado número de utilizadores (618), quando comparado com ações internas de 2019 (por exemplo, *IFAP reduz*, com 58 participantes).

Não pode também deixar de ser referido que a ação *COVID-19 no Espaço Laboral*, que não sendo obrigatória, pelo seu carácter informativo e premente face ao atual cenário, contou com a efetiva participação de 318 formandos.

O ano de 2020 foi ainda marcado pelos sucessivos adiamentos ao *upgrade* do *Moodle*, o que viria a concretizar-se em outubro, ainda numa fase embrionária e com necessidade de melhoramentos e ajustes, que têm vindo a decorrer até à presente data.

Em retrospectiva, pode afirmar-se que o ano 2020 decorreu dentro do expectável, sem qualquer constrangimento que colocasse em causa o normal funcionamento da plataforma e o cumprimento do seu objetivo principal - o de certificar os técnicos que estarão em campo arealizar as tarefas delegadas nas entidades credenciadas.

Balanço 2020

O ano 2020 decorreu dentro do previsto, sem grandes oscilações de desempenho ao nível da plataforma, até à transição para a nova versão *Moodle*, que obrigou a algumas adaptações da equipa ao novo *layout* da aplicação.

Relativamente à produção de cursos, registou-se um total de 29 ações, número exatamente igual aos dois anos precedentes.

Comparativamente a 2019, foram desenvolvidos 4 novos cursos, houve o desdobramento do *Controlo Superfície Açores* em curso 1 e 2 e, por outro lado, foram agregados numa só ação, os cursos *Controlo no local Ani* (Continente e Madeira).

Internamente, foram desenvolvidas duas novas ações, que de alguma forma vieram contrariar o que se passou em 2019, em que os colaboradores internos mostraram pouca apetência e alguma resistência pela formação *e-learning*. Talvez pelo carácter informativo e de alguma forma esclarecedor de dúvidas e preocupações, a ação *COVID-19 no Espaço Laboral* acolheu a participação efetiva de 318 participantes, o que se revela surpreendente, atendendo ao carácter facultativo da mesma.

Também a ação *Cibersegurança 2020* contou com a participação massiva do universo de inscritos, mas aqui ressalva-se o carácter obrigatório da mesma.

Talvez o facto de, quer numa, quer noutra situação, os trabalhadores se encontrarem, na sua maioria, em teletrabalho tenha despertado uma maior apetência e disponibilidade para frequentar ações de formação à distância.

Quanto à produção de cursos, continuam a ser os departamentos Gestores aqueles que mais solicitam a criação de ações de formação (DCO, DGI, DAI e DAD). Mantém-se o destaque do DCO, com a produção de 21 cursos, face aos 4 produzidos pelo DGI, o segundo departamento com maior participação.

Conforme anteriormente referido, continuam acessíveis ações transitadas de anos anteriores:

- *Procedimentos a adotar em superfícies com árvores*, que é categorizado no separador da Formação 2018, ainda que seja uma reedição do curso criado em 2017. Este curso continua a ser obrigatório para os técnicos que pretendam certificação SIP e PU, razão pela qual conta sempre com um elevado número de participantes.
- *Código de Conduta* - Criado em 2015, é hoje um curso de carácter obrigatório no âmbito do acolhimento aos novos trabalhadores do IFAP. No final do ano de 2020, este curso foi reformulado, sendo a sua participação obrigatória para todos os trabalhadores do IFAP, em virtude de ter sofrido alterações face à versão antiga. Contudo, no presente relatório, serão considerados os acessos ao curso da versão anterior, já que foi quele que vigorou na quase totalidade do ano, sendo que os participantes no novo curso criado serão refletidos no relatório de 2021.
- *Sensibilização Geral em Segurança da Informação* - Também de carácter obrigatório para todos os colaboradores internos e externos do IFAP, constitui, a par do “Código de Conduta”, uma obrigatoriedade cuja frequência, por ser auditada para efeitos da certificação do IFAP e do cumprimento das normas de segurança, obriga a um *report* mensal de frequência e à notificação dos colaboradores em falta, para cumprimento dessa obrigatoriedade. Este curso, por forma a possibilitar uma melhor identificação por parte dos destinatários, passou a designar-se *Sensibilização Geral em Segurança da Informação - Acolhimento*.

Elencadas as principais ocorrências do ano, podemos afirmar que, de um modo geral, 2020 decorreu dentro da normalidade, sem se verificarem grandes alterações, quer ao nível de produção de cursos, quer ao nível dos agentes envolvidos.

Evolução Participantes/Ações 2015-2020

O gráfico abaixo (Fig1) contraria a tendência decrescente do número de participantes nas ações desenvolvidas na plataforma e-learning do IFAP, durante os últimos 3 anos, uma vez que, pela primeira vez desde 2018, se regista um aumento face ao ano anterior, já explicado pelo desdobramento de uma ação, mas sobretudo pela criação de duas ações internas, com grande impacto.

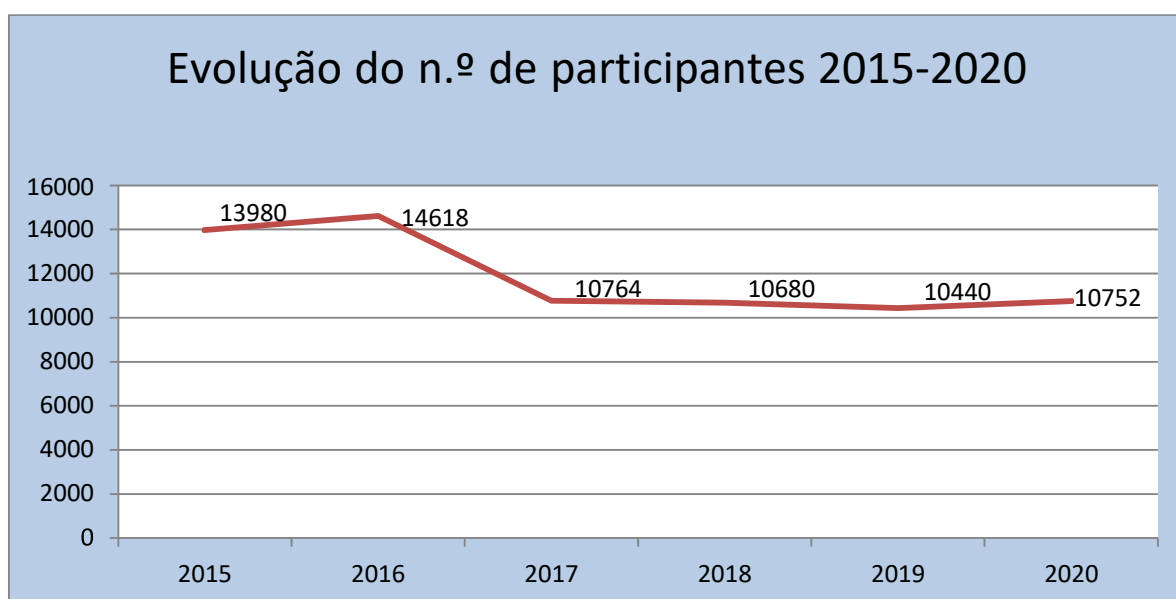


Fig. 1

Contrariando a linha de quase estagnação iniciada em 2017, o ano de 2020 revela um aumento, ainda que ligeiro, de 312 participantes face ao ano anterior.

Análise das ações que transitaram de anos anteriores

A par das ações que nos últimos anos se têm mantido acessíveis a novos formandos, seja por se tratarem de ações de cariz obrigatório (ex: *SGSI* e *Código de Conduta*), quer por serem ações que não sofreram alterações (*Procedimentos a adotar em superfícies com árvores*), durante 2020, acresceram a estas o curso *iSIP - Atualização do Parcelário 2019* (reedição de 2017), talvez a ação com maior caráter de urgência numa reestruturação de conteúdos e apresentação, não só por ser um curso demasiado extenso, como por ser um curso bastante

solicitado anualmente, e o curso *TAPP - Termo de Aceitação - Pedido de Pagamento* (reedição de 2019).

Em termos do número de ações produzidas, manteve-se o número dos 2 anos anteriores (29).

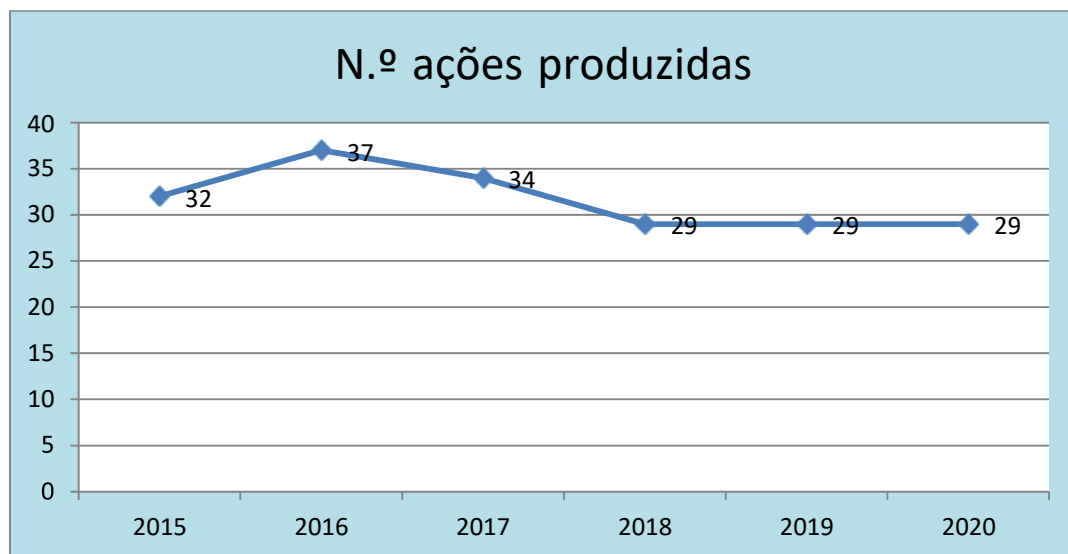


Fig. 2

Representação Gráfica

O Quadro Global “Fig.3” resume a produção e-learning ao longo de 2020.

Curso	Tipo	Data de disponibilização	Deptº Responsável	N.º de inscritos	Duração curso (horas)	N.º aprovados	N.º reprovados/incompletos	N.º edições de avaliação	N.º certificados emitidos
Controlo no Local ANI 2020 (Continente e Madeira)	externa	06-01-2020	DCO	481	15	274	207	6	230
Pedido Único 2020 - Regras de Elegibilidade e Recolha on line de Candidaturas	externa	10-01-2020	DGI/DAD	499	21	167	332	12	137
Pedido Único MADEIRA 2020 - Regras de Elegibilidade e Recolha on line de Candidaturas	externa	10-01-2020	DGI/DAD	70	14	14	56	8	9
Controlo Florestação de Terras (RAM)	externa	06-07-2020	DCO	9	4	6	9	3	6
Controlo PT 2020 - Procedimentos Transversais	externa	06-01-2020	DCO	617	3	457	160	16	337
IB 2020 - Registo no Portal e Formulário IB	externa	07-01-2020	DGI	607	7	303	304	18	237
Comunicação de Transferência	externa	04-02-2020	DAD	378	2	110	268	3	78
Controlo ANIA 2020	externa	08-01-2020	DCO	72	15	52	20	3	48
RCA 2020 - Recolha do Controlo Administrativo	externa	03-04-2020	DAI	551	6	465	86	15	384
Boas Condições Agrícolas e Ambientais_2019	externa	08-05-2020	DCO	426	7	312	114	8	196
Controlo Superfícies - SUP 1	externa	27-05-2020	DCO	391	3	210	181	9	158
Controlo Superfícies RAA - Curso 1 - Ajudas POSEI e PRORURAL +/BCAA'S	externa	22-06-2020	DCO	75	10	43	32	3	39
Controlo Superfícies RAA - Curso 2 - Relatório e Procedimentos de Controlo	externa	22-06-2020	DCO	65	10	39	26	3	36
Controlo Superfícies RAM	externa	06-07-2020	DCO	21	19	14	7	3	14
Controlo VITIS Prévio (disponibilizado ainda em 2019)	externa	13-11-2019	DCO	163	3	111	52	5	80
iSIP Controlo de Qualidade - 2020	externa	30-06-2020	DGI	238	4	192	46	9	86
PVLR - Procedimentos de Verificação no Local - Recolha Gráfica	externa	25-05-2020	DCO	403	12	233	170	11	174
Controlo de Superfícies - SUP 2									
Curso 1 - Constituição do Relatório de Controlo, MAAZD e Pagamento Natural	externa	27-05-2020	DCO	417	5	244	173	8	185
Curso 2 - Agricultura Biológica e Produção Integrada	externa	22-06-2020	DCO	391	5	230	161	8	176
Curso 3 - Conservação do Solo, Uso água, CPT; Mosaico agroflorestal, Apicultura	externa	27-05-2020	DCO	417	7	215	202	9	158
Curso 4 - Apoios Zonais de Carácter Agroambiental Peneda-Gerês e Montesinho Nogueira...	externa	15-06-2020	DCO	259	8	121	138	6	89
Curso 5 - Apoio Zonal de Carácter Agroambiental Montesinho Nogueira...	externa	19-05-2020	DCO	327	3	191	136	7	126
Curso 6 - Apoio Zonal de Carácter Agroambiental - Castro Verde	externa	15-06-2020	DCO	300	3	120	180	7	100
Curso 7 - Outras Áreas Estepárias	externa	15-06-2020	DCO	355	3	165	190	7	139
Curso 8 - Pastoreio Extensivo e Silvoambientais	externa	17-06-2020	DCO	398	12	199	199	7	147
Curso 9 - Ação 7.8 Recursos Genéticos – Manutenção de Raças Autóctones em Risco	externa	17-06-2020	DCO	392	3	226	166	8	159
Curso 10 - Florestação de Terras	externa	17-06-2020	DCO	380	4	232	148	7	157
Reedições									
TAPP - Termo de Aceitação - Pedido de Pagamento (reedição de 2019)	externa	desde 2019	DAI	17	6	17		3	13
Procedimentos a adotar em Superfícies com Árvores 2018	externa	desde 2018	DGI	284	1	283	1		170
iSIP - Atualização do Parcelário 2019 (reedição de 2017)	externa	desde 2019	DGI	441	20	215	226	6	170
Formação interna									
Sensibilização Geral em Segurança da Informação 2017 (reedição do curso de 2017)	interna	desde 2017	SSI	44		41	3		
Cibersegurança 2020	interna	27-04-2020	SSI	618		537	81		
Covid-19 no Espaço Laboral	interna	27-05-2020	DGR	615		318	297		
Código de Conduta 2015	interna	desde 2015	DGR	31		22	9		
				10752	235	6378	4380	218	4038

Fig. 3 - Quadro Global

- Cursos:** Em 2020 foram produzidos 29 cursos, o mesmo número que no ano passado.
- Data de disponibilização:** Conforme está refletido no gráfico Fig.4, a produção de cursos mantém-se ativa ao longo do ano, com maior incidência nos primeiros meses, coincidindo com o arranque da campanha, para os cursos PU, IB, iSIP e nos meses de verão, com os vários cursos de Controlo SUP 2, a realizar após o encerramento da campanha.

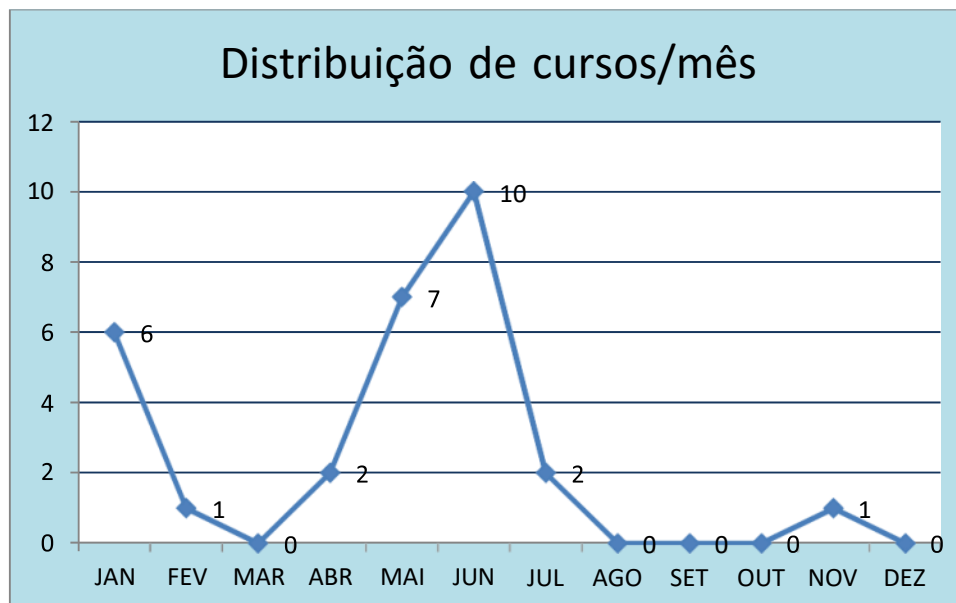


Fig. 4

Este ano o pico foi atingido em junho, seguido de um período de quase estagnação em termos de produção, ainda que se verificasse a normal atividade de gestão das várias ações a decorrer.

- c) **Produção de cursos por departamento:** De uma forma geral e como vem sendo hábito, a produção de cursos divide-se entre três departamentos: DCO (destacado face aos restantes); DGI apresenta-se tendencialmente como o segundo maior produtor de cursos, sendo que DAD, DAI, SSI e DGR tiveram também uma participação residual.

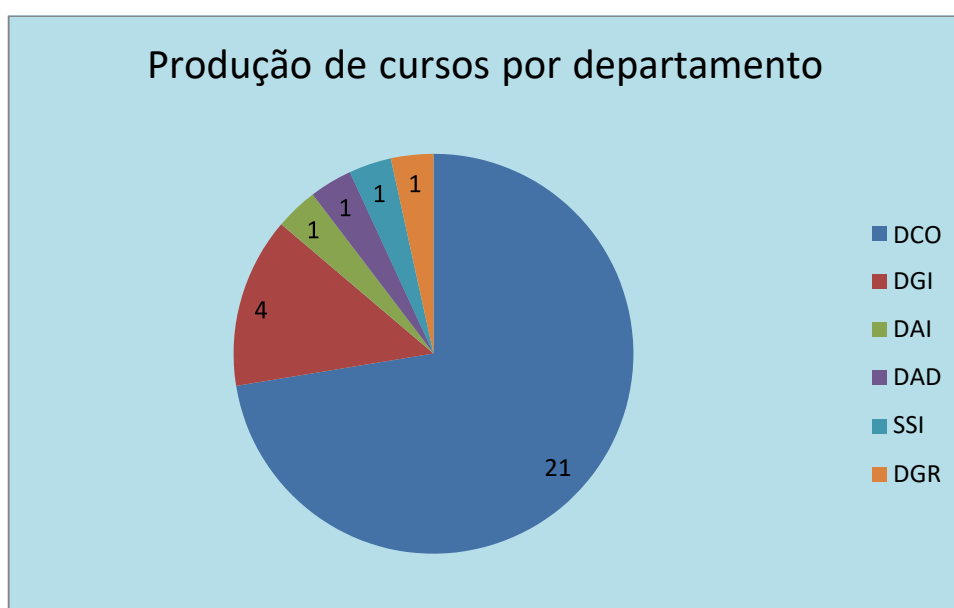


Fig. 5

d) Número de participantes por curso: Conforme ilustrado pela Fig.6, os Cursos SUP 2 são aqueles que contam sempre com o maior número de participantes, pois agregam em si 10 ações de formação.

No entanto existem ações isoladas que contam sempre com um elevado número de participantes, situando-se acima das 500 inscrições, como sejam *Controlo Procedimentos Transversais*, *IB - Registo no Portal e Formulário*, *RCA - Recolha do Controlo Administrativo* e, evidentemente, as ações internas, que, podendo ou não vir a ser frequentadas, contam sempre com a inscrição de todos os trabalhadores do IFAP.

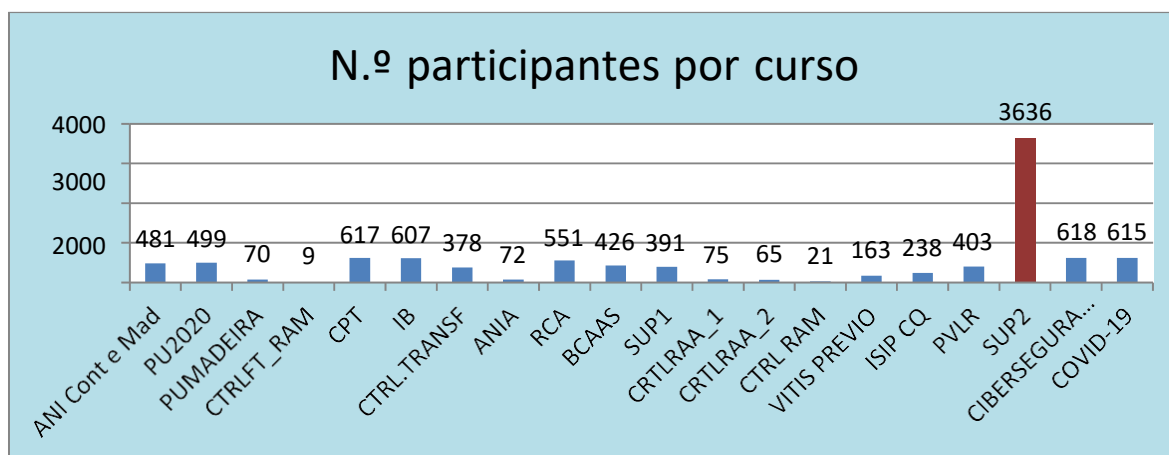


Fig. 6

e) Número de participantes nos cursos reeditados: Contrariamente ao sucedido em anos anteriores, em que o número de participantes tinha por base os testes submetidos, para este ano, e por forma a uma maior fidedignidade dos números, estão a ser considerados todos os utilizadores a quem foi efetivamente dado acesso em 2020.

Do total de 10 752 inscritos, 817 dizem respeito a alunos que frequentaram cursos de anos anteriores, mas que se mantêm ativos e disponíveis, sendo que se destaca o curso *iSIP - Atualização do Parcelário*, com 441 inscritos.

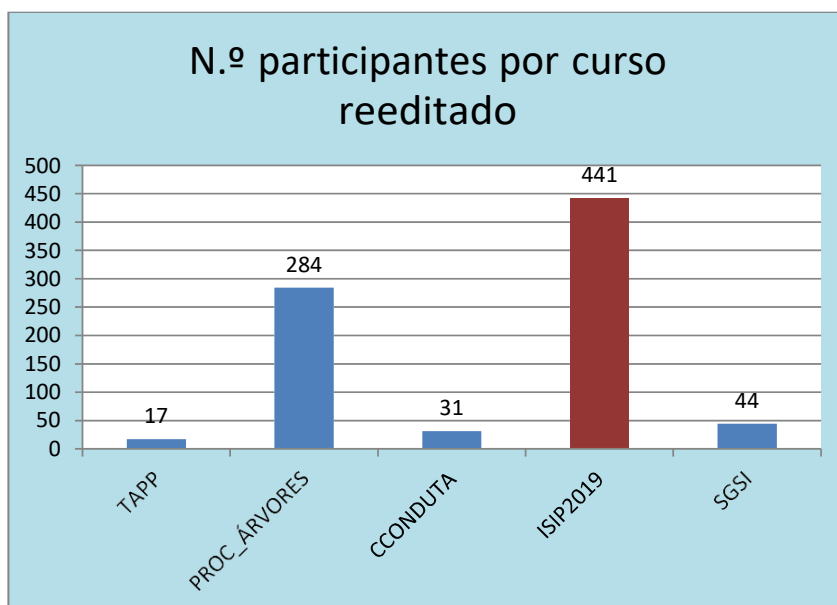


Fig. 7

f) **Nº inscritos:** Em 2020, tal como já mencionado, verificou-se um aumento de 312 participantes, face ao ano transato.

É necessário clarificar que o número de inscritos engloba todos os utilizadores a que foi dado acesso a cada um dos cursos. Dentro deste universo, existe uma grande percentagem que não chegou sequer a frequentar a ação, o que pode ser constatado pela análise do mapa fig 8, onde está espelhada a relação entre inscritos/aprovados e reprovados.

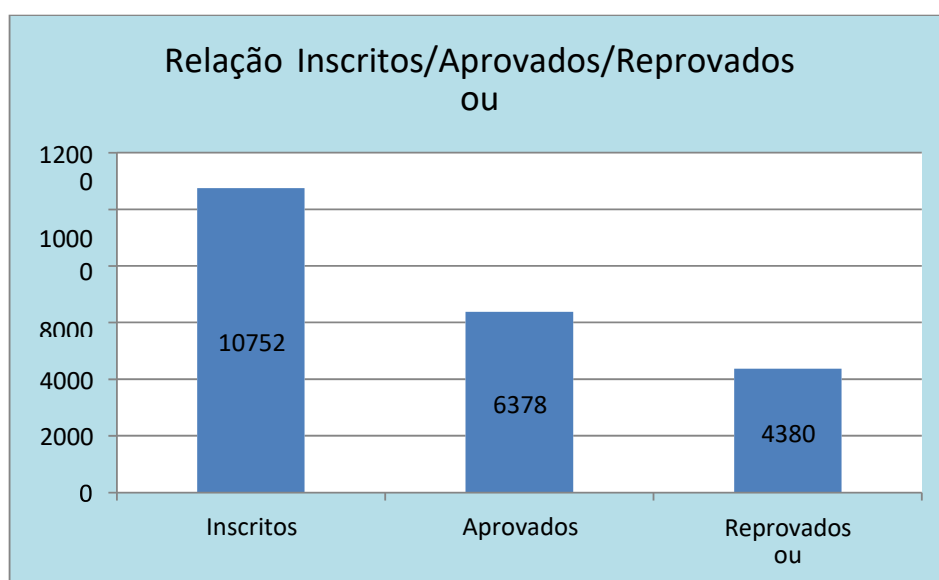


Fig. 8

- g) Duração do curso:** A questão levantada em anos anteriores da necessidade de reduzir o número de horas de duração dos cursos parece ter estabilizado, já que a duração das ações se tem mantido praticamente inalterada, ao longo dos últimos 3 anos. Isto é justificado porque muitas das ações não sofrem alterações e grande parte dos utilizadores estão em reciclagem de conhecimentos, podendo assim o tempo mínimo de estudo obrigatório ser reduzido, cabendo a cada aluno decidir se necessita de mais ou menos tempo de interação com os conteúdos, gerindo de forma autónoma a sua aprendizagem.

Ainda assim, registou-se uma diminuição de 23 horas no total da duração dos cursos.

- h) N.º de aprovados:** Contrariamente ao sucedido em 2019, em que o número de reprovados era apenas ligeiramente inferior aos aprovados, em 2020 aumentou significativamente esta diferença.

Por aprovados entendem-se todos aqueles que efetivamente submeteram avaliação e concluíram o curso com aproveitamento.

A enorme disparidade entre o número de inscritos e o número de aprovados fica a dever-se ao facto de muitos dos participantes apenas se inscreverem para reciclagem de conhecimentos, sem obrigatoriedade de credenciação.

O quadro abaixo (Fig. 9) demonstra bem esta desigualdade na grande maioria dos cursos, e em 2020 com destaque para os cursos incluídos no *SUP2* e, dentro das reedições, no curso *iSIP 2019*.

O facto de algumas entidades solicitarem inscrição automática para os técnicos com credenciação válida dos anos anteriores, sem terem garantia de que os mesmos venham a aceder à plataforma (pois não têm essa obrigatoriedade), representa uma sobrecarga inútil de utilizadores no sistema.

O facto de ser feita diferenciação entre alunos novos ou reciclagem, não tem para a equipa de gestão da plataforma qualquer resultado prático, uma vez que o método de inscrição obedece aos mesmos parâmetros para ambas as situações, assim como as funcionalidades do curso, que se apresentam acessíveis de igual modo aos dois tipos de formandos.

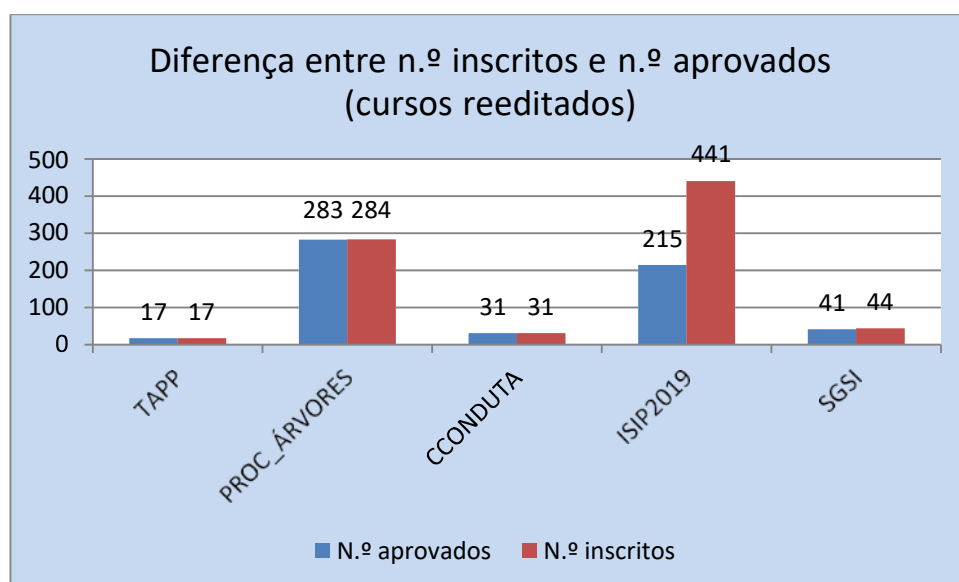
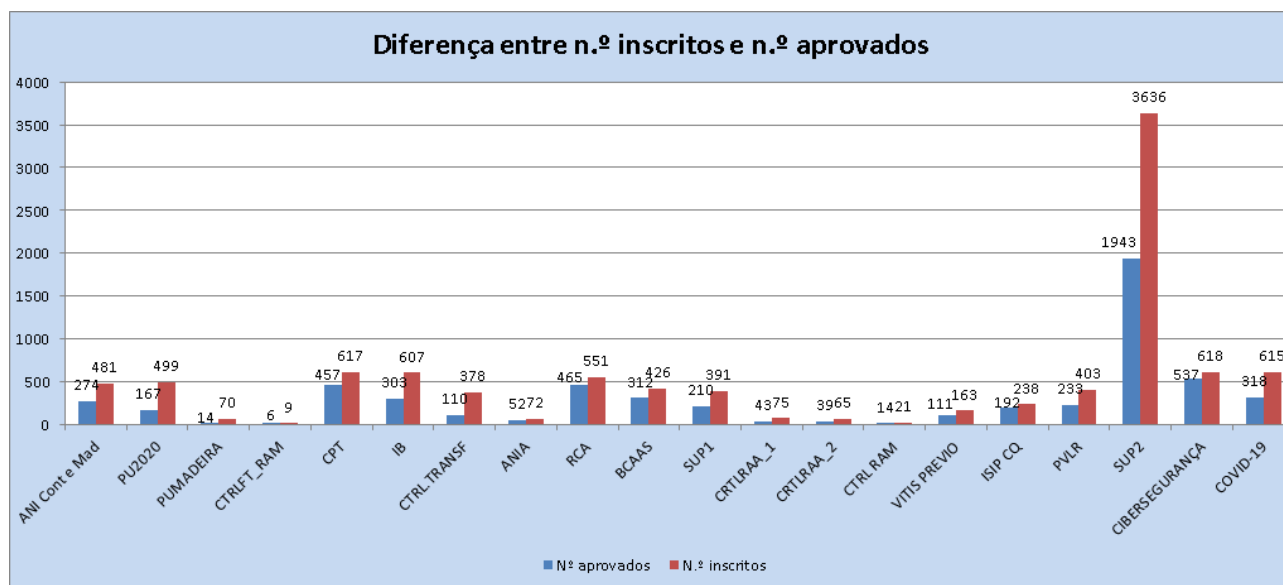


Fig. 9

- i) **N.º de reprovados:** É importante salientar que no grupo de reprovados englobam-se não só os alunos que não obtiveram aproveitamento na avaliação, cujo valor é residual ou mesmo nulo, mas também, e sobretudo, os formandos que não cumprem os requisitos que lhes permitem obter certificação (a conjugação de avaliação positiva com a frequência das horas obrigatórias), ou aquele grupo de utilizadores que não estão sujeitos a avaliação por apenas pretenderem reciclagem de conhecimentos.

Comparativamente a 2019, o hiato entre estes dois valores (Aprovado/Reprovado) aumentou consideravelmente em 2020: se em 2019 a diferença era de apenas 80, já em 2020 esse valor atingiu os 1998 (Fig 8).

Este aumento deveu-se em parte a ações como o PU, que, para 167 aprovados, contou com 332 reprovados (onde se englobam todos aqueles que efetivamente tiveram nota negativa ou não realizaram teste, mas apenas consulta), ou o curso *Controlo Procedimentos Transversais* que, para 457 aprovados contou com 160 reprovados, o que prova que nestes cursos grande parte do universo dos inscritos não se trata de novos técnicos a credenciar, mas técnicos que apenas pretendem consulta.

- j) **N.º de edições de avaliação** - Entende-se por edições de avaliação, o n.º de testes de avaliação disponibilizados. Relativamente a 2019, verificou-se um aumento das edições de avaliação (mais 58), o que revela já, tendo em conta os últimos 3 anos, um aumento deste valor, que se pretendia manter tão reduzido quanto possível.

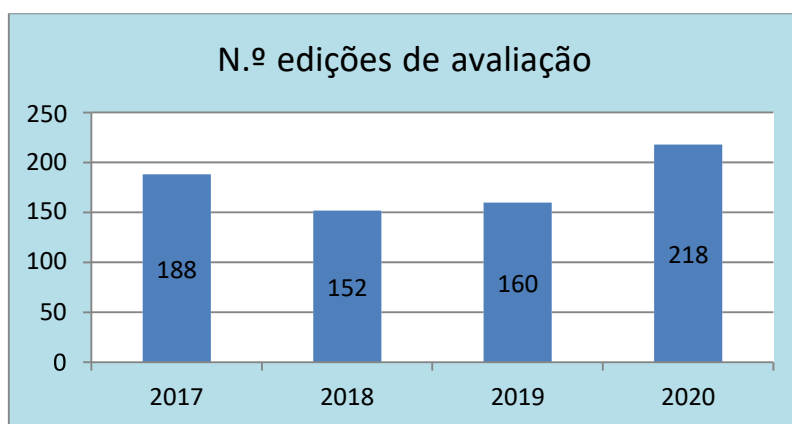


Fig. 10

É de lembrar que são de evitar as avaliações à medida, isto é, não disponibilizar avaliações apenas para 1 ou 2 indivíduos. Podem ser abertas exceções em caso de urgência para credenciação imediata de novos técnicos, mas deverá, tanto quanto possível, ser estipulado um calendário prévio de avaliação, que permita, nomeadamente, que o formando percorra todos os conteúdos programáticos antes de realizar avaliação, pois só assim fica garantida a credibilidade deste sistema de ensino à distância.

- k) **N.º certificados emitidos:** Este valor está dentro do esperado, com mais de metade dos técnicos aprovados a extraírem o seu certificado.

Comparativamente a 2019, houve um ligeiro aumento do n.º de técnicos aprovados que, por algum motivo, não extraíram o seu certificado: dos 6378 aprovados, 2340 não o fizeram.

Continuam a verificar-se situações de utilizadores já desativados que pretendem acesso aos seus certificados, tendo necessariamente nestes casos, de existir a intervenção da equipa gestora da plataforma, que os emite e envia ao utilizador.

Melhorias implementadas

Com a migração da versão *Moodle* 2.3.2+ para 3.7 e consequente Migração da Base de Dados *ORACLE* para *MYSQL*, houve alguns procedimentos que exigiram uma nova adaptação. Desde logo, a alteração na forma de autenticação de utilizadores, através da Migração do sistema de autenticação LDAP para o Auth2, que implicou um retrocesso na forma de inscrição, já que deixou de permitir a inscrição manual de formandos, exigindo sempre que a mesma se faça através de ficheiro, traduzindo-se, em determinadas situações, num dispêndio acrescido de tempo, se se tratar de apenas um utilizador a inscrever.

Todavia, a nova versão *Moodle*, customizada para o IFAP, apresenta um *layout* mais agradável e simplificado, uma vez que, mantém todos os anteriores menus, mas de forma contraída, o que permite um *front page* mais limpo e organizado.

Foi redesenhada a forma de apresentação das disciplinas, ocultando as ações de formação anteriores a 2017 e criando o separador Formação Interna, onde se incluem as ações destinadas aos colaboradores internos.

Foram também melhoradas e exploradas funcionalidades até aqui não utilizadas, como a duplicação de cursos em bloco, ou selecionando partes do curso, o que pode tornar-se uma mais-valia para as ações que se pretendam reeditadas em anos sucessivos.

Ao nível da interação com os departamentos, tem-se observado um esforço generalizado dos serviços em enviar cronogramas das ações a desenvolver, com comprometimento de datas de entrega e disponibilização que permitam articular a gestão adequada dos recursos humanos envolvidos, com os prazos estipulados para credenciação dos técnicos, face aos calendários das campanhas.

Sempre que tal organização não exista ou não sejam respeitados os tempos estipulados, toda a produção dos cursos fica comprometida, porquanto existem ações em cadeia, cuja disponibilização se quer sequencial.

Também a articulação com os formandos e entidades credenciadas decorreu sem sobressaltos, sem que se registassem ocorrências relevantes ou impeditivas de obter credenciação.

Constrangimentos

De um modo geral, não há a registar constrangimentos referentes a 2020.

O último trimestre ficou marcado pelos testes à nova versão do *Moodle* e à exploração de novas funcionalidades.

Continua a fazer-se sentir a necessidade de apoio mais consistente por parte do DSI, onde seria importante designar um interlocutor com o qual a equipa de gestão da plataforma pudesse articular diretamente em caso de dificuldades.

Propostas de melhoria/Perspetivas futuras

Apesar do ano de 2020 não ter sido particularmente complexo em termos de ocorrências, continuam a ser reportadas, quer através dos mediadores, quer pelos próprios formandos, inúmeras questões relacionadas com dificuldades de acesso, registos de presenças, emissão de certificados, etc.

Independentemente do grau de dificuldade, são situações que requerem análise e que por isso provocam dispêndio de tempo, quer para a equipa que está a analisar o problema, quer para o formando que está a aguardar pela solução.

Um mecanismo que poderá ser aplicado à formação *e-learning*, e de alguma forma ajudar a minimizar dificuldades recorrentes, passa pela necessidade de avaliar e acompanhar a perceção que os utilizadores têm deste método de aprendizagem e do modo de apresentação dos cursos, por forma a proceder-se às alterações e adaptações necessárias, indo ao encontro das características das ações e dos seus intervenientes, que, diz-nos a experiência de vários anos, abarca um universo muito heterogéneo de formandos.

A estagnação na forma de apresentação das ações pode incorrer, para além da desmotivação, no atraso face às novas tendências tecnológicas que permitem já ir além do que é atualmente oferecido pela plataforma *Moodle*.

É pois importante dar voz aos intervenientes e incentivar a partilha de opiniões ou sugestões de melhoria, para que dentro das possibilidades que a ferramenta dispõe (quer o *Moodle*, quer o *Articulate*), possamos, futuramente, de algum modo marcar a diferença face aos cursos que têm vindo a realizar-se desde o arranque do projeto *e-learning* no IFAP.

Uma das formas de auscultar opiniões, será pela aplicação de inquéritos de satisfação, no final dos ciclos formativos, que corresponde ao final do ano civil, destinados aos vários

intervenientes no processo formativo. De forma sucinta e o mais simplificada possível, poder-se-á desta forma aferir, por exemplo, o grau de facilidade de acesso à plataforma, a experiência tecnológica que detêm, preferências de ensino, principais falhas e dificuldades apontar, etc.

A análise destes fatores que influenciam a satisfação dos vários perfis de utilizadores consoante as suas perspetivas, permite obter um panorama das principais dificuldades ou erros reportados, consciencializando todos os responsáveis pelo desenvolvimento e disponibilização de conteúdos, para aquilo que é necessário desenvolver ou melhorar de futuro, indo, sempre que possível, ao encontro das várias expectativas.

Esta é uma sugestão que, a ser viável, teria de ser discutida com os vários interlocutores para, em consenso, conseguir encontrar a melhor forma de aplicação, e posterior análise dos dados recolhidos, para que efetivamente daí advenham conclusões que permitam melhorar a experiência do *e-learning* no IFAP.

Continua por desenvolver o projeto piloto de utilização da Plataforma *Moodle* num âmbito mais interativo e dinâmico, através da utilização de ferramentas animadas do *Articulate*, para áreas extra formação, nomeadamente para apresentação aos novos colaboradores do Manual de Acolhimento do IFAP.

Para promover a interação dos utilizadores com a plataforma, procurando por exemplo criar questionários mais dinâmicos e apelativos, ou incluir atividades em vídeo ou áudio, seria conveniente que a equipa de gestão da plataforma pudesse aprofundar os seus conhecimentos acerca da ferramenta *Moodle*, explorando todas as suas potencialidades.

Antevisão de 2021

Até ao início do mês de fevereiro, foram disponibilizadas 9 ações de formação, com um total de 2647 participantes, estando já programada para as próximas semanas a abertura do curso *Controlo no Local Vitis* e calendarizadas, até ao final do ano, as ações a desenvolver no âmbito do Controlo. Foi também solicitado pelo SSI a criação de um Questionário sobre Cibersegurança, para todos os colaboradores, que está em desenvolvimento.

Continuam no entanto ativas as participações em cursos disponibilizados nos anos anteriores, tais como *Procedimentos a adotar em superfícies com árvores*; *iSIP2019* e *Segurança do Sistema de Informação - Acolhimento*.

O atual panorama que levou a que o teletrabalho, mais do que normalizado, fosse instituído como obrigatório sempre que possível, levou à procura das mais variadas soluções de

comunicação à distância, e a plataforma *Moodle*, sendo uma delas, tem a vantagem de estar plenamente implementada no IFAP e disponível, não só para certificação dos técnicos que colaboram com as entidades credenciadas, mas também para transmissão de conhecimentos e informações a vários níveis (como é o caso das ações *IFAP Reduz*, *COVID-19 no espaço laboral e Cibersegurança*).

Neste sentido, mantém-se o desejo de alargar as funcionalidades do *e-learning* a mais departamentos relacionados com a área do negócio: incentivá-los a criarem ações de formação *e-learning* que constituam mais valias para os agentes que com eles interajam, quer interna como externamente, ou simplesmente que possam utilizar a plataforma como veículo de transmissão de informações, ações de sensibilização, ou interação com os utilizadores.

uGlossário de Siglas

SIGLA	DESCRITIVO
AG	Autoridade de Gestão
AOV	Aluguer operacional de viaturas
APEP	Área de Planeamento Estratégico e Projetos
APP	<i>Application Software</i>
ARCC	Área de Relações Comunitárias e Comunicação
AZD	Manutenção da Atividade Agrícola em Zonas Desfavorecidas
BCAA	Boas Condições Agrícolas e Ambientais
CAD	Controlo Administrativo
CC	<i>Contact Center</i>
CD	Conselho Diretivo
CE	Comissão Europeia
CFA	Comité dos Fundos Agrícolas
CSI	Coordenação de Segurança da Informação
DAD	Departamento de Ajudas Diretas
DAI	Departamento de Apoios ao Investimento
DAM	Departamento de Apoios de Mercado
DCO	Departamento de Controlo
DFI	Departamento Financeiro
DG	Declaração de Gestão
DGADR	Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAGRI	<i>Directorate-General for Agriculture and Rural Development</i>

SIGLA	DESCRITIVO
DGAV	Direção Geral de Alimentação e Veterinária
DGI	Departamento de Gestão e Controlo Integrado
DGMARE	<i>Directorate-General for Maritime Affairs and Fisheries</i>
DGR	Departamento de Administração e Gestão de Recursos
DGS	Direção Geral da Saúde
DGSANTE	<i>Directorate-General for Health and Food Safety</i>
DGTF	Direção-Geral do Tesouro e Finanças
DJU	Departamento Jurídico
DRAP	Direção Regional de Agricultura e Pescas
DSI	Departamento de Sistemas de Informação
EM	Estado Membro
ESA	Estrutura Segregada de Auditoria
ESPAP	Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEAGA	Fundo Europeu Agrícola de Garantia
FEAMP	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
FEIIF	Fundo de Investimento Imobiliário Florestal Fechado
FORGEP	Curso de Formação em Gestão Pública
FTA	Florestação de Terras Agrícolas
GAU	Gabinete de Auditoria
GPE	Gabinete de Planeamento Estratégico
GPP	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral
HD	<i>Help Desk</i>
IB	Identificação do Beneficiário
iCTR	Aplicação para recolha dos dados de controlo

SIGLA	DESCRIPTIVO
iDOC	Sistema de Gestão Documental
IEC	<i>International Electrotechnical Commission</i>
IFAP	Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, IP.
IGAMAOT	Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INIAV	Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária
iSIP	Plataforma informática do IFAP que serve de base à gestão do Sistema de Identificação de Parcelas (SIP)
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ITIL	<i>Information Technology Infrastructure Library</i>
IVDP	Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto
IVR	<i>Interactive Voice Response</i>
IVV	Instituto da Vinha e do Vinho
LEADER	Iniciativa comunitária no âmbito da política europeia de desenvolvimento rural
M€	Milhões de euros
MAA	Medida Agro Ambientais
MAPL	Medidas de Apoio à Produção Local
MAR2020	Programa Operacional Mar 2020
NSIGC	Não pertencente ao Sistema Integrado de Gestão e Controlo
OLAF	Organismo Europeu de Luta Antifraude
OROC	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
PA	Plano de Atividades
PAC	Política Agrícola Comum
PDR2020	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2014-2020
PEPAC	Plano Estratégico da Política Agrícola Comum 2023-2027
PMP	Prazo Médio Pagamento

SIGLA	DESCRIPTIVO
PNASV	Programa Nacional de Apoio ao Setor Vitivinícola
POC	Prémio por Ovelha e Cabra
POSEI	Programa de Opções Específicas para fazer face ao Afastamento e à Insularidade
PP	Pedido de Pagamento
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente 2007-2013
PRODERAM 2020	Programa de Desenvolvimento Rural da RAM 2014-2020
PRORURAL+	Programa de Desenvolvimento Rural da RAA 2014-2020
PRV	Processo de recuperação de verbas
PU	Pedido Único de Ajudas
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REAP	Regime de Exercício da Atividade Pecuária
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RPA	Regime da Pequena Agricultura
RPB	Regime de Pagamento Base
RURIS	Plano de Desenvolvimento Rural 2000-2006
SCI	Sistema de Controlo Interno
SGSI	Sistema de Gestão da Segurança da Informação
SI	Sistema de informação
SIADAP	Sistema Integrado de Gestão e de Avaliação do Desempenho na Administração Pública
SIAG	Sistema Integrado de Apoio à Gestão
SIGC	Sistema Integrado de Gestão e Controlo
SIMPLEX	Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa

SIGLA	DESCRIPTIVO
SiREAP	Sistema de Informação do Regime do Exercício da Atividade Pecuária
SIP	Sistema de Identificação de Parcelas. O mesmo que Parcelário
SNC-AP	Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas
SNGM	Sistema Nacional de Garantia Mútua
SNIRA	Sistema Nacional de Identificação e Registo Animal
TC	Tribunal de Contas
TCE	Tribunal de Contas Europeu
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
VAL	Prémio por Vaca em Aleitamento
VITIS	Regime de Apoio à Reconversão e Reestruturação das Vinhas
VLE	Prémio por Vaca Leiteira
VoIP	<i>Voice Over Internet Protocol</i>